

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 29 de Setembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1086 • Director: Carlos Brito

ALENTEJO



veio a Lisboa

Págs. 16 a 19

Com Carlos Carvalhas

PCP abre o Debate com o País para uma

NOVA POLÍTICA

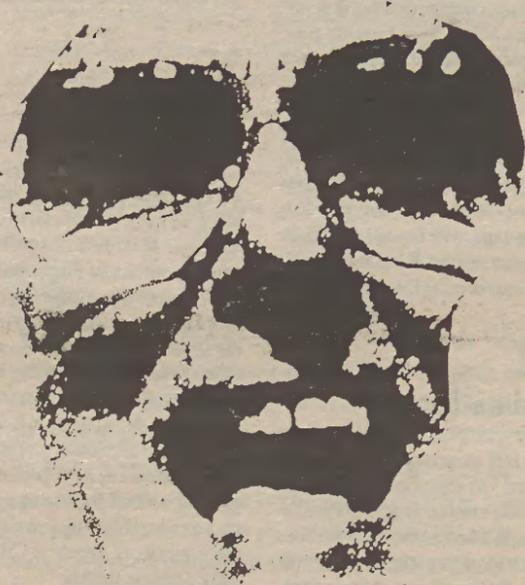


Pág. 5

CUBA

A Revolução caminha para a saída do túnel

Págs. 24 e 25



Carta Aberta ao Primeiro-Ministro

• Artigo de José Casanova

Pág. 20

Bancários recusam perda de salários e direitos

Págs. 22 e 23



Deslocou-se a Lisboa uma embaixada alentejana a favor da regionalização e pelo desenvolvimento

RESUMO

21 Quarta-feira

O PSD desafia a oposição a apresentar uma moção de censura ao Governo. O PCP e o PS lançam um repto ao PSD para apresentarem uma moção de confiança ao Governo. Inicia-se a revisão constitucional. Ocorre um «buziño» junto à residência do primeiro-ministro, marcado pela Associação de Utentes. Mafra é afectada por oito incêndios. O futuro dos portageiros começa a ser discutido numa reunião entre a JAE e o Sindicato da Função Pública do Sul. Deflagra um incêndio de grandes proporções no concelho de Sintra. Depois da Junta Militar do Haiti proibir manifestações pró-Aristide, os americanos pedem a Cedras para não exagerar na repressão. O governador de Timor-Leste nomeado pela Indonésia diz-se disposto a negociar sobre o futuro do território com Ramos Horta, rejeitando Xanana Gusmão. Os dois principais líderes zulus, o rei Goodwill e Buthelezi, cortam relações. Realizam-se eleições legislativas na Dinamarca.

22 Quinta-feira

O PCP anuncia que Luís Sá e João Amaral vão representar o partido na comissão eventual de revisão constitucional. Mário Soares e Cavaco Silva encontram-se para falar sobre a crise da ponte. Os sindicatos italianos ameaçam com a convocação de uma greve geral se Berlusconi efectuar um corte orçamental de cinco mil milhões de contos nas despesas internas. Os EUA desarmam a mais poderosa unidade das forças armadas do Haiti. Raoul Cedras diz que não tem intenção de se exilar, mas assegura que sairá do poder a 15 de Outubro. Começa, em Moçambique, a campanha para as eleições presidenciais e legislativas.

23 Sexta-feira

Mário Soares, sem falar da Ponte 25 de Abril, defende «o direito dos cidadãos de manifestarem a sua indignação, sempre que sentem são vítimas de uma injustiça». A CDU da Marinha Grande acusa a actual gestão socialista da Câmara de estar a levar o município para um descalabro financeiro. A CGTP transmite ao Presidente da República as suas «inquietações» perante a orientação política actual do Governo, «a mais grave depois do 25 de Abril». O Bastonário da Ordem dos Advogados denuncia a existência de escutas telefónicas em escritórios de advogados. A questão de Timor-Leste é falada numa reunião realizada entre a União Europeia e a Associação das Nações do Sueste Asiático. O Conselho de Segurança da ONU aprova o abrandamento das sanções impostas à Sérvia e ao Montenegro. Soldados americanos partem para o interior do Haiti. Inicia-se, no Estoril, o Grande Prémio de Portugal.

24 Sábado

Uma embaixada alentejana, a favor da regionalização, vem a Lisboa com o fim de alertar as entidades responsáveis para a grave situação vivida actualmente no Alentejo. A Presidência da República classifica como especulações as

notícias de dois semanários que fazem depender o agravamento dos protestos na Ponte 25 de Abril de uma intervenção de Mário Soares. A TAP anuncia reduções até 20 por cento nas suas tarifas. No Haiti, as tropas americanas são atacadas a tiro e respondem, matando dez haitianos. A peste pneumónica assola a Índia. Os habitantes procuram desesperadamente fugir à epidemia. Na África do Sul, realizam-se, sem incidentes, as cerimónias comemorativas da morte de Shaka Zulu. Gerry Adams, líder do Sinn Fein, chega a Boston, para uma visita aos EUA, onde se avistará com «personalidades importantes». A Coreia do Norte volta a recusar inspecções às suas instalações nucleares.

25 Domingo

Fidel Castro diz estar pronto a «oferecer a cabeça» aos EUA pela independência de Cuba, pela revolução e pelo socialismo. Os dirigentes políticos e militares sérvios da Bósnia decidem emitir uma ameaça velada à Forpron e definem como «chantagista» o reforço das sanções contra Pale. Yasser Arafat e Yitzhak Rabin concordam iniciar no próximo dia 3 as negociações sobre a segunda fase de autonomia palestiniana. Segundo as autoridades governamentais, a epidemia de peste pneumónica que atingiu a Índia poderá estar a começar a ser controlada. Realizam-se eleições regionais, na Baviera. A CSU consegue a maioria absoluta.

26 Segunda-feira

A CGTP faz uma «rejeição liminar» às propostas do Governo no âmbito da concertação social. Mário Soares diz que o bloqueio «poderia ter sido evitado com uma discussão prévia e se tivesse havido a predisposição para ouvir os destinatários das medidas». Realiza-se uma greve dos maquinistas da CP aos comboios Alfa, Intercidades e internacionais. Os EUA levantam as suas sanções económicas ao Haiti. Gerry Adams volta a pedir ao Governo britânico que dê início imediatamente às negociações directas com o Sinn Fein. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, Boris Ieltsin propõe um novo tratado de redução de armas nucleares e Clinton desenvolve a ideia de uma coligação global para a democracia.

27 Terça-feira

A Quercus entrega ao procurador-geral da República um dossier sobre oito lixeiras que alegadamente têm vindo a colocar em perigo a saúde pública. Tóquio apresenta a sua candidatura a membro permanente do conselho de segurança da ONU. Boris Ieltsin inicia uma visita oficial de dois dias a Washington. Mário Soares, em entrevista à RTP, põe em causa alguns aspectos da política governamental. A Comissão «Em defesa de Lisboa» contesta o Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha. A Amnistia Internacional divulga relatório sobre as violações dos direitos humanos em Timor. Partidos inviabilizam proposta do PCP para fiscalização do SIS pela Comissão de Assuntos Constitucionais. Parlamento Internacional dos Escritores reúne em Lisboa. Em debate a liberdade de expressão, cidadania e direitos humanos.

O trauma da censura

Governo carrega o trauma da censura.

Quando Cavaco Silva, no seguimento do solerte Pacheco Pereira, desafia as oposições a apresentarem uma moção de censura na Assembleia da República, o que procura, ao fim e ao cabo, é encontrar uma saída para a carregada atmosfera de censura que pesa sobre o Governo.

Com efeito, o movimento de protesto da Ponte, com o seu «buziño», recusas de pagamento e outras formas de luta e com as solidariedades que suscita em todo o país, as lutas dos trabalhadores pelos seus direitos e interesses e contra a armadilha da concertação social, bem como a repulsa, a indignação e a inquietação expressa por todos os meios democráticos da oposição em relação à actuação ilegal, provocatória e intimidatória do SIS, constituem, no conjunto, uma manifestação de censura ao Governo de proporções raramente verificadas no nosso país depois do 25 de Abril.

Sintomaticamente, Cavaco Silva queixa-se de que o Governo está a ser confrontado com «um feroz combate político-partidário», o que é revelador das dificuldades que está a sentir e da vontade de transferir este «combate» para um terreno mais favorável, isto é, onde tenha garantida a vitória.

Se as oposições fossem no engodo de sujeitar ao juízo da maioria absoluta parlamentar laranja a presente crise provocada pelos acontecimentos da Ponte, não faltariam depois as fanfarronadas cavaquistas sobre «a grande vitória» do Governo.

Só que a maioria parlamentar absoluta que se dispõe a apoiar automaticamente o Governo, a um sinal de Cavaco Silva, foi obtida há três anos, antes da degradação social agravada pela recessão que alastrou precisamente neste período e nada tem a ver com a presente explosão de descontentamento popular que tem como detonador os acontecimentos da Ponte.

O desafio à moção de censura é, assim, um puro embuste (daqueles que Cavaco diz hipocritamente que não sabe como se fazem) para enganar o país e disfarçar o grande isolamento em que o Governo se encontra, mas que traduz também as sérias dificuldades que este atravessa.

As dificuldades do Governo são tanto de natureza política, como económica e social.

Em relação às primeiras, há as que têm a ver com o próprio processo da Ponte. Quanto a este, digam o que disserem os comentadores amigos do PSD ou apenas distraídos, o Governo foi irremediavelmente derrotado no projecto que associava os sucessivos aumentos da portagem da Ponte 25 de Abril à construção da nova ponte do Montijo. O Governo vai ter que encontrar outras formas de financiamento da nova ponte e vai provavelmente ter

O desafio à moção de censura é, assim, um puro embuste (daqueles que Cavaco diz hipocritamente que não sabe como se fazem) para enganar o país e disfarçar o grande isolamento em que o Governo se encontra, mas que traduz também as sérias dificuldades que este atravessa.

que rever os contratos que estabeleceu, em segredo, com os construtores desta última.

É tudo isto que torna insustentável a posição de Ferreira do Amaral, com consequências mais gerais na situação do Governo e que se soma à erosão da base de apoio social e política do PSD.

Há as dificuldades que têm a ver com os serviços secretos. O Governo levou demasiado longe a utilização destes, e especialmente do SIS, como sua polícia política privada e a tentativa de impor essa utilização como coisa banal. É o vezo antidemocrático do cavaquismo que se manifesta especialmente nos momentos de crise. Por outro lado, o SIS com a arrogância que esta espécie de serviços revela em todo o mundo, quando não existe efectiva fiscalização democrática, fazem gala de hostentar, através de fugas para a comunicação social, as actividades ilegais a que se dedicam, nomeadamente a fiscalização a partidos políticos e de eleitos de autarquias locais.

No tocante ao controlo e utilização dos serviços de informações, o Governo encontra-se numa situação muito frágil e comprometida em relação a iniciativas que, com muita probabilidade, o Presidente

da República e os partidos da oposição não deixarão de tomar.

No plano económico, as projecções ultra-optimistas que o Governo proclama nas GOPs para 1995 e a insistência patética na «retoma», não mudam a realidade que as contraditam, nem chegam para desfazer o efeito negativo das revelações estatísticas que mostram que nos últimos 6 anos, não só não nos aproximamos do «pelotão da frente» dos países comunitários - a anunciada grande meta de Cavaco - mas até nos distanciamos dele.

Por outro lado, o país já se habituou a não acreditar nas previsões de crescimento adiantadas pelo Governo, que nos últimos anos nunca se cumpriram, e começa a considerar sensatamente que a «retoma» é uma nova espécie de «oásis».

No plano social, reveste muita importância a declaração feita, segunda-feira, pelo Coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, após uma reunião da Comissão Executiva da Central, salientando que «não há qualquer hipótese» da CGTP assinar o acordo de concertação social, se o Governo não alterar as suas posições.

É claro que o Governo está a jogar em cheio com a UGT e esta, centrando tudo, como fez recentemente Torres Couto, na questão dos salários e abandonando os direitos e outras conquistas, alarga o campo de manobra do Governo.

Engana-se, no entanto, a UGT se julga que, em conluio com o Governo, pode trair impunemente os interesses dos trabalhadores.

Ilude-se o Governo se imagina que pode desarmar a luta dos trabalhadores e a contestação social, em qualquer proporção significativa, impondo de mão dada com a UGT um «acordo» que só interessa ao grande capital.

É neste quadro complexo e perigoso e, ao mesmo tempo rico de possibilidades, que o PCP promove hoje a abertura do Debate com o país para uma nova política.

Os comunistas lançam-se, assim, numa grande dinâmica de resposta aos mais importantes problemas nacionais, procurando assegurar a ampla participação de todos que partilhem das suas preocupações, contribuindo, desta forma, decisivamente para abrir o caminho para uma verdadeira alternativa democrática.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 050 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roxa — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lx. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O pupilo dos senhores reitores

Confirma-se aquilo de que sempre se suspeitou: os «estados gerais» do PS são uma forma deste partido disfarçar a falta de uma política alternativa em relação ao PSD com uma parada de nomes sonantes, propagandisticamente apresentados como recém-convertidos ao credo cor-de-rosa.

Esclareça-se desde já que na sua esmagadora maioria são nomes que desde há muito têm vindo a arrumar-se na área do PS, não traduzindo, por isso, grande significado político. Parece tratar-se, acima de tudo, do «aparecimento de novos protagonistas, que dão credibilidade ao PS», como esclareceu, Jorge Coelho, numa recente entrevista ao «Expresso».

Deve ser esta ânsia de «novos protagonistas» que explica o tom chocantemente publicitário com que o nome e a qualidade profissional de algumas pessoas são usados em estilo de reclamo: «seis reitores seis, na monumental abertura...» etc., e outros que tais.

Tentando eludir a questão da ausência de política alternativa, o citado Jorge Coelho anunciou: «Vitorino e a vasta equipa que está a trabalhar com ele vão trazer surpresas.»

Surpresas da parte de Vitorino, em que direcção?

Vão condenar as privatizações, que o PS ajudou a desencadear, e obstar ao seu prosseguimento? Vão contrariar a desastrosa estratégia da reconstituição e restauração dos grupos capitalistas monopolistas, iniciada pelo próprio PS e por ele ajudada, com acções e omissões, durante os anos do poder cavaquista? Vão romper com a política de desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações na esfera da saúde, do ensino, da segurança social e noutras áreas sociais? Ou vão continuar a concordar com a privatização de grandes unidades de saúde e o pagamento de taxas moderadoras nos estabelecimentos públicos? Ou vão continuar a apoiar o aumento das propinas no ensino superior? Ou vão continuar a perorar sobre a crise do «Estado providência»? Ou vão continuar a defender a existência de portagens na Ponte 25 de Abril, como medida regularizadora do trânsito?

Grande surpresa já apresentou a direcção do PS aos trabalhadores portugueses ao alhear-se completamente do processo de concer-

tação social (acatando assim as advertências de Cavaco Silva) e remetendo-se ao silêncio mesmo perante as propostas e os propósitos mais perversos do Governo e das Confederações patronais.

Quem duvida que o PS está a seguir «fielmente» as instruções do Livro Branco da Comissão de Bruxelas que preconiza a redução dos encargos sociais do Estado, o aumento da precarização do emprego e a contenção ou mesmo a redução salarial?

É perante este deserto em matéria de política e de políticas alternativas que o PS e o seu líder pensam poder socorrer-se dos «novos protagonistas» para ganharem credibilidade. Mas os riscos não são poucos precisamente no tocante à credibilidade.

A grande notoriedade dos coadjuvantes pode meter na sombra o principal oficiante se este não é muito mais notório. Num processo em que se reclamam tantos reitores não é negligenciável o risco do principal oficiante ficar na situação de pupilo dos Senhores Reitores. Aliás, uma legenda que tem tradição na nossa literatura...

■ Carlos Brito

No carro-vassoura

Estão ainda bem presentes na memória colectiva os slogans governamentais sobre a «democracia de sucesso», o «oásis» económico e a aproximação do país ao «pelotão da frente da CEE». E na mesma linha ciclista, as recentes afirmações de Cavaco Silva no Pontal, de que precisamos estar «atentos a todas as fugas» e que «é decisivo não descolar do 1º pelotão».

Se o nariz do primeiro-ministro crescesse com cada mentira, teria atingido desta vez o Guinness Book.

Não há muito, num relatório da Comunidade Europeia de «apreciação do PDR para Portugal - 1994-99» podia ler-se que «ainda que se mantenham os diferenciais de crescimento registados no triénio anterior a 1990 (período em que acelerou o crescimento económico do país) serão precisos 40 anos para que Portugal atinja um PIB per capita de 90 por cento da média da Comunidade».

Ora o que é particularmente grave é que esta distância abissal de mais de quatro décadas que separa o nosso país da média da União

Europeia, não só não diminuiu nos últimos anos, como se está a acentuar ainda mais.

Atente-se na notícia do *Expresso* do passado fim-de-semana intitulada «Portugal perde meia década», em que são citados os elementos estatísticos e as previsões mais recentes para mostrar que «a economia nacional vai registar até 1995 - logo, durante três anos consecutivos - taxas de crescimento inferiores à média comunitária, anulando uma boa parte dos progressos que foram alcançados (anteriormente) em matéria de convergência real» com a União Europeia.

É uma situação gravíssima para o país e um veredicto arrasador para o primeiro-ministro e o seu governo.

Em vez do «pelotão da frente» tão propagandeado, a verdade nua e crua é que o cavaquismo atirou o país para o carro-vassoura comunitário.

■ Edgar Correia

Nogueira ao jantar

Apesar de vários jornais diários já terem dado uma valiosa contribuição para que, no futuro, os investigadores possam ter acesso a algumas das mais luzidias pérolas jamais produzidas pelo cintilante pensamento e pela admirável craveira intelectual dos governantes de Portugal no ano da graça de 1994, é nosso estrito dever associarmos também ao registo histórico das inesquecíveis declarações feitas, em 23 de Setembro, por Fernando Nogueira, Vice-Presidente do PSD e Ministro da Defesa, num jantar em Matosinhos.

É tanto o nosso deslumbramento, que quase apetece reproduzir fielmente tudo o que a agência LUSA e os jornais divulgaram, para que não se cometa a cruel injustiça de alguma frase ficar esquecida.

Não sendo isso possível, fiquem os leitores a saber que, segundo o Nogueira que dizem ser o segundo, «a estabilidade é tão importante para Portugal como a saúde para as pessoas», que «só damos valor à saúde quando a perdemos», que os períodos de estabilidade «são curtos» [ora aí está uma boa

notícia porque o cavaquismo já leva nove anos] e «estão sempre associados a uma personalidade, a um homem de Estado» e que «sem estabilidade não é possível estar no pelotão da frente da Comunidade Europeia». Tudo maneiras complicadas e arrevezadas de dizer que não podemos perder o Prof. Cavaco porque ele é a estabilidade, ele é que é a saúde de Portugal e ele é que nos mantém no famigerado «pelotão de frente», embora haja para aí uns desesperados opositores e «profetas da desgraça» que, soezmente, apenas achem que o Prof. Cavaco vai sempre é no pelotão da frente da Volta a Portugal da Mentira e da Demagogia.

Fiquem também os leitores a saber que, segundo o Vice do PSD, «Portugal sabe de onde vem e para onde quer ir», que «temos uma oportunidade única de retomar a grandeza do nosso passado», que é indiscutível «a dimensão planetária» de Portugal pois «não haverá muitos países que nos possam imitar» quando «na mesma semana, lançamos um programa de desenvolvimento local destinado à recuperação de artes e ofícios e

um programa aeroespacial» (?!?!).

E não percam também os leitores a informação de que, por entre apelos a um «grande arreganho» do PSD para vencer «as crises a mais» que estão aí, Fernando Nogueira ainda nos brindou a todos com a penetrante e científica observação de que «sempre que se avizinha um final de século, o homem questiona, sofre angústias existenciais, vive turbulências, tem dúvidas, agravadas pelo facto de ser também o fim do milénio».

Na árdua tarefa de procurar uma explicação para tamanho bolor e para tanto dislate, qual deles mais ridículo e pomposo, talvez seja justo adiantar que, manifestamente, o PSD e os seus mais destacados responsáveis mergulharam de cabeça no que se poderia chamar a «psicose do refúgio».

Ou seja, como lidam mal ou estão em conflito com o presente, refugiam-se nas glórias passadas da pátria ou peroram sobre «amanhãs» que, sendo laranjas, em vez de cantarem, zurraram. Como estão sendo incomodados e golpeados por um vasto e com-

bativo descontentamento popular, refugiam-se no conforto da sua dócil maioria parlamentar. Como não têm razão e as suas «razões» são desprezadas e ridicularizadas, refugiam-se na aposta da intimidação, da coacção e da provocação. Como em Portugal parece estar em crise o seu prestígio, refugiam-se na estratosfera. Como a sua política é cada vez mais contestada, refugiam-se na confortável explicação de que tal absurdo só pode resultar das «turbulências» e «angústias existenciais» que o «fim do século» e o «fim do milénio» lançam nas frágeis mentes dos ingratos portugueses.

É claro que também pode haver quem, com alguma maldade, defenda uma explicação menos política e mais prosaica. Mas é muito difícil fundamentá-la. É que as notícias publicadas na imprensa sobre esta discursata de Fernando Nogueira não referem se ela foi feita no princípio ou no fim do jantar propriamente dito e não recenseiam o teor alcoólico das bebidas que foram servidas.

■ Vítor Dias

“Ajuda externa” ou AMENDOINS

T

ell me the old, old story, que é como quem diz “conta-me histórias da carochinha” - assim titula o *The Economist* de 23/7/94 um artigo sobre a ajuda externa dos EUA para 1995, suposta responder à “nova visão” proclamada por Clinton. São números que por si dão que pensar. Por isso nos limitaremos quase só a resumi-lo.

E

m Novembro de 1993, Clinton anunciou que iria rever por completo a política de ajuda externa dos EUA. Acabada a guerra fria, o correspondente sistema de ajuda externa, feito para recompensar Estados clientes e aliados, estava obsoleto. Doravante, proclamou, não mais verbas para receptores, sim verbas para *objectivos*. Desenvolvimento sustentado, democracia, paz, assistência humanitária, crescimento pelo comércio e o investimento, diplomacia - eis os seis nobres *objectivos* da era Clinton. *Soa a novo. Mas não é* - esclarece logo o *The Economist* e explica porquê: Os 13,7 mil milhões de dólares de ajuda externa aprovados para 1995 irão, *grosso modo*, para os lugares do costume, só o nome da rubrica é que muda...

O

s EUA persistem em usar a ajuda externa para “adoçar” a paz que apadrinharam em 1979: Israel e Egipto, em conjunto, continuam a absorver cerca de 5 mil milhões anuais. Somem-se agora uns míseros 80 milhões para os Palestinos - e no total o Médio Oriente arrecada como antes cerca de 40% de toda a ajuda externa. Em contraste, todas as repúblicas da naufragada ex-União Soviética não embolsarão mais que 839 milhões: 150 para a Ucrânia, 50 para a Geórgia, 75 para a Arménia... A Rússia, se for bem comportada, poderá vir a ser gratificada com 300 a 400 milhões, 1/6 apenas da quota do Egipto.

A “promoção da paz” (leia-se, assistência militar gratuita) absorverá como usualmente uns bons 3,2 mil milhões. Vão só praticamente para 2 países, pois Israel disporá de 1,8 mil milhões e o Egipto de 1,3 mil milhões. Os trocos cabem à Jordânia, Grécia e Turquia. (Entretanto, as vendas de armamento duplicaram sob a administração Clinton, alcançando em 1993 um pico recorde de 33 mil milhões de dólares. Será que são 3,2 mil milhões para “promoção da paz” e dez vezes mais para “promoção da guerra”? Interessante saber que cerca de 40% dessas vendas foram para a Arábia Saudita e 20% para Taiwan.)

Finalmente, há a fatia da “ajuda multilateral”, uns 2,5 mil milhões de dólares, canalizados vja Banco Mundial e FMI - cuja desastrosa política de “ajustamento estrutural” tem levado à falência inúmeros países do Terceiro Mundo.

Afinal, como conclui o *The Economist*, após uma tal divisão do bolo “não resta muito para qualquer tipo de nova visão” na era Clinton.

A

revista ilustra o seu artigo com um curioso gráfico, que intitula *Amendoins*. Nele se desenham as *curvas dos gastos USA* em “ajuda económica externa” e... em batatas fritas (*potato crisps and tortilla chips*). É flagrante que desde 1988 (com excepção de 1991) os norte-americanos gastaram sempre mais em “batatas fritas” do que em “ajuda económica externa”; e a curva desta está agora em claro decurso, enquanto a curva daquela se mantém em firme ascensão. Façamos um contraponto, citando as *World Debt Tables* do Banco Mundial, recentemente publicadas. A dívida externa global dos ditos “países em desenvolvimento” cresceu de 658 mil milhões de dólares em 1980 para 1770 mil milhões em 1993, i.e., quase triplicou. Avoluma-se a dívida, aumenta o pagamento da dívida, cresce toda a sucção multiforme de recursos do Terceiro Mundo. Aí, não são *amendoins* que o imperialismo vai colher...

C.A.I.

O PS na Ponte — «betinho» ou fariseu?

Na cultura «teenager» deste final de século diz-se de alguém que é «betinho» quando revela inabilidade crónica para se mexer acertadamente nas situações mais complexas da vida quotidiana.

Vem isto a propósito da actuação do Partido Socialista em todo o processo de luta contra as portagens da Ponte 25 de Abril, que diversos comentadores insuspeitos têm considerado de perfil acentuadamente rasteiro, excessivamente «bem comportada», «primando pela ausência», «inocente», ou mais ou menos «betinha».

De facto, o PS não apareceu nas lutas do bloqueio de Junho, não deu a cara nos grandes protestos de Setembro e não apoiou a reivindicação do fim das portagens, mantendo-se, com algumas divergências internas, apenas contrário ao respectivo aumento.

O PS não aparece na luta de massas, não entende, não apoia, não assume e não ajuda a organizar a resistência dos cidadãos que pagam taxa para vir trabalhar a Lisboa. O PS não escuta sequer os seus autarcas dos concelhos mais atingidos pela situação, nem apoia a posição da Junta Metropolitana de Lisboa.

O PS não dá um único passo que possa colocar seriamente em questão o Governo e a continuidade da sua política, não o fez em mil e uma oportunidades e não o faz na ponte. Limita-se a apelar à «boa vontade» do Primeiro-Ministro, a remeter para os tribunais a possibilidade de revogação dos aumentos e a embrulhar-se na Assembleia da República, a (des)propósito da ponte, nas manobras de diversão do PSD.

O PS não corre o risco de «pressionar o Presidente da República», nem sequer se sente particularmente afectado pelas iniquidades do SIS, ou pelas provocações e manobras de intimidação de Cavaco e seus pares.

O PS, este PS sob a direcção de Guterres, revela, em todo este processo da luta da ponte, um acentuado refinamento dos vícios de há muito diagnosticados.

À revelia da sua base de apoio democrática, o PS assume-se «socialmente neutro», não toma posição nos conflitos sociais, procura «distância crítica» relativamente à indignação dos trabalhadores ou dos utentes da ponte, limita-se a capitalizar descontentamentos gerindo-os «q. b.» no plano institucional, submete aos objectivos e «timings» eleitorais toda a sua intervenção política, como se nada de relevante se passasse, como se tudo se resumisse à alternância no poder, como se não houvesse problemas para resolver aqui e agora e tudo pudesse esperar por essa mirífica «nova maioria».

O PS assume-se como o gémeo retardado do PSD. Instrumentalizando base social de apoio, princípios e programa, faz suas as propostas que o PSD urdiu anos atrás para aspectos essenciais do ordenamento jurídico e das políticas sectoriais, na Constituição, como na economia, na saúde ou na defesa.

O PS nada quer ter a ver com lutas sociais e tem da vida política a concepção de que o fundamental se resolve na cumplicidade das sacristias e o resto é «marketing» e «política-espectáculo».

Em choque com os interesses do regime democrático e a opinião de muitos socialistas, o PS persegue neste momento um objectivo central que o deixa de pés e mãos atados para protagonizar qualquer política alternativa ao PSD, na ponte 25 de Abril ou em qualquer outro tabuleiro: esse objectivo é a convergência com o PSD na revisão constitucional, nomeadamente quanto a mecanismos de engenharia eleitoral que favoreçam a bipolarização artificial da vida política e a possibilidade do PS chegar ao poder «sozinho».

Por isso, pela lógica intrínseca do projecto de conquista do poder «sozinho» da actual direcção do PS, e porque do Pontal à Ponte 25 de Abril o manobrista político de Cavaco, gerindo a possibilidade de acordo na revisão constitucional, determina em última análise a própria estratégia do PS, não há que esperar na luta da ponte outra posição do Partido Socialista.

A não ser que o céu lhes caia sobre a cabeça, isto é, salvo qualquer inesperada alteração essencial no quadro de evolução da situação política, o PS vai continuar na ponte a parecer «betinho».

Mas, independentemente de quantos «betinhos» por lá haja, tudo se resume a hipocrisia e falsa santidade de «fariseu».

■ Carlos Gonçalves

Luís Sá reassume funções de deputado na AR

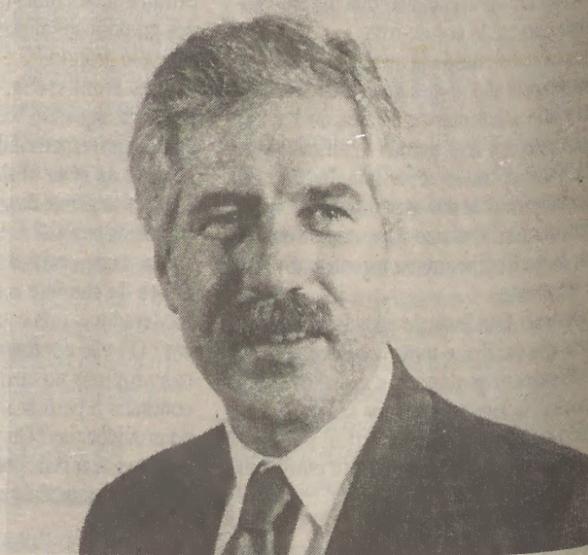
O Grupo Parlamentar do PCP indicou na passada semana João Amaral e Luís Sá como representantes do PCP na Comissão Eventual de Revisão Constitucional.

Esta indicação, refere uma nota do Gabinete de Imprensa do Partido, «significa que Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, reassume as funções de deputado à Assembleia da República, o que nos termos da legislação impossibilita a continuação do exercício das suas funções de deputado no Parlamento Europeu.

«A cessação de funções de Luís Sá no Parlamento Europeu deve ser considerada no quadro da importância compreensivelmente atribuída pelo PCP a exigentes tarefas no plano nacional, designada-

mente as decorrentes da abertura do processo de revisão da Constituição e da preparação das próximas eleições legislativas, e no contexto do princípio há muito assumido pelo PCP de que as funções de deputado ao Parlamento Europeu devem ser exercidas em regime de dedicação integral.

«A representação do PCP no Parlamento Europeu e a sua qualificada intervenção em defesa dos interesses nacionais continuará a ser assegurada pelos deputados Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro e por Honório Novo, até aqui vereador na Câmara Municipal de Gaia e quarto candidato do PCP na lista da CDU às últimas eleições para o Parlamento Europeu».



Honório Novo integra agora a representação do PCP no Parlamento Europeu juntamente com Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro. O deputado tem 43 anos e é licenciado em Engenharia Electrónica. É desde Abril de 1990 vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, tendo sido o cabeça de lista da CDU nas eleições autárquicas de 1993. Foi o quarto candidato do PCP na listas da CDU às últimas eleições para o Parlamento Europeu



PCP recebe delegação da ASPP

A pedido da Associação Sócio-Profissional da Polícia, uma delegação do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, e também integrada pelo deputado António Filipe e José Neto, membro do Conselho Nacional do PCP, recebeu, na passada quinta-feira, 22 de Setembro, pelas 11 horas, no Centro de Trabalho da Rua Socorro Pereira Gomes, uma delegação da Direcção da ASPP.

Barcelos Têxtil despede

A tão propagandeada retoma económica não dá sinais no concelho de Barcelos, onde o agravamento da situação continua a afectar centenas de trabalhadores.

Em comunicado, a Comissão Concelhia do PCP alerta para a degradação das condições de vida, resultado da crise que continua a afectar o sector têxtil. É exemplo disso o encerramento da empresa Alves & Vieira cujos 30 trabalhadores não puderam retomar o trabalho após as férias. Segundo o PCP, «a entidade patronal aproveitando a ausência dos trabalhadores, deixou a empresa só com as paredes».

Na Guial, as perspectivas também não são muito animadoras, apesar da assembleia de credores ter recentemente viabilizado a empresa. Com a reabertura prevista para o passado dia 15, a verdade é que as portas mantêm-se encerradas e os seus 150 trabalhadores continuam no desemprego.

Na Rainha do Cávado, os salários em atraso atingem 350 trabalhadores, sendo os problemas financeiros constituem o actual panorama de vári-

as empresas que foram viabilizadas em assembleias de credores.

A Comissão Concelhia de Barcelos do PCP chama ainda a atenção para a abertura deficiente do ano lectivo, nomeadamente na Escola Secundária de Arcozelo, onde há turmas com mais de 30 alunos, enquanto na escola secundária de Barcelos há falta de funcionários, o que afecta seriamente os serviços administrativos, cantinas e segurança do estabelecimento.

Os comunistas concluem haver na maioria das escolas falta de equipamentos sociais, sobrelotação e professores por colocar.

A nota da concelhia aborda por fim a questão do Plano Director Municipal, que apesar de «tardio» se encontra finalmente em fase de discussão, considerando que a Câmara já devia ter fornecido um exemplar à CDU, devendo promover uma série de debates temáticos para melhor compreensão dos documentos em causa e permitir que as populações tenham uma palavra sobre o seu futuro.

PCP desmente

Face à publicação pelo semanário «O Independente» de uma peça incluindo referências a alegados contactos e iniciativas tendo em vista um suposto apoio do PCP a uma candidatura do General Ramalho Eanes à Presidência da República, o Gabinete de Imprensa do PCP dirigiu uma carta ao director daquele jornal onde salienta:

«A "notícia" atribui a Álvaro Cunhal uma afirmação no discurso da Festa do "Avante" que obviamente não foi feita, como aliás todos os órgãos de comunicação social que acompanham aquela iniciativa sabem, pelo que se trata, pura e simplesmente, de uma patente falsidade.

«É igualmente falso que estejam em preparação quaisquer

encontros como os referidos por "O Independente".

«Os objectivos políticos apontados por "O Independente" para esses imaginários encontros não passam de especulações sem qualquer fundamento, verosimilhança ou credibilidade.»

CAMARADAS FALECIDOS

António Godinho

Faleceu, no passado dia 30 de Agosto, António Ramires Godinho, que contava 71 anos. Já militava no Partido durante a clandestinidade, período em que distribuiu milhares de exemplares do «Avante!» nas ruas de Aljustrel, de onde era natural.

Hipólito Silva

Faleceu, no passado dia 15 de Setembro, Hipólito Silva. Contava 83 anos, era reformado da CP e estava organizado na Freguesia de Vendas Novas.

Júlio Paour

Faleceu, com 76 anos, Júlio da Cruz Paour. Militante do Partido há mais de 50 anos, foi funcionário na clandestinidade, nos anos 40 e 50, desempenhando tarefas de responsabilidade em Lisboa, Algarve e Porto na sequência das quais conheceu as prisões da PIDE durante cerca de cinco anos. A Comissão Concelhia da Marinha Grande associou-se ao funeral, onde o camarada Saul Fragata proferiu uma intervenção de homenagem.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Distrito do Porto

Desemprego cresce o dobro da média nacional

Em Conferência de imprensa, realizada terça-feira, a Direcção Regional do Porto (DORP) chamou a atenção para o agravamento da situação económico-social, as dificuldades na abertura do ano escolar e os desequilíbrios no ordenamento e ambiente metropolitanos, aproveitando ainda para divulgar uma série de iniciativa a realizar a curto prazo.

A DORP assinala com preocupação o prosseguimento da destruição da estrutura produtiva regional, designadamente na indústria, agricultura e nas pescas. No coração da área urbana do distrito do Porto assiste-se ao «constante encerramento de empresas industriais, sem que se verifiquem investimentos significativos noutros sectores de actividade».

«Os dados oficiais confirmam que tarda a retoma económica, apesar de tão propagandada pelo Governo, que a realidade continua a ser a diminuição do emprego e do poder de compra das populações», refere o comunicado da DORP que acrescenta:

«No distrito do Porto (...) o desemprego cresceu a um ritmo muito superior ao da média do País, atingindo uma taxa de crescimento que é quase o dobro da média nacional, chegando mesmo a duplicar em vários concelhos da Área Metropolitana, com destaque para o Porto, Gaia e Gondomar».

Citando dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a DORP afirma que entre Julho de 1993 e Julho deste ano, «o número de desempregados registados nos centros de emprego do distrito do Porto cresceu 28,8 por cento, enquanto a nível nacional cresceu 16,1 por cento. mas nos concelhos do Porto, Gaia e Gondomar o crescimen-

to, em percentagem, foi, respectivamente, de 36,9 por cento, 35,7 e 35,5 por cento».

Os comunistas atribuem este agravamento aos «profundos desequilíbrios económico-sociais, à falta de uma política governamental de combate às assimetrias e desigualdades, ao sucessivo adiamento da regionalização, consequente centralização da atribuição dos fundos comunitários e à elaboração do próprio Orçamento de Estado, que se repercute nos escassos investimentos públicos em infraestruturas, habitação e equipamentos sociais, educativos e culturais».

Ano escolar

A abertura do ano escolar mereceu uma análise particular da DORP que constata «muitas dificuldades, devido à falta de pessoal não docente, ao atraso de obras indispensáveis, à sobrelotação da maioria das escolas C+S e secundárias em que o distrito do Porto apresenta dos piores índices do País, à escassa rede pública da educação pré-escolar, a pior do Continente, ao atraso e aos atropelos na colocação de educadores de infância».

Segundo os comunistas, e contrariamente às afirmações da ministra da Educação «em todo os concelhos do distrito do Porto há escolas em condições de tal modo precárias que é impossível assegurar a qualidade de ensino/aprendizagem que permita o combate ao insucesso e abandono escolares».

De destacar ainda na análise da DORP de problemas regionais, a tomada de posição do PCP de «total solidariedade com a luta da população de Gondomar contra a possível instalação de uma aterro industrial, e quanto ao movimento que cresce contra as portagens de Ermesinde e da Maia», cuja abolição o PCP já pediu através de um projecto de lei apresentada na AR.

A DORP anunciou ainda várias acções para os próximos meses designadamente uma série de iniciativas sob a designação «Debate com o País para uma Nova Política».

Debate com o País

para uma nova política



Hoje em Lisboa

Carlos Carvalhas na sessão de abertura

Com uma comunicação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, realiza-se hoje, com a participação de algumas centenas de pessoas, às 17 e 30, na Sala Europa do Hotel Altis, em Lisboa, a sessão pública de apresentação do **Debate com o País para uma Nova Política**.

Esta sessão abre o processo de um debate que compreenderá uma série de iniciativas, já anunciado pelo Comité Central do PCP que, em Junho passado, deliberou encarregar os seus organismos executivos, em estreita colaboração com as Direcções Regionais e Áreas de Trabalho, de «desenvolver um conjunto de acções que virão a culminar numa grande realização nacional» no final do primeiro trimestre do ano que vem.

Neste debate com o País, afirmava a resolução do CC, procurará o Partido, «num conjunto diversificado de iniciativas, radiografar a crise económico-social e dar voz e lugar aos problemas e anseios dos trabalhadores e das massas, na procura de soluções e respostas que devem integrar uma nova política».

«Aberto como sempre ao diálogo com todos os sectores culturais, sociais, económicos e políticos da vida nacional, empenhado na audição dos técnicos, especialistas e instituições, o PCP procurará que o debate privilegie o contacto directo com as massas, com as suas organizações e as suas lutas, nos locais de trabalho e de encontro com os cidadãos.»

Mais tarde, discursando no encerramento da Festa do «Avante!», Carlos Carvalhas insistiria no carácter aberto, descentralizado e na postura de diálogo que está na base deste Debate com o País:

«O Debate com o País para uma Nova Política (...) constitui um vasto, diversificado e descentralizado conjunto de iniciativas de diálogo e de debate aberto do PCP com a sociedade, e dirige-se a **todos os cidadãos** que estão preocupados e insatisfeitos com a situa-

ção nacional, que se interrogam a respeito das soluções e dos rumos a adoptar e que aspiram a uma alternativa de mudança real em relação ao governo e à política de direita.»

«Não partimos obviamente do zero para este conjunto de iniciativas», afirmou então o dirigente comunista. «O PCP colocará naturalmente à reflexão de quem participar o seu próprio património de análises e de propostas com vista a uma profunda viragem na vida política nacional, o desenvolvimento harmonioso e solidário, a melhoria do nível e qualidade de vida das populações, a consagração da educação e da ciência e tecnologia como vectores estratégicos, a defesa da produção nacional e a modernização do aparelho produtivo, o aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, a defesa da soberania e da independência nacional. Mas é nossa postura fundamental e afirmada vontade, a de escutar e de reflectir seriamente sobre todas as contribuições, num quadro de assumido estímulo à intervenção dos cidadãos e à democracia participativa e de ampliação de um forte movimento de opinião que contribua para tornar a questão da nova política um eixo central da luta pela alternativa.»

Na sessão de abertura, hoje, Carlos Carvalhas apresentará, além das grandes linhas de força das ideias que o PCP lançará em debate, também o quadro geral das mais importantes iniciativas que irão assegurar o essencial deste processo, que será enriquecido por muitas realizações da mais variada dimensão. O secretário-geral do PCP fará ainda o enquadramento deste grande conjunto de iniciativas abertas aos trabalhadores, à sociedade e ao País na presente situação política e na necessidade de assegurar uma grande viragem democrática na vida nacional.

No final da sessão, seguir-se-á um convívio entre os participantes.

Carga policial faz feridos em S. Miguel

A Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP manifesta «o mais vivo repúdio pela brutal e injustificada carga do corpo de intervenção da PSP» que no passado dia 17 provocou vários feridos no Jardim das Capelas.

Tudo aconteceu na sequência da entrada no posto local da PSP de três familiares de um cidadão detido, com o intuito de obter informações. Pouco depois surge o corpo de intervenção da PSP no Jardim das Capelas com dezenas de agentes armados de cassetetes e intima todos os cidadãos que habitualmente frequentam aquela zona a abandonar o local e todos os cafés a fechar no prazo de cinco minutos.

Decorrido o prazo, a polícia carrega indiscriminadamente sobre todos os cidadãos que ainda estavam presentes, sobre os transeuntes e mesmo sobre os que vieram às suas portas perturbados pelo barulho.

Segundo afirma a nota da Comissão de Ilha foram particularmente atingidos a equipa e apoiantes do «Capelense» que festejavam a vitória do seu clube nessa noite; um casal de noivos, um deficiente mental no adro da Igreja e utentes dos cafés e proprietários, que foram perseguidos nas ruas.

O PCP considera «intoleráveis acções deste género, exige claras e rápidas explicações do Comando Regional da PSP» solicitando das autoridades judiciais «o rápido seguimento às queixas dos agredidos e considera dever apelar para a justa reparação que é devida a cidadãos livres que foram brutalmente tratados sem nada terem feito».

Cachão continua inactivo

«Mau negócio para a região e municípios» é como qualifica a Comissão Concelhia de Mirandela todo o processo em torno do complexo agro-industrial do Cachão.

«Passados que são 10 meses da sua transformação em complexo agro-industrial do Nordeste e entrega às câmaras de Vila Flor e Mirandela, nada foi feito em benefício da região, continuando em completa inactividade aquele que seria o principal pólo de desenvolvimento do Nordeste».

Acrescente-se que, segundo a concelhia de Mirandela do PCP, também «em relação à criação de postos de trabalho, a

solução encontrada em nada corresponde ao assumido pelas autarquias, nomeadamente pela CM e Mirandela. Nos poucos postos de trabalho criados, as condições são as mais precárias».

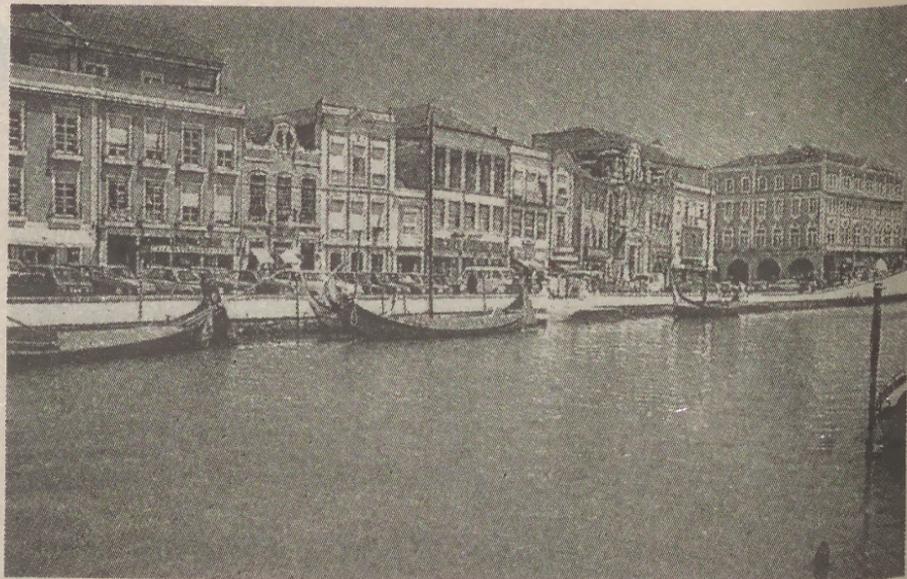
A concelhia analisou ainda o plano hidrológico espanhol, manifestando a sua preocupação pelas notícias vindas a público que a concretizarem-se retirariam 85 por cento dos caudais dos rios Tuela e Rabaçal. Apesar dos enormes prejuízos para o concelho, quer a nível económico, turístico e ambiental, o executivo camarário tem mostrado um completo e estranho desinteresse

pelo assunto, referem os comunistas de Mirandela.

Na sua nota, a estrutura local do PCP reafirma que está «contra o definitivo encerramento da linha férrea do Tua, decretado pelo Governo e pelo conselho de gerência da CP que neste momento negocia com a empresa Rodonorte a entrega do percurso Mirandela-Bragança». Recorde-se que até agora o trajecto era assegurado pela Auto Viação do Tâmega a cargo da CP, em substituição do comboio.

Esta medida, indica o PCP, terá como consequência imediata o aumento das passagens e a retirada de regalias aos reformados e militares

Relativamente à sua actividade nos próximos meses, a concelhia destaca a inauguração já em Outubro, do novo centro de trabalho de Mirandela e a preparação da 2ª Assembleia Regional de Bragança, marcada para o próximo mês de Dezembro.



Distrito do Aveiro Patronato aproveita crise para aumentar lucros

A precarização do emprego e o desemprego, a diminuição dos salários reais, os atentados aos direitos dos trabalhadores e das suas estruturas representativas, visando a sua liquidação, constituem hoje a nota dominante que caracteriza uma acentuada degradação das condições de vida de quem trabalha por conta de outrem, no distrito de Aveiro, afirma uma nota da DORAV, que esteve reunida no passado fim-de-semana. Do texto divulgado publicamos alguns extractos.

Os números oficiais apontam já para a existência de cerca de 15 000 desempregados. Generalizam-se os despedimentos, em muitos casos colectivos, de trabalhadores efectivos, cujos lugares vão sendo ocupados por trabalhadores contratados a termo certo ou mesmo sem contrato, com salários muito baixos e sem um mínimo de regalias. Existe já e prolifera o trabalho escravo, com situações em que se trabalha 16 e 17 horas por dia, sem folgas e sem o mínimo de segurança no emprego.

Em muitos casos, é nítida a intenção do patronato de limitar, ou mesmo de liquidar, estruturas representativas dos trabalhadores, através da repressão e do despedimento de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores.

Mantém-se e, em alguns casos, acentuam-se as situações de salários em atraso. Algum patronato, a pretexto da «crise» tem tentado, embora sem sucesso, limitar as reivindicações dos trabalhadores com tentativas de «acordos sociais de empresa».

A verdade é que, de facto, a política do Governo PSD tem levado a economia nacional a uma forte degradação, com reflexos no Distrito como o exemplificam as dezenas de encerramentos de empresas verificados durante o corrente ano. Contudo, apesar disso, é um facto indeneável que o patronato, invocando a «crise» e provocando a degradação salarial e a precariedade do emprego tem aumentado substancialmente os seus lucros, facto comprovado pelos estudos do Banco de Portugal.

E é por isso que, apesar dos

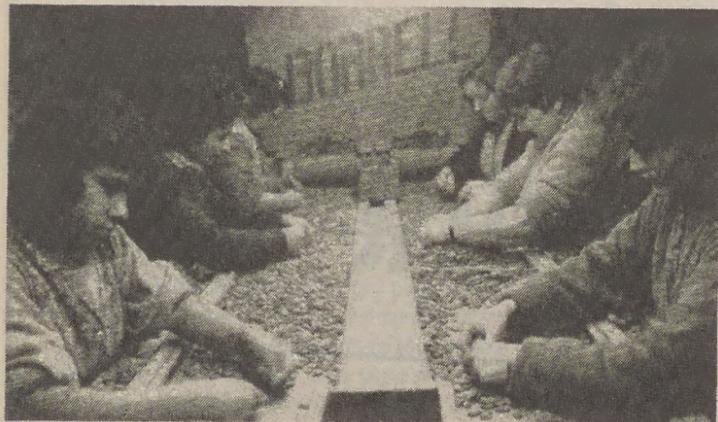
atentados às liberdades e direitos dos trabalhadores, estes continuam a lutar pelos seus direitos, como acontece na Portucel, na F. Ramada, na Função Pública e em várias outras empresas e sectores.

A DORAV conclui pela necessidade de intensificar a denúncia destas situações e continuar a luta, empresa a empresa, sector a sector, contra todas as tentativas de sacrificar salários, postos de trabalho e de retirar direitos aos trabalhadores. O exemplo recente do não encerramento das empresas têxteis de Águeda, conseguido através da acção unida e determinada dos seus trabalhadores é a demonstração de que vale a pena lutar.

Conclui ainda pela necessidade de se intensificar o combate à proposta de Acordo Social apresentada pelo Governo de Cavaco Silva, que visa «legalizar» as ilegalidades hoje cometidas pelo patronato».

Sobre a abertura do ano escolar, a DORAV assinala que «as escolas do distrito abrem com um grande défice no que respeita aos recursos humanos (em 19 de Setembro, em 61 escolas do distrito, faltavam 322 funcionários) o que implica o encerramento de inúmeras cantinas, bibliotecas e outros serviços, funcionamento de serviços administrativos com limitações de horário de atendimento ao público.

Tal implica que muitas escolas funcionam num só turno (manhã ou tarde), que jardins de infância funcionem apenas com a educadora, sem qualquer apoio, que se iniciem as aulas sem que se tenham concluído obras, que se agrave em geral a já precária segurança de muitos estabelecimentos de ensino, que muitos transportes escolares não correspondam às necessidades, muitas vezes exigindo que crianças e jovens passem longas horas fora de casa, sem que se ofereçam alternativas à sua ocupação, nos períodos de tempo em que não estão em actividades escolares».



«PSD faz a sua regionalização» — acusa DORPOR

«O PSD mente quando fala na maior autonomia e transferências de competências para o Poder Local. O que o PSD e Cavaco Silva têm feito é despejar no Poder Local o que é negativo para a imagem do Governo e para as suas extensões, sem o respectivo reforço financeiro asfixiando e dificultando a capacidade de iniciativa das autarquias, utilizando a pressão sobre a maioria delas e os sacos azuis para a sua clientela», acusa em comunicado a Direcção Regional de Portalegre que recorda:

«Ainda em Junho o PSD, em comunicado das distritais de Portalegre, Évora e Beja, desafiava o PCP sobre a regionalização e afirmando que por ela se bateria.

«É inacreditável que apenas

dois meses depois um comunicado da secção de Portalegre venha saudar a decisão anunciada por Cavaco Silva de retirar os artigos da Constituição referentes à criação das regiões administrativas».

Os comunistas de Portalegre concluem que «o PSD não é de confiança, mente, um dia diz uma coisa, no dia seguinte faz outra», e exemplificam:

«O PSD mentiu porque está a fazer a sua regionalização, inaugurando novas sedes, destacando quadros seus, centralizando os serviços de Educação, Saúde e outros em Évora.

«O PSD mente quando diz que está a aproximar o Poder dos cidadãos, quando os cidadãos ficam é mais distantes da assistência médica, dos serviços

de Educação, extinguem serviços dos CTT, transportes rodoviários e ferroviários».

Por outro lado, a DORPOR considera que «era importante que o PSD dissesse ao País quanto custam as extensões das CCR e as outras extensões do Estado, quantas pessoas envolve, quais os custos com os equipamentos».

O PCP contrapõe que «em vez de políticos destacados, suporte das clientelas do PSD, a executar a política regional, sejam instituídas as regiões e que essas pessoas e programas sejam sujeitas ao voto das populações. Certamente que as populações estariam mais defendidas, assim como a coesão nacional e o combate às assimetrias regionais».

INATEL cancela projecto no Pico

Reagindo a várias notícias divulgadas por autarcas do Pico, no sentido de que o INATEL pretende cancelar o projecto de um Centro de Férias em Vila da Madalena do Pico, o deputado regional do PCP, Paulo Valadão apresentou um requerimento na Assembleia Regional dos Açores em que exige que o Governo Regional divulgue as informações que detém e tome posição sobre a matéria.

Segundo Paulo Valadão, a primeira pedra do Centro de Fé-

rias foi lançada há cerca de um ano, numa cerimónia em que participaram o Ministro da República para os Açores, o presidente da Assembleia Legislativa e o secretário regional do Turismo e Ambiente.

Como recorda o deputado comunista «as próprias palavras proferidas pelo presidente do INATEL, nesse acto, foram de molde a acreditar-se ter esse instituto uma postura séria no que respeita a esse projecto de instalação de um Centro de Férias na Madalena».

Entretanto, neste momento tudo indica que o INATEL pretende transferir a sua construção para a Ilha de S. Miguel, provavelmente para o concelho da Ribeira Grande, ou para a ilha de Santa Maria.

Paulo Valadão assinala que a iniciativa partiu do INATEL, mas teve todo o apoio e empenhamento da Câmara Municipal da Madalena que adquiriu e disponibilizou os terrenos necessários, concluindo que «não é credível que um Instituto Público, como é o INATEL,

tenha avançado com um projecto até ao ponto de iniciar formalmente a obra e tenha depois disso recuado por livre iniciativa».

A falta de transparência neste processo é óbvia, afirma-se no requerimento do PCP, que cita ainda algumas «informações não confirmadas» que referem a «existência de pressões com várias origens e localizações com vista a impedir que o Centro de Férias seja construído no Pico».

O deputado comunista con-

sidera que, «apesar de por agora não haver confirmação dessas informações, é de grande importância averiguar-se essa possibilidade, porquanto o problema é demasiado sério para ser tratado levemente e de forma contrária à unidade da Região, lesiva das justas expectativas criadas no Pico ou determinadas por interesses privados alheios ao espaço e papel próprio que tem o INATEL no fomento do turismo e no descanso de quem trabalha».

Resíduos tóxicos Estruturas comunistas defendem diálogo com populações

Com a divulgação da lista restrita de locais para a instalação de aterros de resíduos tóxicos, várias estruturas do Partido vieram a público contestar a decisão da ministra do Ambiente, denunciando várias irregularidades técnicas neste processo, onde a vontade das populações não é levada em conta

Em Gondomar, foi com «surpresa» que a Comissão Concelhia viu designado o Lugar de Midões, na Freguesia de Covelos, para a instalação do aterro a construir no Norte do País.

Desde 1990 que a população de Gondomar se manifesta contra o aterro, posição que aliás foi tomada pela Assembleia de Gondomar. Acresce, como frisa o comunicado da concelhia, que o Plano Director Municipal «não prevê para o Lugar de Midões algum aterro para resíduos industriais e tóxicos», mas antes, pelo contrário, defende «valores paisagísticos e naturais daquela mancha de floresta e o fomento do turismo na zona, estando a área de Midões incluída na Reserva Ecológica Nacional».

Por outro lado, os estudos técnicos realizados continuam a não responder às preocupações da população já levantadas em 1990. Nomeadamente, os comunistas lembram que o local tem mau acesso, não oferecendo condições de segurança exigíveis ao transporte de resíduos; está muito próximo de um importante afluente do rio Douro - o rio Sousa - havendo riscos reais de contaminação da água; está próximo de importantes áreas urbanizadas que se estão a expandir na direcção de Midões; e situa-se entre duas falhas neotectónicas havendo o risco de fracturas e contaminação dos solos e lençóis freáticos».

Neste contexto, os comunistas condenam que o Presidente da Câmara de Gondomar, Valentim Loureiro, tenha concordado com a localização do aterro «sem ter em conta as condicionantes técnicas do local, a vontade da população gondomarense e as decisões dos órgãos autárquicos do município».

O PCP reafirma que o Governo não pode «impor soluções contra a vontade das populações e as decisões dos órgãos autárquicos democraticamente elei-



tos, sobretudo quando há condições flagrantes nos estudos técnicos». Também «nunca aceitará que as promessas do PSD e do Governo de construir casas, escolas e estradas no concelho tenham como moeda de troca a aceitação dócil de um presente envenenado»

Oliveira do Bairro recusa aterro

A Comissão Concelhia de Oliveira do Bairro do PCP é «inequivocamente contra a instalação da lixeira de resíduos

tóxicos na região». Esta posição surge na sequência do recente anúncio governamental que aponta a região de Vagos/Oliveira do Bairro como a mais provável para a instalação da lixeira.

O PCP considera que «se por um lado a criação de tais aterros é necessária, estes não devem ser implantados em regiões que não contribuem para a produção de tais lixos». Por outro lado, acrescenta o comunicado,

«qualquer estudo minimamente sério não poderá apontar como local adequado uma zona com aglomerados populacionais próximos, onde estão situadas nascentes e que é considerada importante do ponto de vista agrícola».

Sublinhando a necessidade de medidas urgentes para a recolha e tratamento dos lixos industriais para se «pôr cobro à anarquia criminosa», os comunistas defendem que decisões deste tipo devem ser acompanhadas de um «estudo sério e competente sobre o impacto ambiental e sobre as condições de segurança», bem

como «do diálogo com as autarquias, outras instituições e com as populações».

Incineradora em Setúbal

Recolocando a discussão sobre a incineradora na ordem do dia, os eleitos da CDU do concelho de Setúbal, Regina Marques e Jerónimo Lopes, exigiram que o presidente da edilidade convoque a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da estação de tratamento de resíduos industriais.

Esta comissão foi criada no passado dia 12 de Julho para analisar a eventual escolha da Península da Mitrena para a construção daquele equipamento, entretanto já contestada pela CDU, órgãos autárquicos, designadamente freguesia do Sado, e por várias personalidades do concelho.

Segundo a CDU, há «ambiguidade» na posição do presidente da CM de Setúbal e dos responsáveis do PS, «sendo corrente que a compensação de mais de um milhão de contos para alívio da situação financeira do município estaria a abrir caminho à incineradora».

Por seu lado, a intervenção dos eleitos da CDU já permitiu que os responsáveis do Ministério do Ambiente rectificassem dados errados incluídos nos dossiers. Deste modo, o Ministério já reconheceu, tal como a CDU denunciara, que a península de Mitrena não poderia ser definida como possuindo «alta aptidão» no índice das infra-estruturas de saneamento básico, procedendo à imediata alteração dos documentos em discussão.

Para os eleitos da CDU, face à «vista grossa» do pelouro do ambiente na autarquia de Setúbal, torna-se necessário «alargar o estudo e debate quer ao público quer aos técnicos».

estará em debate a situação social e os direitos dos trabalhadores

Encontro Nacional dos Comunistas dos Correios

Vai realizar-se, no próximo dia 8 de Outubro, pelas 11 horas, na Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, um Encontro Nacional dos Comunistas dos Correios (CTT).

A ordem de trabalhos proposta incide sobre a situação da empresa e as consequências da política de direita para o serviço prestado e para os trabalhadores; a luta em defesa dos seus interesses e o fortalecimento das suas estruturas representativas; o reforço da organização, da informação e da coordena-

ção da acção dos comunistas nos CTT e o contributo para a definição de uma nova política para os Correios.

Para participar no Encontro, é necessário confirmar as presenças com alguma antecedência junto da respectiva organização (empresa, concelho ou região).

«Autarquias e Juventude» em Évora

«Autarquias e Juventude» é o nome de um Encontro que decorrerá no próximo dia 15 de Outubro, no Palácio D. Manuel, em Évora. A iniciativa tem início às 10.30 horas e pretende fazer uma análise e sistematização de experiências do trabalho das autarquias para a juventude e proceder à definição de orientações nesta área.



Estamos a receber na Redacção bastante correspondência dos nossos leitores exprimindo preocupações e opiniões ou fazendo sugestões, especialmente, sobre a situação social e problemas concretos que ela reveste (o que é um testemunho da sua gravidade e acuidade) e outra mais relacionada com o nosso próprio trabalho. Esta correspondência chega-nos não só de diferentes localidades do nosso país, mas também de leitores no estrangeiro. Pela sua manifesta importância e dentro dos limites de espaço que nos são impostos pela economia do jornal, procuraremos, de agora em diante, dar notícia dessa correspondência e transcrever, quando se justificar, passagens de interesse mais generalizado.

Despedimentos, reformas e hipocrisia

Sobre esta matéria, escreve-nos o camarada J.M.S. Correia, do Pinhal Novo, salientando: «Tenho comigo um comunicado do Ministério do Emprego e Segurança Social, aonde está escrito que a idade da reforma da mulher passa para os 65 anos, porque a sociedade precisa que se trabalhe mais tempo, para que a harmonia social se mantenha e para se produzir mais riqueza. Será isto verdade, com despedimentos colectivos de centenas e centenas de trabalhadores, ficando na miséria imensas casas de família? «Para que os Melos e o governo ou desgoverno de Cavaco se dirijam à comunicação social, e à TV, e digam que não houve despedimento colectivo, colocam-nos entre a espada e a parede, dando um bolo a quem rescinda voluntariamente o contrato de trabalho. Eu ponho-me a pensar, se não o fizer porco mil e tal contos, assim dão-me um mês por cada ano, contando as diuturnidades de função e de antiguidade, e mais dez meses de bónus. Se forem os Melos a fazerem, é só um mês em cada ano e nada mais e de qualquer das formas vai-se para a rua...»

«Cartas ao Director»

É uma sugestão do nosso leitor Victor Hugo, de Lisboa, que acrescenta:

«Gostaria de expor alguns assuntos que eu vejo que merecem ser publicados, e que talvez por falta de espaço me evito de escrever.» Diz, também, que «há neste país muitos problemas felizmente de difícil solução, como seja a habitação, a saúde, o emprego, o ensino, eu sei lá, que o Governo não quer resolver porque assim lhe convém e que eu gostaria de ver debatidos no seu e nosso jornal com mais tenacidade, pois eu sei que o que acabo de expor já os senhores o têm debatido sempre que podem.»

Vamos lá ver agora essa tenacidade!

Saudação do Brasil

Vem do nosso leitor L.L.Braga, que nos distingue com estas palavras amigas:

«Enfim, AVANTE! é um periódico de alto nível sob o aspecto político e jornalístico, típico de um país europeu e em particular desse Portugal onde os comunistas têm uma singular tradição de luta que deve inspirar os combatentes principalmente dos países de língua portuguesa.»

Vária

Assinalamos entre várias outras correspondência recebida: a carta e as propostas intituladas «Por uma comunicação democrática e de massas», do camarada C. Silva Santos, que nos mereceu a melhor atenção e que também encaminhamos para o Partido; a carta e os poemas da nossa leitora Susete Salvador, esclarecendo que não sendo vocação do nosso jornal a publicação de poesias apreciámos as suas positivamente e encorajamo-la a prosseguir; as observações do nosso leitor E.A.G.L., da Corunha, anotando que «o território que está ao norte de Portugal, é a nação galega, chama-se Galiza»; a chamada de atenção por parte do camarada M. Chitas de Brito para alguns casos de corrupção de que oportunamente trataremos; o comentário irónico do nosso camarada J.D. Dias da Silva intitulado «O conluio» que nos chegou muito tardiamente em relação aos acontecimentos focados e cujo conteúdo geral - alianças e entendimentos do PS com a direita - temos tratado abundantemente; as fraternais saudações, vindas da Austrália, do camarada L. J. Abreu, que foi membro da Federação Maximalista e do PCP desde a sua fundação, agora preocupado com a renovação da assinatura do nosso jornal, o que prontamente será resolvido.

Carvalhas reúne com quadros do Porto

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, vai participar numa reunião de Quadros da Organização Regional do Porto, que terá lugar, no próximo dia 8 de Outubro, pelas 15 horas, no Centro de Trabalho da Boavista.

A iniciativa tem como objectivo analisar a situação política e as tarefas do Partido, nomeadamente a preparação da Conferência Nacional e os Debates com o País, bem como a revisão da Constituição e a luta social.

No mesmo dia, entre as 10.30 e as 13 horas, o secretário-geral estará ainda num encontro com dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e trabalhadores do distrito. Neste encontro, que decorrerá no Hotel Tuela, no Porto,

CDU da Ilha do Pico faz balanço

Solução PSD-PS é travão ao desenvolvimento

A análise dos problemas que afectam a Ilha do Pico esteve no centro das atenções da última reunião da Comissão Política que dirige o trabalho da CDU naquela Ilha. Contando com a presença de José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores e da Comissão Regional da CDU, a Comissão Política divulgou no final da reunião um comunicado com as principais conclusões, e começa por assinalar a «fortíssima incapacidade demonstrada pelos Autarcas, pelos Deputados da Ilha e pelos partidos representados no Conselho de Ilha, Assembleias e Câmaras Municipais e com Deputados eleitos pelo Pico, de defenderem, afirmarem e conseguirem desbloquear a justa resolução dos problemas do presente».

As cíclicas palavras de protesto proferidas pelos referidos titulares e partidos são sempre seguidas de atitudes de acomodação, subserviência e servilismo que não só não servem os interesses do Pico como são perpetuadoras do adiamento das medidas necessárias», salienta o comunicado dirigido aos órgãos de comunicação social.

Sim ao Centro de Férias!

A construção do Centro de Férias do Inatel no Pico, questão por si qualificada de «escandalosa», foi outra das matérias que preencheu a agenda da Comissão Política da CDU.

A este respeito, considerou que a actual pretensão do Inatel de desistir da construção do Centro de Férias, que já tem terrenos (comprados e cedidos pela Câmara da Madalena), que já tem projecto e que já teve, há um ano, cerimónia formal de lançamento da primeira pedra», é de tal forma escandalosa e acintosa que não pode ser, pacificamente, aceite.»

Nesse sentido, assinala o comunicado, «é necessário que se saiba quais os interesses de fora ou de dentro do Pico que se movimentaram para que o Centro de Férias Fosse desviado para outra ilha.

«É necessário que se saiba quais foram os responsáveis nacionais ou regionais que apadrinharam esses interesses obscuros e não transparentes.

«É necessário, para que seja defendida a unidade regional e para que sejam cumpridas as expectativas de desenvolvimento de um certo tipo de turismo e de criação de postos de trabalho, que o Inatel construa o Centro de Férias do Pico.»

O movimento turístico gerado pelos Centros de Férias do Inatel, na opinião da Comissão Política da CDU, não é potencial concorrente, pelas suas características, das unidades hoteleiras inseridas nos circuitos turísticos comerciais. Assim sendo, aqueles que argumentam que o Centro de Férias «arruinará» as unidades hoteleiras existentes ou em projecto, apenas demonstram possuírem uma visão estreita e, nalguns casos, marcada por um egoísmo doentio verdadeiramente atentatório dos interesses de toda a Ilha.

O próprio facto de haver ilhas (S. Miguel e Sta. Maria) que estão a trabalhar para que o Centro de Férias seja lá construído é demonstrativo do facto de tal projecto ter inegável interesse para a ilha em que seja executado e sem ser limitador das respectivas actividades privadas.

Depois de manifestar publicamente a sua determinação em encetar diligências no sentido de levar o Inatel a honrar os seus compromissos, construindo, de imediato, o Centro de Férias do Pico, a Comissão Política da CDU do Pico tornou igualmente público a sua decisão de também solicitar ao deputado Regional do PCP, que, por via de Requerimento ao Governo Regional, procure obter todos os dados que levem ao esclarecimento de res-

ponsabilidades políticas, públicas ou privadas no estranho desenvolvimento que este caso está a ter.

Melhorar o sistema de saúde

Comentada pela Comissão Política da CDU, noutra plano, mais concretamente no que respeita à Saúde, foi o recente anúncio do Governo de que seria construído um bloco operatório no Centro de Saúde do Cais do Pico, cujas obras continuam em ritmo lento.

Para a Comissão Política da CDU, a decisão tomada é importante e corresponde a um antigo e justo anseio dos picoenses mas pode ser insuficiente se a ela não corresponderem, desde já, as me-



A solução bi-partidária (PSD-PS), distribuindo entre si os cargos políticos, revelou-se nos últimos 18 anos incapaz de transformar o Pico numa ilha com dinâmica própria, crescimento demográfico e económico e maior equilíbrio social

didas indispensáveis à criação dos lugares e aquisição dos equipamentos para que o referido bloco operatório funcione.

Pronunciando-se mais desenvolvidamente sobre o assunto, o comunicado subscrito pela Comissão Política acrescenta que na situação de descontinuidade territorial que caracteriza a Re-

gião Autónoma, a solução adoptada de existirem Hospitais Regionais em três ilhas e Centros de Saúde para cuidados primários nas restantes seis ilhas, não corresponde minimamente às necessidades.

Se é certo que têm que existir, bem equipados e providos de múltiplas valências de especiali-

dade os três Hospitais Regionais, também é certo que pode e deve haver soluções intermédias que criem a possibilidade de haver uma assistência especializada em valências fundamentais (como, por exemplo, cirurgia geral e obstetrícia) em ilhas como o Pico, que não dispõem do Hospital Regional.

A par desta orientação será essencial generalizar mais as deslocações, para consulta, dos especialistas dos Hospitais Regionais às ilhas que não dispõem dessa estrutura e há que repensar a orientação, enquadramento e meios de evacuação para os casos em que tal medida é indispensável.

No caso das evacuações do Pico para o Hospital da Horta, a Comissão Política da CDU sugere que seja estabelecido, entre os serviços de Saúde dos Açores e o Instituto de Socorros a Náufragos, um protocolo que permita a utilização sistemática do salva-vidas estacionado no Porto da Horta nessas evacuações, com menores custos para os Serviços de Saúde ou para os doentes e com o grau de eficácia que resulta do facto da embarcação referida ser especialmente equipada quer para o transporte de doentes ou feridos, quer para ser utilizada em condições de mau tempo.

Mais escolas, precisam-se!

A situação do Ensino não escapou igualmente à análise da CDU da Ilha do Pico, tendo, a este respeito, chamado a atenção para o facto de a construção da Escola Secundária da Madalena continuar, na prática, interrompida, a que acresce a circunstância de o projecto dessa Escola não corresponder à necessidade de contribuir para que a questão da existência do 12.º ano no Pico fique totalmente resolvida.

«É necessário e é justo que todos os estudantes desta ilha só

Delegação parlamentar contacta com realidade açoriana

Uma delegação oficial da Assembleia da República, constituída por representantes de todos os grupos parlamentares, entre os quais Lino de Carvalho (PCP), deslocou-se recentemente à Região Autónoma dos Açores.

Prolongando-se por dez dias, o programa da delegação parlamentar levou-a a visitar as nove ilhas do arquipélago, incluindo a Ilha do Corvo, tendo na oportunidade cumprido uma preenchida agenda em que se inscreveu não apenas o contacto com mais de 50 entidades como também a fruição do deslumbrante património natural e paisagístico da região, nuns casos insuficientemente aproveitado, noutros, como o caso da Lagoa das Furnas, com problemas de conservação ambiental.

Apesar do programa não permitir o estabelecimento de muitos contactos directos com os cidadãos açorianos, ainda assim, como observou em declarações ao «Avante!» o deputado Lino de Carvalho, «foi possível fazer um levantamento exaustivo de múltiplos problemas regionais e específicos de cada ilha».

Durante a visita, ainda de acordo com as palavras do parlamentar comunista, o PCP teve a oportunidade de reafirmar em diversos momentos a importância que atribui ao processo autonómico e o reconhecimento das especificidades e custos da insularidade, sem prejuízo de sublinhar a sua discordância com as orientações do Governo Regional de Mota Amaral e do PSD, cuja omnipresença foi uma constante durante toda a visita, fazendo-se igualmente sentir no controlo da comunicação social, na distribuição clientelar de subsídios e cargos.

Por sugestão de Lino de Carvalho, toda a delegação esteve de acordo em, chegada a Lisboa, elaborar um documento sobre as grandes questões colocadas, objecto de consenso, sem prejuízo das iniciativas próprias de cada partido, de que se destacam:

- a clarificação do relacionamento financeiro entre a Região e a República;
- a melhoria das ligações aéreas e marítimas;
- a manutenção do Centro de Controlo Aéreo em Santa Maria, cujo encerramento, a ocorrer, significaria o desemprego para dez por cento dos habitantes da ilha;
- intervenção junto do Ministério da Defesa Nacional no sentido da disponibilização para a fixação de quadros nas Flores, em condições aceitáveis, de moradias agora desactivadas da Estação Francesa de Telemedidas;

- o acompanhamento do processo de negociação da Base das Lajes e, em particular, a situação laboral dos trabalhadores portugueses;

- medidas que incentivem a fixação de professores, médicos e outros quadros na RAA, designadamente a bonificação do tempo de serviço;

- alteração da legislação desadequada à especificidade da Região, como é o caso do Dec. Lei 202/92, de 29 de Setembro, referente à Carta de Patrão de Costa;

- a criação de condições para a instalação do Departamento de Oceanografia e Pesca da Universidade dos Açores;

- a instalação de serviços da Administração Central (tribunais, repartições, esquadras da PSP);

- a criação do 9º ano de escolaridade obrigatória na Ilha do Corvo.

O deputado comunista teve ainda a oportunidade, durante a visita, de chamar a atenção para o aumento do desemprego, designadamente na Ilha de S. Miguel (dos 6400 desempregados só 2400 é que recebem subsídio), não lhe passando igualmente despercebido o facto de os agricultores rendeiras não terem acesso aos apoios comunitários devido à falta de contrato de arrendamento.

Notada por Lino de Carvalho foi ainda a ausência de uma estratégia de desenvolvimento que vise o aproveitamento das especificidades de cada ilha e em particular o combate à desertificação das ilhas mais pequenas que estão a ser igualmente alvo de um processo de intenso envelhecimento.

Esta visita, que despertou grande interesse nos órgãos de comunicação social açorianos e na opinião pública, gerando simultaneamente algumas expectativas, acabou por suscitar um conjunto de compromissos públicos por parte dos deputados que integravam a delegação.

Pela sua parte, o PCP, pela voz de Lino de Carvalho, reafirmou que tais compromissos serão respeitados e cumpridos, tendo igualmente chamado a atenção para a duplicidade do comportamento do PSD, com um discurso regional mas com uma política centralista a nível nacional, bloqueando não só o processo de regionalização no Continente, como também adoptando um conjunto de medidas de política que condicionam os processos autonómicos dos arquipélagos dos Açores e Madeira.

sejam obrigados a sair de casa quando forem para o Ensino Superior», sublinha a nota da Comissão Política, antes de lembrar, por outro lado, «não ser aceitável que a conservação e beneficiação das escolas primárias e preparatórias seja feita à pressa apenas no início dos anos lectivos, como está a acontecer agora com diversos casos.»

Quanto aos Transportes e Obras Públicas, a Comissão Política da CDU chamou uma atenção particular para as seguintes questões:

É necessário encarar como prioridade o alargamento e aumento do aeroporto e a sua adequação a um tráfego turístico mais intenso.

É necessário olhar-se com urgência para a consolidação do molhe do porto comercial do Cais do Pico e para os arranjos envolventes desse porto e conclusão dos arranjos do porto da Madalena.

É necessário proceder à protecção definitiva da orla marítima das Lajes e aos arranjos que permitam uma melhor utilização turística do respectivo porto.

É necessário dar toda a prioridade à rectificação, repavimentação e conservação da rede de estradas regionais.

O desafio do desenvolvimento

E a Comissão Política da CDU do Pico, no comunicado produzido no final da sua reunião do passado dia 23, deixa uma reflexão final:

O Pico é uma Ilha grande em área mas que precisa de crescimento demográfico e económico.

Tal crescimento não é possível sem que os problemas da saúde, da educação, das infra-estruturas dos transportes aéreos, rodoviários e marítimos, da oferta de emprego, da produção agrícola, dos equipamentos turísticos e outros estejam cabalmente resolvidos ou perspectivados e em via segura de resolução.

A Comissão Política da CDU condena o facto de, há já muitos anos, se ter inventado, para o Pico, a designação de «Ilha do futuro», mas na prática se tenha adiado, atrasado ou posto de lado a resolução dos problemas do presente.

A Comissão Política da CDU lembra a todos os picosenses verdadeiramente interessados no progresso da sua ilha que a solução bipartidária (PSD-PS) que têm adoptado para a distribuição dos cargos políticos, se revelou, nos últimos 18 anos, incapaz de transformar o Pico numa ilha com dinâmica própria, crescimento demográfico e económico e maior equilíbrio social.

A Comissão Política da CDU manifesta a total disponibilidade para contribuir com toda a sua capacidade de intervenção, propositura e realização no sentido de ser rompido o círculo vicioso que se abateu sobre o Pico e que, desde o tempo do fascismo, impede um claro e irreversível desenvolvimento.

A unidade regional e o desenvolvimento da nossa Ilha assim o exigem.

Comunistas deixam alerta no Parlamento

Revisão constitucional comporta perigos para a democracia

O PCP rejeitou na passada semana o convite do PSD para a realização de reuniões destinadas a iniciar o debate político conducente à Revisão Constitucional. Em carta dirigida ao líder da bancada do PSD, Duarte Lima, o presidente da formação comunista, Octávio Teixeira, sublinha que o debate político em torno da Revisão da Lei Fundamental se deve processar «nas suas sedes próprias, ou seja, no plenário da Assembleia da República». O líder parlamentar do PCP considerou que o convite de Duarte Lima para a realização de reuniões bilaterais se insere numa «perspectiva de substituição do debate político público e transparente». Esta matéria dominou, entretanto, o debate parlamentar da sessão plenária do passado dia 21 destinada a analisar a constituição de uma Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Reiteradas pela bancada comunista, na ocasião, pela voz do deputado João Amaral, foram as mais sérias reservas do PCP ao processo de revisão em curso, objecções que colocou quer no plano da sua legitimidade, da sua oportunidade ou da sua necessidade, quer ainda no quadro dos gravíssimos perigos que tal processo comporta para a democracia emergente da Revolução de Abril.

Fundamentando o seu ponto de vista, João Amaral lembrou a este respeito o projecto do PSD que, agravando por vezes o conteúdo do próprio projecto do CDS, contém propostas que «alteram radicalmente o sentido da Constituição», as quais, se

aprovadas, representariam «uma profunda subversão e liquidação do regime democrático».

«O projecto do PSD visa atingir direitos fundamentais dos trabalhadores, desde logo o direito à greve e o direito à constituição de comissões de trabalhadores», referiu a este propósito João Amaral, antes de verberar de modo muito duro o diploma laranja, por este, em seu entender, visar igualmente a «desresponsabilização do Estado nas áreas sociais e culturais», por pretender «eliminar os traços e imposições da Constituição que apontam para uma organização económica democrática», por querer «reforçar o cen-



tralismo», limitar a «autonomia do Ministério Público e do autogoverno da magistratura judicial», alterar o sistema eleitoral com a distorção da representação proporcional e, por último, «garantir a possibilidade de controlar e manipular a eleição do Presidente da República».

Alvo de fortes críticas por parte do parlamentar comunista foi também o que considerou a falta de legitimidade deste processo de revisão constitucional e o calendário imposto para a sua execução (três meses), que inviabiliza qualquer possibilidade de abrir um grande debate nacional, e, consequentemente, de envolver e mobilizar a participação dos cidadãos.

«Pode esse debate aprofundado ser feito em três meses? Tudo

indica que não. Mas então, a conclusão a tirar não é a de que a revisão deve ser feita sem o debate público necessário. A conclusão é precisamente a contrária: a de que não sendo possível tal debate público, então a revisão não deve ser feita, tanto mais que nada de urgente a justifica», sublinhou o parlamentar comunista.

Não menos duras foram as críticas dirigidas por João Amaral ao projecto do PS, a quem acusou de desempenhar «o papel impulsor da revisão constitucional», e cujas propostas centrais, observou, visam «no essencial a questão do Poder». Esta, entre outras, as alterações ao sistema eleitoral, a moção de censura construtiva, ou a designação da Câmara

Municipal pelo respectivo Presidente.

Contraopondo, por último, o projecto do PCP aos restantes, João Amaral referiu que este «não afronta nenhum aspecto da Constituição» - seja nos campos da democracia política, social, económica e cultural, seja na esfera da soberania e independência nacional -, e que, ao contrário, reúne um conjunto de propostas visando a introdução de aperfeiçoamentos e melhorias, a resposta a novos problemas que estão na ordem das preocupações dos trabalhadores e das populações em geral, e a correcção de soluções de conteúdo negativo introduzidas na Constituição na decorrência de revisões anteriores.

PCP comenta abertura do ano escolar

Manutenção das deficiências desmente «normalidade» ministerial

Escolas sobrelotadas com excesso de alunos por escola e por turma, falta de espaços para actividades extracurriculares, falta de adequado material didáctico, eis, em síntese, algumas das deficiências que continuam a caracterizar a situação das escolas, neste início de mais um ano lectivo. Um quadro que, não sendo inédito, conheceu entretanto um novo agravamento em consequência do despedimento de milhares de funcionários não docentes. Essa foi pelo menos a constatação a que chegaram os deputados comunistas, membros da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sequência de contactos e visitas a escolas do ensino não superior na região de Lisboa efectuados nos últimos dias com o objectivo de avaliar as condições concretas em que se processa a abertura do ano escolar.

Para os parlamentares comunistas, que tomaram posição sobre o assunto em nota dirigida aos órgãos de comunicação social, são

assim destituídas de fundamento as posições governamentais, nomeadamente da ministra da Educação, que procuram convencer a opinião pública de que o início das actividades lectivas se está a processar na maior normalidade.

Lembrados pelos deputados do PCP são concretamente os casos relatados na comunicação social



relacionados com graves dificuldades que se registam em escolas de todo o País, os quais, em sua opinião, «desmentem o discurso da ministra Manuela Ferreira Leite».

A este propósito, comentam os parlamentares comunistas: «a ministra da Educação, que fala na necessidade de estabilizar o sistema, considera «normal» que trabalhadores com a experiência de vários anos de trabalho dedicado às escolas sejam despedidos. A senhora ministra considera «normal» que as escolas

actividades lectivas em turnos alternados.»

Do que se trata, pois, na perspectiva dos deputados comunistas, é de uma «campanha promovida com intuíto políticos eleitoralistas», destinada a ocultar, isso sim, a «real e grave situação das escolas que obstaculiza a concretização de aspectos positivos preconizados na Reforma do Sistema Educativo».

Noutro plano, comentando as decisões tomadas no âmbito da avaliação de alunos do ensino básico e secundário, o Grupo Parlamentar do PCP considera que tais decisões «denotam um grave desrespeito pela autonomia das escolas e dos professores», defendendo a ideia de que elas «não são sustentadas por qualquer estudo sério da situação educativa portuguesa» e de que constituem simultaneamente «uma tentativa de desviar as atenções para as graves responsabilidades do Ministério da Educação em não criar condições para um verdadeiro sucesso educativo».

A análise dos deputados do PCP não escapou igualmente a

situação do acesso ao Ensino Superior, de que resultou a exclusão de 52 por cento dos alunos candidatos às escolas públicas, a que acresce o facto de 49,5 por cento não terem ficado colocados na primeira opção. Trata-se, conclui a formação comunista, de «mais um passo na orientação do Governo que consiste em empurrar milhares de alunos para o ensino privado, numa manifestação clara de que vai continuar a ser negado o direito de acesso ao ensino superior e vai continuar o negocismo».

Reiterado pelos parlamentares do PCP é, por fim, o seu empenho no sentido de concretizar com carácter prioritário na Comissão parlamentar competente o debate sobre os graves problemas relacionados com o acesso ao ensino superior e com a situação da Reforma do Sistema Educativo, para o que propõe a realização urgente de um conjunto de diligências que permitam à Assembleia da República «desempenhar o papel que lhe cabe no debate, na análise e na procura de soluções».

CT'S CONTRA REVISÃO QUE MUTILA A DEMOCRACIA

As propostas de revisão constitucional do PSD e do CDS «não se limitam a pretender eliminar as comissões de trabalhadores e os seus direitos, mas a tentar mutilar a democracia na sua vertente social e participativa», afirma-se num comunicado conjunto das comissões coordenadoras das CTs de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Comunicações, Banca e Indústria Naval.

As estruturas de coordenação regional e sectorial do movimento das comissões de trabalhadores reuniram em Lisboa no dia 20 de Setembro, com o objectivo de «analisar a situação decorrente da injustificada e perigosa revisão constitucional desencadeada pelo PS». No comunicado conjunto divulgado no dia seguinte, sublinha-se que «as CTs sempre desempenharam um importante papel na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e deram uma avançada e inovadora dimensão participativa na vida das empresas».

«Ao proporem a eliminação constitucional das comissões de trabalhadores, das coordenadoras e dos seus direitos de participação e intervenção na vida das empresas, a par da descaracterização do direito de greve e da noção de pleno emprego, da privatização da Segurança Social e da Saúde, o PSD e o CDS querem absolutizar o poder patronal nas empresas e desequilibrar ainda mais e a favor dos mais poderosos a redistribuição da riqueza nacional», acusa-se no comunicado conjunto.

Considerando «indispensável» que «todas as forças que se identificam com as causas do progresso e da democracia» assumam «posições inequívocas» para «atalhar e impedir estas propostas anti-sociais e reductoras da democracia consagrada na Constituição», as estruturas coordenadoras do movimento das CTs reafirmam que «a melhor forma de defender os direitos será exercê-los em cada empresa e sector».

Inserido no trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e das CTs, vai realizar-se a 20 de Outubro, em Lisboa, um encontro de comissões de trabalhadores, subcomissões e coordenadoras - informa o comunicado.

STAL NA USL

A regional de Lisboa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local promove amanhã uma sessão protocolar e pública de adesão à União dos Sindicatos do distrito, que vem formalizar a adesão, na sequência da adesão do STAL à CGTP. Na cerimónia intervirão Florival Lança, coordenador da USL e membro da Comissão Executiva da CGTP, e Francisco Costa, coordenador regional do STAL.

TORRALTA

Decidir imediatamente a viabilização da Torralta e prosseguir os esforços de procura de entidades interessadas na recuperação económica daquela importante empresa é a solução defendida pela direcção nacional da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal. Num ofício enviado segunda-feira ao primeiro-ministro, ao ministro do Comércio e Turismo e ao secretário de Estado do Turismo, a Feshot reage à notícia do «Semanário Económico» de dia 23, que apontava a corrente semana como o período em que seria tomada uma decisão «sobre o próximo dono ou a falência da Torralta», apelando a que a decisão vá no sentido de escolher «o próximo dono».

A federação recorda o exemplo recente da Têxtil Lopes da Costa, na Covilhã, cuja viabilização foi decidida sem que no momento estivesse concretizada uma solução concreta de recuperação económica.

STE TAMBÉM EXIGE REVISÃO INTERCALAR

O caderno reivindicativo apresentado na semana passada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado inclui uma actualização intercalar dos salários e pensões de 4 por cento desde Junho. Para 1995, o STE pretende 7 por cento de aumento salarial e de actualização das ajudas de custo e das despesas com transportes e com a ADSE.

Em conferência de Imprensa, a direcção do sindicato defendeu ainda a imediata revogação da lei dos disponíveis e uma revalorização dos quadros que exercem funções dirigentes, com equiparação ao salário dos gestores públicos.

O STE - que não integra as comissões negociadoras sindicais da Plataforma Reivindicativa nem da Fesap/UGT - pensa ainda que os trabalhadores da função pública que contribuem para a Caixa Geral de Aposentações e para a ADSE devem ter o direito de participar na gestão desses organismos.

Por outro lado, o Estado deve fixar a si próprio uma contribuição para a Caixa Geral de Aposentações de valor idêntico àquela que o patronato privado é obrigado a descontar para a segurança social por cada trabalhador ao seu serviço.

DIA MUNDIAL DA MÚSICA

«Tocar a silêncio» é o que a delegação regional do Algarve do Sindicato dos Músicos propõe para o próximo 1 de Outubro, Dia Mundial da Música, como forma de mostrar que «os músicos não esquecerão, neste seu dia, quem tanto os tem esquecido e maltratado».

Num comunicado que fez chegar à nossa redacção, a estrutura dos músicos algarvios critica severamente a Secretaria de Estado da Cultura e o Governo, por não intervirem no sentido de pôr cobro a «situações altamente lesivas» para os profissionais do sector.

Melhores salários é exigência justa

Os trabalhadores da Autoeuropa e dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo decidiram avançar para formas de luta e protesto

Os trabalhadores da Autoeuropa decidiram levar o seu protesto aos responsáveis da Ford e da Volkswagen que no dia 23 estiveram nas instalações do complexo, em Palmela, iniciando assim formas de luta por aumentos salariais e pela redução do horário de trabalho - anunciou o sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

Na sexta-feira, o pessoal da Autoeuropa envergou ao peito um autocolante onde, em português e inglês, reivindicavam o fim dos adiamentos, aumentos salariais justos e a redução do horário.

Uma nota de imprensa do sindicato - que chama a atenção para o facto de os ordenados pagos na Autoeuropa serem «dos mais baixos do sector no distrito» - recorda que, em Janeiro, foram aumentados os salários de alguns trabalhadores em 12 por cento, garantindo a administração que os restantes aumentos seriam aplicados em Abril. «Em 16 de Setembro a administração informou os ORTs de que ainda não sabia quando ia aplicar os aumentos» e, «ignorando o acordo entre o patronato e o Governo para a redução gradual do horário de trabalho, até ao máximo de 40 horas em 1995, pretende manter as 44 horas, com a agravante de pretender introduzir horários nocturnos e não pagar subsídio de turno».

Depois de entrarem em greve às horas extraordinárias, no passado dia 19, os trabalhadores

dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo decidiram iniciar antontem uma série de paralisações diárias de meia hora, forma de luta que poderá agravar-se. Os órgãos representativos dos trabalhadores, numa informação divulgada após um plenário realizado na semana passada, referem como motivo dos protestos o facto de a administração, «assumindo-se como mero porta-voz do Governo», não apresentar qualquer contra-proposta face ao caderno reivindicativo que foi entregue há três meses.

Neste documento, os trabalhadores incluíram «algumas reivindicações de carácter geral» e um aumento de 9 por cento na tabela salarial, considerado «razoável, com perfeito enquadramento na dinâmica da empresa» e «numa perspectiva de negociação».

Telecom

A reunião de dia 22 mostrou que os representantes da administração da Portugal Telecom e do Governo «de facto não querem negociar nada», acusa o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações, sublinhando que «tem que ser a luta a obrigá-los a mudar de posição».

O Sintel acusa os negociadores da empresa de mentirem «descaradamente» quando recusaram actualizar os salários, argumentando que pretendiam



A administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ainda não respondeu ao caderno reivindicativo entregue há 3 meses (foto de arquivo)

antes começar por negociar o clausulado. Num comunicado distribuído sexta-feira aos trabalhadores, o sindicato relata que, face à «firmeza» da comissão negociadora sindical da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual (de que o Sintel faz parte) e também perante a sua «disponibilidade negocial», os representantes da administração admitiram no dia 20 que, após quatro sessões negociais para discutir clausulado e carreira, tivessem lugar duas sessões para discutir matéria económica.

Mas, dois dias depois, a administração recusou responder a uma interpelação da CNS sobre se aquela posição significava a procura de uma solução para que a actualização salarial possa ser processada em Outubro. «Para cada demonstração de abertura da CNS da FCTA, os representantes da administração procuram uma porta de bloqueio, que não possibilite o avanço do processo negocial e retarde quanto possível a actualização salarial», declararam para as actas os sindicatos.

«Normalidade» no Porto e em Viseu sem cantinas nem bibliotecas

Duas das maiores escolas do centro do Porto têm as suas cantinas encerradas - denunciou segunda-feira o Sindicato dos Professores do Norte, numa nota «ainda a propósito do discurso da normalidade na abertura do ano lectivo».

As secundárias Infante D. Henrique e Fontes Pereira de Melo, refere o SPN, «a par de algumas outras, tinham optado, na lógica de celebração de contratos-programa dirigidos pelo Ministério da Educação, por entregar o serviço de cantina a empresas», mas «este ano, por inoperância do Ministério da Educação, tais contratos não foram ainda assumidos, o que conduz à paralisação deste serviço fundamental».

A isto junta-se, na escola secundária Fontes Pereira de Melo, «a falta de funcionários administrativos, que obriga a

que a secretaria abra os seus serviços apenas numa parte do dia, o encerramento da biblioteca por falta de funcionários, a falta de instalações para a prática da Educação Física, por inexistência de um pavilhão gimnodesportivo, com construção adiada ano após ano (e aqui não pode a senhora ministra da Educação fazer publicarmente dizer que é por falta de terrenos, porque eles existem)». Para o SPN, estes factos mostram «a distância que vai do discurso oficial da normalidade do funcionamento das escolas às insuficientes condições em que se pratica a educação no nosso País, mesmo nos principais centros urbanos».

Viseu

Na passada quinta-feira, em conferência de imprensa, o Sin-

dicato dos Professores da Região Centro acusou Cavaco Silva e Manuela Ferreira Leite de mentirem aos portugueses na abertura de mais um ano lectivo.

Num dossier de uma dúzia de páginas, o SPRC refere alguns dos mais graves problemas do ensino no distrito de Viseu:

- estão a rebentar pelas costuras mais de 40 por cento das escolas dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e todas as da cidade de Viseu;

- entretanto, estão várias escolas às moscas nas zonas suburbanas;

- falta pessoal não docente em mais de 70 por cento das escolas dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, havendo importantes serviços (cantinas, secretarias, papelarias) que não funcionam ou que funcionam sem condições mínimas;

- a rede pública de educação pré-escolar não cobre sequer 30 por cento das necessidades, mas centenas de educadores de infância estão no desemprego sem receberem o respectivo subsídio;

- mais de 50 por cento das escolas dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário têm problemas de aquecimento ou falta de pavilhões gimnodesportivos, laboratórios obsoletos ou sem os materiais necessários, falta de mobiliário ou instalações degradadas.

A Federação Nacional dos Professores convocou para ontem uma conferência de imprensa onde pretendia apresentar «um balanço real da abertura do ano lectivo - balanço que, infelizmente, não confirma a visão cor-de-rosa que a ministra da Educação foi transmitindo ao País».

Seria gravíssimo aceitar as pretensões do Governo CGTP não vê hipótese de acordo

A CGTP-IN rejeita qualquer hipótese de acordo com base nas propostas apresentadas pelo Governo na Concertação Social.

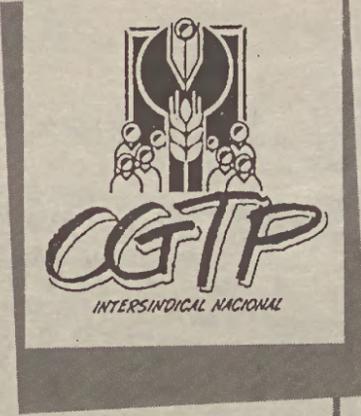
O coordenador da central, Manuel Carvalho da Silva, falando aos jornalistas na passada segunda-feira, no intervalo de uma reunião da Comissão Executiva, garantiu que «não há qualquer hipótese de acordo nesta base, a menos que o Governo altere radicalmente a sua posição», no que a CGTP não acredita.

Recusando as insistentes tentativas do Governo e do primeiro-ministro para *afunilar* a discussão apenas para os referenciais salariais, a central anunciou que decidiu pedir uma audiência urgente ao ministro do Emprego para saber o que está na *forja* em

relação à contratação colectiva e à legislação laboral. Estas são duas das quatro áreas a que as propostas governamentais não dão resposta, o que leva a Intersindical Nacional a considerar que seria gravíssimo se as organizações sindicais as aceitassem.

Afirma a CGTP que:

- o documento apresentado pelo Governo não assegura o crescimento salarial nem tem em conta as perdas de 1994;
- não avança com medidas concretas de combate ao desemprego;
- o Governo está a tentar rever novamente a legislação laboral, para alterar ainda mais



a favor do patronato a correlação de forças nas empresas e atacar o sistema de Segurança Social,

- e quer alterar a contratação colectiva, criando a possibilidade de impor contratos por via administrativa ou por meio da instrumentalização de estruturas nada representativas.

Carvalho da Silva acusou o primeiro-ministro de assumir posições fundamentalistas, comentando as afirmações por este feitas no fim-de-semana: «O primeiro-ministro tenta pôr fora da discussão dos problemas nacionais todos os que têm opiniões diferentes das dele».

Na conferência de imprensa foram também denunciadas práticas que o Governo continua a ter e que mostram «uma grande apetência repressiva». Entre outros, Carvalho da Silva citou a forma do executivo *laranja* tratar assuntos como o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril, o processo de revisão da Constituição e mesmo a alteração do Código da Estrada (onde, critica o coordenador da CGTP, falta a abordagem na sociedade, falta o envolvimento e responsabilização dos cidadãos, enquanto há uma forte presença dos mecanismos repressivos).

Portugueses na Alemanha

O departamento de migrações da CGTP-IN considera que a persistência de graves violações dos direitos laborais de trabalhadores portugueses, principalmente na Alemanha, é da responsabilidade do Governo de Cavaco Silva. O desemprego, a deficiente protecção social, o congelamento dos aumentos de salários e a subida da inflação, como nos anos 60, levam os portugueses a procurar na Europa o que a política do Governo não permite em Portugal: emprego e bem-estar social - acusa.

A CGTP informa ainda, numa nota à imprensa, que solicitou ao Governo uma reunião para expor as suas opiniões sobre esta situação.

24 anos com os trabalhadores por uma vida melhor

Uma festa com a música de Luís Portugal assinala amanhã à noite, no Teatro S. Luís, em Lisboa, o 24º aniversário da fundação da CGTP-IN. A iniciativa é promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa, tem entrada livre e começa às 22 horas.

Na ocasião, intervirá o coordenador da central, Carvalho da Silva, e será lançada a campanha nacional de sindicalização, que se prolonga até ao 25º aniversário.

A USL anunciou que outras iniciativas decorrem em empresas do distrito. Também se integra nas comemorações o 3º Encontro de Cicloturismo, dia 5 de Outubro.

O aniversário da CGTP (fundada a 1 de Outubro de 1970) é ainda assinalado noutros distritos.

A União dos Sindicatos de Vila Real anunciou que Carvalho da Silva participará na festa que terá lugar dia 8, a partir das 20 horas, na escola C+S Diogo Cão.

O coordenador da central intervirá ainda no comício que se realiza *terça-feira à noite* (21.30 horas) no cinema *Terço*, no Porto; no dia seguinte, inaugura a sede do Sindicato dos Têxteis, em *Gouveia*, depois de intervir num comício-festa, às 15 horas, no jardim público da *Covilhã*. Nesta cidade, tem lugar no próximo sábado, dia 1, um debate, na sede da União dos Sindicatos, com Manuel Lopes.

Américo Nunes, Maria do Carmo Tavares e outros membros da Comissão Executiva da CGTP participam em diversas iniciativas que nestes dias têm lugar em Setúbal, Braga, Guarda, Coimbra, Funchal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

«Do que o País precisa»

Um manifesto intitulado «24 anos com os trabalhadores - Queremos uma vida melhor» está a ser distribuído pela CGTP assinalando o aniversário. Depois de sublinhar que a central «foi sempre uma força decisiva nos momentos decisivos», o documento centra-se nas questões mais *quentes* do presente momento, reafirmando que «teimar em imprimir no tecido social português a matriz da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho não é o caminho para a resolução dos problemas dos portugueses».

«A resolução dos problemas económicos e sociais do País exige a adopção de uma política que valorize o sector produtivo (indústria,

agricultura e pescas), dinamize o comércio e os serviços, ponha cobro à especulação financeira e às actividades parasitárias, trave a destruição do aparelho produtivo, os encerramentos e as falências das empresas», diz-se no manifesto, subscrito pelo Conselho Nacional da CGTP.

Em seis parágrafos são apontados os grandes objectivos da luta dos trabalhadores e do movimento sindical unitário na actual situação, frisando-se que as propostas da CGTP são «perfeitamente viáveis» e «compatíveis com as disponibilidades económicas» das empresas e do País:

1. «Do que o País precisa é que o direito ao trabalho seja uma realidade efectiva, que os jovens terminem os seus cursos e tenham acesso garantido ao emprego, que os trabalhadores deixem de viver sob a ameaça permanente do despedimento e do desemprego.»

2. «Do que o País precisa é que os salários cresçam, como condição para melhorar o nível de vida dos portugueses e aumentar a procura interna. Os salários devem sofrer um aumento que contemple a evolução do custo de vida, o índice de produtividade, as perdas verificadas em 1994 e a necessidade de aproximação à média dos salários europeus. A elevação do nível de vida exige também a actualização imediata do salário mínimo nacional em 5 mil escudos e das pensões de reforma inferiores ao salário mínimo em 3 mil escudos.»

3. «Do que o País precisa é que haja uma contratação colectiva verdadeira, assente na livre negociação entre os representantes dos trabalhadores e as entidades patronais.»

4. «Do que o País precisa é que o Governo cumpra os compromissos que assumiu em matéria de saúde, higiene e segurança no trabalho, reduza os horários de trabalho para 40 horas, no máximo, a partir do próximo dia 1 de Janeiro.»

5. «Do que o País precisa é que sejam respeitados os direitos de quem trabalha, nomeadamente o pagamento atempado dos salários, o respeito pelo tempo e horários de trabalho, o período de férias e respectivo subsídio, os feriados, as faltas justificadas e a protecção no desemprego e na doença.»

6. «Do que o País precisa é que haja mais justiça e solidariedade social, através duma segurança social melhor, que garanta reformas dignas para todos os portugueses e um mínimo de subsistência a quem não tiver rendimentos suficientes.»

As propostas dos empreiteiros e as respostas para a habitação

«Os empresários, ainda enfermos da mente do antigo regime, continuam a apostar num refinanciamento das empresas à custa do Estado», comenta o departamento de informação da CGTP, a propósito das propostas que na semana passada a Associação de Empreiteiros de Construção e Obras Públicas do Sul tornou públicas e que, afirma a central, «inserem-se, no essencial, na estratégia seguida pelo patronato, em sede de concertação social, de obter mais regalias e benesses fiscais, a troco do seu apoio às políticas do Governo e aos seus objectivos eleitorais».

«A coberto da pretensa recuperação do sector da construção civil (habitação) e de promessas de criação de emprego», a AECOPS pretende obter «benesses fiscais em termos de redução do IVA, do imposto de selo e, fundamentalmente, da redução da contribuição autárquica, bem como dos ganhos provenientes da transição onerosa de imóveis destinados à habitação», acusa a CGTP.

«A aceleração da actualização das rendas e uma maior liberalização neste mercado, pretendida pela AECOPS, iria agravar a situação de largos extractos da população, com níveis de rendimentos mais débeis e com o fraco potencial de gerar riqueza

(reformados, pensionistas, etc.), ao fazê-los pagar as rendas mais elevadas» - adianta ainda o comentário divulgado sexta-feira pela central sindical.

Medidas que «desde há muito, são justamente reclamadas» - como o alargamento da dedução de IRS dos montantes aplicados na aquisição, dos juros pagos, das contas-poupança habitação e, por outro lado, a bonificação de taxas de crédito a conceder na actividade de construção de habitação - não constituem, contudo, «o essencial do projecto da AECOPS», alerta a *Inter*, para quem «as contas e os cálculos apresentados sobre a criação de emprego não oferecem qualquer credibilidade técnica e caracterizam-se por raciocínios simplistas». Além do mais, as propostas da AECOPS «potenciam a multiplicação de fenómenos de evasão e fraude fiscal».

Em contrapartida, a CGTP-IN defende que «o desenvolvimento da construção civil é inseparável da melhoria das condições de vida da população, do aumento do rendimento real das famílias, de forma a que possam transferir parte do seu rendimento, não só para a compra de habitação própria, mas também para dinamizar a procura de habitação através de arrendamento».

Trabalho infantil «O Governo não pode sacudir a água do capote»

«O Governo português não pode sacudir a água do capote e esconder as responsabilidades que lhe cabem na perpetuação do trabalho das crianças que, no nosso país, atinge a dimensão de verdadeiro flagelo social.» Esta é a resposta da CGTP-IN à reacção do Governo ao relatório do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos sobre o trabalho infantil no mundo, em que Portugal figura como o único país europeu onde se regista tal fenómeno.

A central sindical acusa o Governo de não ter tomado as medidas necessárias à prevenção do trabalho de crianças e de «ter usado paninhos quentes ou fechado os olhos relativamente aos patrões e empresários que exploram, sem o mínimo de escrúpulos, a mão-de-obra infantil».

A CGTP aponta como causas deste fenómeno a existência de uma situação económica e social grave, caracterizada pelos baixos salários, pelo desemprego crescente, pelo aprofundamento das desigualdades sociais e pelo aumento da miséria; a avidez de alguns patrões e empresários; o insucesso escolar e a falta de alternativas em termos de formação profissional; e a ausência de perspectivas de emprego.

A divulgação do relatório norte-americano «não surge como inocente», afirma a central, referindo que «todos sabemos que o trabalho infantil exist-

te noutros países da Europa e em muitos outros com que os EUA mantêm relações comerciais» e «existe nos próprios Estados Unidos da América». A CGTP é de opinião que «os direitos humanos devem ser respeitados em todo o mundo», mas «também sabe que a maior parte das vezes que os americanos falam em direitos humanos é porque têm algum intuito expansionista, seja de natureza política, militar ou económica» - afirma-se num comunicado que o departamento de informação da *Inter* divulgou na semana passada.

Grupo Parlamentar do PCP contra actividades ilegítimas

Assembleia tem de fiscalizar o SIS e Governo deve explicações

As notícias sobre o trabalho recente do Serviço de Informações e Segurança (SIS) levaram o Grupo Parlamentar do PCP a apresentar na terça-feira uma proposta de solicitação da presença do ministro da Administração Interna na próxima reunião da Comissão Permanente e um projecto de deliberação a ser votado nessa reunião, para incumbir a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias do exercício de funções de fiscalização daquele serviço.

As razões desta iniciativa foram explicadas numa nota distribuída à imprensa, onde se afirma a divulgação do conteúdo de alguns dos seus relatórios», relatando-se acções de «vigilância de

O Grupo Parlamentar do PCP diz que a defesa da legalidade democrática e da liberdade dos cidadãos exige que de imediato seja posto termo às actividades ilegais do SIS, e que o Governo preste esclarecimentos sobre a real dimensão dessas actividades.

ma que «a propósito dos acontecimentos que se vêm registando na Ponte 25 de Abril, diversos órgãos de comunicação social têm dado notícia da actividade desenvolvida pelo SIS, incluindo

partidos políticos, de autarquias locais, de deputados e de organizações cívicas».

«Tais acções do SIS, violando despidoradamente direitos fundamentais constitucionalmen-



A actuação do SIS em torno dos acontecimentos na Ponte 25 de Abril estão na base da iniciativa do PCP

te consagrados e os limites legalmente impostos às suas actividades, são manifestamente ilegítimas, ilegais e politicamente intoleráveis», diz a nota.

Violação de direitos dos cidadãos

O Grupo Parlamentar comunista considera que «a defesa da

legalidade democrática e da liberdade dos cidadãos exige que de imediato seja posto termo às actividades ilegais do SIS, e que o Governo preste esclarecimentos sobre a real dimensão dessas actividades e sobre os responsáveis pela violação dos direitos fundamentais dos cidadãos».

O PCP lembra, que «por razão-

es conhecidas», o SIS não está actualmente submetido à fiscalização pelo Conselho legalmente previsto, razão por que apresenta o referido projecto de deliberação que, caso seja aprovada na reunião da Comissão Permanente, encarrega a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de exercer as funções de fiscali-

zação dos Serviços de Informações «e designadamente do SIS», competências que «constitucional e legalmente incumbem à Assembleia da República».

No projecto de deliberação, os deputados comunistas, Octávio Teixeira e António Filipe, consideram que a Assembleia da República «não se pode demitir dos poderes gerais de fiscalização que a Constituição lhe atribui e que a Lei nº 30/84 sublinha no que respeita aos serviços de Informações, incluindo o SIS».

Polícia ao serviço do PSD

Na proposta de solicitação da presença do ministro Dias Loureiro na reunião da Comissão Permanente da Assembleia, o Grupo Parlamentar do PCP acusa as actuações do SIS de afrontarem o Estado de direito democrático «e transformam o Serviço de Informações e Segurança numa espécie de polícia política ao serviço do PSD e do seu Governo».

CDU contra privatização da recolha

Sintra mais suja por incapacidade de Pombo

«O concelho de Sintra está cada vez mais sujo». Esta uma realidade que qualquer cidadão do concelho constata e que a CDU de Sintra denunciou na terça-feira em conferência de imprensa realizada em Queluz, onde se apontou um responsável pela situação: Herculano Pombo, o vereador eleito pelo Partido Socialista, «que se mostra incapaz» de «resolver os problemas» nesta área, apesar de a edilidade dispor de 42 veículos, e cerca de 400 funcionários. Nove meses de gestão de Pombo no Pelouro de Higiene Pública, Limpeza Urbana, Espaços Verdes e Ambiente degradaram «ainda mais a situação, que já era má, podendo agora ser rotulada de péssima». «Incapacidade e/ou inoperância» são a base do problema, diz a CDU.

A posição da Coligação surge numa altura em que na comunicação social surgiu a informação que se iniciará em Sintra a privatização dos serviços de recolha de lixo, bem como a aplicação de uma taxa ou tarifa a ser paga pelos municípios, tal como teria sido aprovado por unanimidade ao ser aberto um concurso para a prestação do serviço de recolha do lixo.

A CDU diz que a aprovação desse concurso não implica a privatização «de qualquer serviço ou área de serviço do município» tendo a coligação votado favoravelmente a proposta «no entendimento de que o actual vereador do

pelouro», se mostrar «incapaz de, directamente e com os meios do município, resolver os problemas».

«A CDU não votou nem votará favoravelmente qualquer proposta de privatização deste serviço, claramente vocacionado para ser e continuar a ser um serviço público», diz a coligação em comunicado.

Mais adiante afirma-se que os eleitos da CDU não votarão «qualquer proposta para aplicação de taxas ou tarifas a este serviço prestado aos municípios» entendendo que este «deverá continuar a ser prestado pelo município gratuitamente».

Resíduos hospitalares contaminados recolhidos conjuntamente com o lixo doméstico, resíduos industriais recolhidos «ao Deus-dará» são outras faces da preocupante situação actual.

Na nota distribuída à imprensa, a CDU lembra que em 1988 a Câmara Municipal de Sintra criou com Oeiras e Cascais a Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos (AMTRES) com o objectivo de encontrar soluções conjuntas para o problema dos lixos.

Um milhão gasto para nada

Dai surgiu a Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos, gerida por uma empresa mista (a TRATOLIXO), com maioria de capitais municipais,

com o objectivo de tratar os resíduos sólidos dos três concelhos, com uma capacidade de 500 toneladas/dia e onde uma estação de compostagem trata 150 mil toneladas/ano.

«Se funcionasse correctamente, o que nunca aconteceu», lembra a CDU em Sintra, a central poderia lançar no mercado, para a sua rentabilização, um composto de qualidade como fertilizante para a agricultura.

Para este complexo industrial funcionar, a Câmara de Sintra entregou à AMTRES, desde 1989, cerca de um milhão e 80 mil contos. A gestão maioritária do projecto (até 1983) do PSD e a agora igualmente maioritária e absoluta do PS, parece não ter resultado em benefício dos cidadãos, apesar dos meios financeiros e materiais que estavam disponíveis, pois «pelos vistos, não têm querido ou sabido encontrar as soluções que contrariam a degradação da higiene ambiental a que se chegou».

Soluções são possíveis

Do conjunto de soluções apontadas pela CDU para a resolução deste problema, destacam-se as seguintes:

Melhoria substancial do funcionamento da AMTRES e da TRATOLIXO, actualmente «muito aquém das suas possibilidades e capacidades, sendo visí-

veis a falta de direcção e desorientação reinantes».

Estudo e criação de campanhas e mecanismos de sensibilização com vista à criação de sistemas de recolha selectiva de resíduos na origem, começando pela separação dos orgânicos dos não orgânicos.

Criação e implementação dos respectivos depósitos de recolha selectiva «em quantidade suficiente e nos locais apropriados, ao contrário do que acontece hoje».

Criação de uma nova empresa de capitais intermunicipais ou mistos para a recolha e estudos adequados a novas formas de depósito e recolha, que inclua os cortes de árvores em jardins, entulhos, etc.

«Dialogar e pressionar o Ministério da Saúde, a fim de que aquele cumpra a Lei, que o obriga ao tratamento de resíduos hospitalares, que decerto irão aumentar substancialmente com a abertura do novo Hospital Amadora/Sintra» é outra das ideias da CDU em Sintra, assim como «fazer cumprir a Lei e normas já aprovadas para os parques de sucatas e resíduos sólidos que são depositados frequentemente à margem da Lei».

Por fim, a CDU defende o fim das lixeiras clandestinas que abundam no concelho e mostra-se disponível para dar o seu contributo para a melhoria da situação «apesar de não sermos os responsáveis pelas situações criadas nem pelos organismos que podem e devem resolver estes problemas».



A CDU defende que a recolha de resíduos não seja um serviço privatizado e está contra taxas pagas pelos cidadãos para terem direito a ruas limpas

Com a abstenção de Portugal Bruxelas aprova directiva sobre direitos dos trabalhadores

A União Europeia aprovou, no passado dia 22, em Bruxelas, a directiva que obriga as multinacionais, com sucursais em diferentes Estados-membros, a criar comités para consulta e informação dos trabalhadores sobre os diferentes aspectos da gestão das mesmas.

A directiva, cuja negociação se arrastava desde há 20 anos, não se aplicará no Reino Unido e na Irlanda do Norte, nos termos do protocolo anexo ao Tratado de Maastricht, que isenta a Grã-Bretanha da adopção de legislação laboral aprovada em Bruxelas.

A lei sobre os "comités de empresa europeus" foi viabilizada pelos restantes 11 Estados-membros, com a abstenção de Portugal. A posição portuguesa, segundo o ministro do Emprego e Segurança Social, Falcão e Cunha, foi tomada a pretexto de ter sido "insuficiente" o diálogo entre empregadores e trabalhadores sobre o assunto.

"Portugal é favorável ao princípio da directiva, que é assegurar a participação dos trabalhadores na vida das empresas transnacionais, mas entendemos que não foram esgotadas as potencialidades do diálogo entre

os parceiros sociais sobre a questão", disse Falcão e Cunha.

Segundo a Lusa, o ministro precisou que "não votámos contra, abstivemo-nos, exactamente por pensarmos que o princípio da directiva é correcto, mas dis-

cordamos da forma de o atingir", considerando que a directiva condiciona em excesso o diálogo entre empregadores e trabalhadores sobre a criação e o funcionamento do comité de empresa, já que impõe a criação de comités.

Para o ministro português, a directiva peca por não consagrar a possibilidade de trabalhadores e empregadores decidirem, por comum acordo, não avançar para a sua criação.

Nos termos da legislação agora aprovada, na ausência de um acordo entre as duas partes sobre as regras de funcionamento do comité, este é criado automaticamente, ao fim de três anos, sendo imposto um grau mínimo de consulta e informação dos trabalhadores para medidas que envolvam despedimentos, mudanças do local de funcionamento das empresas e mudanças tecnológicas.

Falcão e Cunha considera que, neste domínio, a directiva "é excessivamente regulamentado-

ra", e que tal circunstância poderá dificultar o diálogo entre os parceiros sociais.

Bem diferente é a interpretação feita pelo deputado comunista Sérgio Ribeiro. Ao intervir no debate sobre a matéria, dias antes da aprovação da directiva, o eurodeputado sublinhou a importância que o Parlamento Europeu deve atribuir ao direito de informação e de consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresas de dimensão comunitária, e alertou para o atraso da dimensão social, que reflecte "o enfraquecimento da participação dos trabalhadores, nas suas formas e expressões nacionais" e que se aprofunda pela "não criação de formas e expressões adequadas à nova (e mutante) configuração da actividade económica e empresarial".

Embora sem "ilusões" quanto a facilidades relativamente à consagração prática da presente directiva, Sérgio Ribeiro deixou clara a importância dada pelos comunistas à afirmação dos direitos dos trabalhadores e chamou a atenção para o facto de não fazer sentido "falar em consulta sem que se defina o que é informação e sem que esta se tome a base da consulta".

Inexplicada abstenção

Na sua intervenção, o eurodeputado comunista fez ainda notar que a "inexplicada abstenção" do Governo português, a pretexto da defesa do diálogo social, mais não traduz do que a clara tomada de partido "por um dos parceiros sociais".

Para Sérgio Ribeiro, "sem prejuízo da afirmação da dimensão social, da necessidade de garantir que a directiva (esta como qualquer outra) nunca poderá atingir o direito dos Estados-membros de manter, aplicar ou introduzir legislações mais favoráveis aos trabalhadores", é de lamentar "todos os sinais de que os governos dos Estados-membros não têm a intenção de facilitar eventuais (e reais) avanços na criação de procedimentos e de mecanismos que afirmem direitos dos trabalhadores e que reflectam, na sua dimensão social, a dimensão transnacional que vai tendo a actividade económica empresarial".

Recorda-se que a presente directiva se aplica a empresas transnacionais que empreguem, pelo menos, mil trabalhadores nos Estados-membros e em, pelo menos, dois países diferentes um mínimo de 150 em cada um deles.

Em Portugal, a directiva abrange 30 a 40 multinacionais, entre empresas com sede principal no país e empresas estabelecidas em Portugal, mas sediadas noutros Estados-membros ou países terceiros.

ASSEMBLEIA PARITÁRIA

Os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e da União Europeia (UE) realizarão de 3 a 7 de Outubro a sua 19ª Assembleia paritária em Libreville, com o objectivo de assinar a Convenção de Lomé V.

O presidente do Parlamento gabonês e co-presidente da Assembleia ACP-UE, Eloy Andy, apelou entretanto aos países africanos membros da Assembleia Paritária para que não se apresentem de novo com diferentes pontos de vista, "como vem sendo habitual neste tipo de encontros, para evitar a marginalização de que foram vítimas certos Estados", e anunciou que o Gabão apresentará a sua candidatura para o cargo de secretário-geral da ACP. A conferência, em que participará uma delegação sul-africana como observadora, visa harmonizar a política que regerá as relações entre a UE e os países ACP a partir do ano 2000.

ALENTEJO

A barragem do Enxoé, no concelho de Serpa, vai ou não ser uma realidade? Esta pergunta, tantas vezes repetida no Alentejo, foi feita recentemente à Comissão Europeia pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro.

Ao levantar a questão, o eurodeputado comunista dá conta de que, em contradição com informações anteriormente divulgadas, foi dito a autarcas da região do Alentejo - margem esquerda do Guadiana -, em reunião com a Ministra do Ambiente, que o projecto da barragem do Enxoé iria ser reformulado e apresentado, durante o mês de Agosto, como candidato ao Fundo de Coesão, seguindo-se concurso público. Fazendo notar que a região (ou sub-região) em causa é "particularmente afectada pela crise conjuntural e por decisões político-estruturais" e, por isso mesmo, "dependente da concretização de obras como essa barragem", quer saber o deputado se essa candidatura foi, ou vai ser, recebida, em que condições e qual a sua aceitabilidade e prazos de realização.

A resposta é aguardada com interesse no Alentejo.

PE DOS DEFICIENTES

O grupo de trabalho mandatado pelo Fórum Europeu dos Deficientes para organizar o Dia Europeu do Deficiente em 1994 decidiu que não se realiza este ano nenhum "Parlamento Europeu dos Deficientes", ao contrário do que sucedeu em 3 de Dezembro de 1993, em Bruxelas.

Nessa iniciativa, recorda-se, foi aprovada uma resolução tida do maior interesse para a consideração da situação dos cidadãos comunitários com deficiência e, sobretudo, para que essa consideração se faça com participação efectiva desses cidadãos, em que se previa designadamente a realização de novo Parlamento. Em resposta a uma questão do deputado Sérgio Ribeiro, o comissário Pádraig Flynn informou a semana passada que "em sua substituição, o ano de 1994 será dedicado ao lançamento de um vasto relatório sobre quatro temas fundamentais: definição de 'deficiente', biotécnica, vida autónoma e sexualidade". Ainda segundo o comissário, o referido relatório será apresentado em 1 de Dezembro próximo aos membros do PE e aos funcionários da Comissão "por representantes dos deficientes em Bruxelas e aos governos nacionais de todos os Estados-membros pelas organizações nacionais".

GEOMETRIA VARIÁVEL

"Geometria variável", "criação de um núcleo duro", "Europa a duas velocidades" são expressões que aparecem cada vez mais regularmente quando se fala do futuro da União Europeia e que parecem ser muito do agrado dos partidos cristãos-democratas alemães CDU/CSU que, para além de serem governo, detêm a presidência da União Europeia.

Tendo em conta que tais declarações lançaram um debate sobre a concepção, a estrutura e as instituições comunitárias em sede nem sempre a mais adequada, mas com a vantagem de nele implicar a opinião pública, o eurodeputado Sérgio Ribeiro colocou à Comissão a seguinte questão:

Recusando que esse debate se circunscreva a discutir quais serão os Estados-membros de 1ª (núcleo duro), os de 2ª (numa 1ª periferia) e os de 3ª (numa 2ª periferia), pergunto à Comissão se não julga que, nestas circunstâncias, se impõe que tome uma clara posição e diga, a essa mesma opinião pública, como considera possível compatibilizar essas concepções - emanadas de tão altos responsáveis - com o objectivo da coesão económica e social e outros que tão demagogicamente se têm afirmado com a intenção de dar uma imagem da "construção europeia" bem diferente do que vem sendo a sua realidade?

A pergunta já seguiu para Bruxelas. Aguarda-se resposta.

Lisboetas ganham pouco e trabalham muito

O poder de compra médio dos assalariados lisboetas é menos de 40 por cento do que o dos cidadãos do Luxemburgo e menos de 45 por cento do poder de compra verificados em Zurique ou em Los Angeles (Estados Unidos), revela um estudo da União de Bancos Suíços (UBS) sobre "Preços e salários no mundo", divulgado a semana passada.

Segundo o estudo, Lisboa é a décima primeira cidade mais barata entre 53 cidades de todo o mundo, mas em matéria de poder de compra os lisboetas reuam para trigésimo lugar numa lista de 51 países. Os lisboetas têm o pior poder de compra entre as cidades comunitárias consideradas.

O poder de compra em Madrid é vez e meia o registado em Lisboa, em Dublin (Irlanda) é 43 por cento superior e em Atenas é 17 por cento superior.

A edição de 1994 do estudo revela que Tóquio é a cidade mais cara do mundo, seguindo-se-lhe a capital da Nigéria (Lagos), Oslo, Zurique e Genebra.

As cidades mais baratas são Bombaim e Nairobi (cerca de oito vezes mais baratas do que Tóquio), Praga, Caracas e Budapeste.

No respeitante aos salários, os lisboetas surgem em trigésimo sexto lugar entre as 51 cidades consideradas, não chegando os respectivos salários a

um quarto dos praticados em Zurique ou em Genebra.

Comparados com os das cidades da União Europeia consideradas, os salários dos lisboetas são os mais baixos, sendo mesmo superados pelos praticados em cidades como Taipei (Taiwan), Seoul (Coreia do Norte), Singapura (Malásia), Nicósia (Chipre) e Buenos Aires (Argentina).

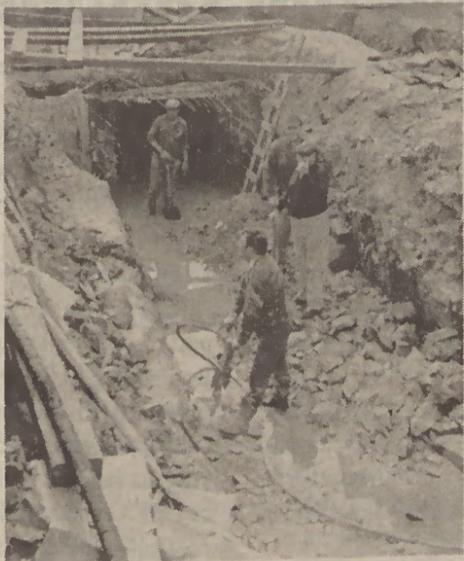
O horário de trabalho (número anual de horas de trabalho) em Lisboa é o vigésimo oitavo maior, contra 23 países onde se trabalha menos horas do que na capital portuguesa.

O custo de um painel de 111 produtos e serviços coloca Lisboa como a décima primeira cidade mais barata, com preços duas vezes e meia mais baixos do que os de Tóquio, a cidade mais cara do mundo.

Por tipo de bens, Lisboa tem o décimo mais barato vestuário para homem e o décimo segundo mais acessível vestuário de senhora.

Quanto ao preço dos electrodomésticos, Lisboa é a vigésima segunda cidade em matéria de preços mais baratos, a vigésima primeira com os táxis menos onerosos e a décima oitava em hotéis mais acessíveis.

Concluindo, Lisboa é barata... para os outros. Uma constatação curiosa num país cujo Governo não se cansa de invocar a condição nacional de membro da União Europeia, mas cujas semelhanças se arrumam na parcela das obrigações, deixando cada vez mais em branco a dos beneficiários.



OMS

A Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou dados sobre a situação actual em África, que nomeadamente indicam que 8 em cada 100 crianças morrem anualmente antes dos 28 meses. Uma africana em cada 14 "corre o risco de morrer durante a gravidez", sendo a respectiva proporção nos países desenvolvidos de uma em cada 4.000 mulheres. Para dar resposta a esta situação, a OMS defende estratégias nacionais baseadas na assistência às mães grávidas e na sua educação; calculando-se que essas medidas poderiam reduzir em 50% a mortalidade materna.

Imprensa

Cinco dos oito mais importantes títulos da imprensa checa passaram a ser controlados pelo capital estrangeiro. O grupo francês Hersant detém o "Mlada Fronta", com uma tiragem de cerca de meio milhão de exemplares; o grupo suíço Ringier domina o "Blesk" (400.000 de tiragem) e o "Lidove Noviny" (100.000). O grupo alemão Mittelein Verlag Bohemia ficou com o "Zemedske Noviny" e o Eurexpansão assumiu o controlo do "Hospodarske Noviny".

Ruanda

Reunida em Haia, a Conferência internacional sobre a reconstrução do Ruanda afirmou a urgência da constituição de um tribunal internacional sob a égide das Nações Unidas para "julgar os suspeitos de actos de genocídio, massacres e outros crimes contra a humanidade". A Conferência insiste por outro lado, "junto de todos os elementos da comunidade internacional", para que este trabalho seja desenvolvido "com o governo ruandês".

Irlanda

Os governos britânico e irlandês mostraram-se optimistas sobre as perspectivas de paz no Ulster depois da primeira conferência ministerial em Londres após o cessar-fogo do Ira. Em comunicado conjunto, Londres e Dublin afirmam-se "bastante encorajados" pela situação actual e manifestam a sua intenção de aproveitar esta dinâmica de paz para acelerar o processo. O ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês, Dick Spring, declarou no final da reunião que espera que o documento que vai servir de base às negociações multipartidárias sobre o futuro do Ulster esteja concluído no Natal. Spring reservou as suas preocupações para as milícias paramilitares protestantes do Ulster, que não anunciaram ainda um cessar-fogo, e "devem igualmente empenhar-se na via da paz".

Haiti

O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, nomeou o diplomata argelino Lakhdar Brahimi como novo emissário especial para o Haiti, em substituição do argentino Dante Caputo.

Palestina

Arafat e Rabin reúnem em Erez

O primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, e o líder da OLP, Yasser Arafat, reuniram-se em Erez, à entrada do território autónomo de Gaza.

Os dois interlocutores discutiram a plena aplicação da declaração de princípios de 13 de Setembro de 1993, com relevo para a eleição do Conselho da autonomia e o financiamento internacional da Autoridade palestina.

Entretanto, em Oslo - por ocasião do primeiro aniversário da declaração de princípios sobre a autonomia palestina, em 13 de Setembro passado, em Washington - foi assinado um novo documento pelo ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, e o dirigente da OLP, Yasser Arafat.

A declaração de Oslo refere-se em particular aos meios para favorecer a ajuda financeira à autonomia palestina e à necessidade de "fazer cessar os actos de violência", ou seja, os ataques dos movimentos de oposição palestinos a Israel.

As duas partes comprometeram-se a "agir no sentido de concretizar medidas de confiança mútua, promover as relações económicas e desenvolver a economia e a Autoridade palestina".

É feito um novo apelo aos doadores no sentido de um "esforço imediato para assumir as despesas decorrentes da

Autoridade palestina". A OLP compromete-se a iniciar a cobrança de impostos para garantir uma diminuição gradual das contribuições externas.

Uma nova reunião de doadores deve brevemente ter lugar em Paris. A tónica irá para "os projectos de transição e os projectos de criação de postos de trabalho a curto prazo". Os dirigentes de Israel e da Palestina irão pedir ao secretário-geral da ONU que o programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sirva "de instrumento para canalizar imediatamente os fundos existentes para a polícia palestina".

Prisioneiros palestinos torturados

A tortura e maus tratos continuam a ser prática corrente nas prisões palestinas, apesar dos acordos de Oslo e do Cairo para a autonomia palestina. Esta a conclusão de um relatório divulgado este Verão pela organização norte-americana Human Rights Watch, que directamente acusa a polícia (serviço geral de segurança) e o exército israelita.

O relatório cita os inquéritos realizados junto de 36 prisioneiros palestinos interrogados pelo exército e pela polícia, e ainda o testemunho de advogados, de polícias e de quatro soldados israelitas.

Segundo estes testemunhos, a tortura é prática habitual, e de alguma forma formalmente autorizada pelos serviços de segurança que aconselham a utilização de "pressão física moderada"(!) durante os interrogatórios.

Destas práticas são particularmente vítimas os palestinos que vivem na Cisjordânia ocupada, ou seja, dois terços da população palesti-

niana. A autonomia (parcial) que entrou em vigor em 4 de Maio último diz para já apenas respeito a uma pequena parcela do território palestino: Gaza e Jericó. O resto da Cisjordânia continua sob ocupação, e os factos indicam não se ter registado nenhuma mudança sensível nas formas de actuar das forças repressivas israelitas.

Segundo o relatório, na primeira quinzena de Junho, duzentos palestinos foram sujeitos a interrogatórios, acompanhados de torturas e maus tratos. Tudo isto em aberta contradição com os acordos do Cairo que expressamente exigem "o respeito das normas internacionais em matéria de direitos humanos".

A maioria das vítimas destes interrogatórios foram depois libertadas sem culpa formada.

A organização norte-americana Human Rights Watch sublinha que o exército israelita, directamente implicado na prática da tortura, recebe anualmente 1,8 mil milhões de dólares de ajuda america-



Crianças palestinas - a confiança num futuro ainda incerto.

De entre os múltiplos obstáculos e problemas que ainda se colocam a uma verdadeira autonomia, uma questão decisiva e urgente é a recuperação económica e social de terras profundamente marcadas pela ocupação israelita. Terras sem vida própria no que respeita ao desenvolvimento económico, marcadas por percentagens-recorde de desemprego, sobrepovoadas e com profundos problemas sociais por resolver. Gaza é disso o mais claro exemplo - 8 campos miseráveis e insalubres, os refugiados da guerra de 1948 e os seus descendentes, dezenas de milhar de outros que aí se instalaram depois da guerra de 1977. No total - 900.00 habitantes. Uma densidade populacional de 3.200 habitantes por quilómetro quadrado.

Entretanto, neste quadro difícil e incerto, múltiplas são as questões que continuam pendentes.

Assim, Israel recusa transferir os poderes civis para os palestinos enquanto estes

não dispuserem do dinheiro necessário para cobrir as despesas da administração.

Só então Israel admite a retirada das suas tropas dos territórios ocupados, retirada essencial para permitir a realização de

eleições do Conselho de autonomia, como previsto nos acordos de Washington.

As duas partes terão ainda de se entender sobre as modalidades destas eleições, entretanto já adiadas de Outubro para Dezembro.

Coreia

Debates em torno da questão nuclear

A Coreia do Norte voltou a recusar, em Genebra, inspecções internacionais às suas instalações nucleares.

"Nunca reconhecemos inspecções especiais", declarou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros norte-coreano, Kang Sok-Ju, em declarações à imprensa, antes de uma nova sessão de negociações com os Estados Unidos na sede da missão norte-coreana.

"Quando mais tarde as partes estabelecerem a confiança e relações normais, estaremos dispostos a demonstrar a transparência das nossas actividades nucleares", acrescentou Kang Sok-Ju.

O vice-ministro norte-coreano advertiu os Estados Unidos contra o uso da força numa referência a "acontecimentos anormais" nos últimos dias.

"Tais acções, disse, podem pôr em perigo progressos e pôr em causa uma solução".

Na quinta-feira, véspera do reinício das negociações, um porta-aviões norte-

americano cruzou ao largo as águas sul-coreanas tendo o seu comandante descrito as manobras como uma "mensagem de firmeza" face a Pyongyang.

Kang Sok-Ju referiu entretanto "alguns progressos" nas discussões efectuadas na missão norte-americana.

Em recente declaração à imprensa, o porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática (RPD) da Coreia, considerou as "inspecções especiais", preconizadas pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) como uma "tentativa de violar continuamente a nossa soberania e a nossa segurança".

O porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros norte-coreano afirmou ainda que a complexidade assumida pelo problema nuclear se deve à sua extrema politização, e que a única forma de o resolver será através de conversações entre a RPD da Coreia e os Estados Unidos.

Haiti

Expectativas e incertezas

Na expectativa de 15 de Outubro – data prevista para o afastamento do poder dos generais golpistas –, o Haiti continua a viver uma situação instável, pontuada por diversos problemas ligados à própria ambiguidade do momento actual. Situação em que, entretanto, e apesar de todos os obstáculos, o povo haitiano tem vindo a afirmar também a sua intervenção.

Em Cap Haitian, cidade do norte do Haiti, a ocupação militar norte-americana foi aproveitada pela população para atacar o quartel-general e abrir as prisões. As armas capturadas foram entregues às forças americanas. Os "attachés", delegados, nos bairros pobres, do poder militar instalado pelos golpistas, foram capturados pela população, que também denunciou os locais onde se encontravam armas escondidas.

Um protagonismo popular que não estaria bem dentro dos planos delineados em Washington. Nas palavras do general John Shalikashvili, chefe do estado-maior das Forças Armadas, "a manutenção da ordem continua a ser da responsabilidade dos militares haitianos"...

Posição de que já se tinha tido um exemplo prático quando da repressão de manifestações populares pro-Aristide, pelo exército haitiano, a que se seguiu uma determinação da junta no sentido de proibir "qualquer manifestação na via pública", a fim de evitar "o caos e o banho de sangue tão desejado por alguns".

Diversa é, entretanto, a opção defendida por Ira Kurzban, personalidade próxima do presidente Aristide, que defendeu que o corpo expedicionário norte-americano não poderá garantir uma situação "segura e estável" sem desarmar o exército e as milícias. "Para alcançar uma verdadeira democracia no Haiti, é preciso desarmar os que o presidente



Expectativa à chegada das tropas norte-americanas, a que se seguiram algumas desilusões

dos Estados Unidos qualificou de bandidos e assassinos", declarou ao "New York Times". "Se não se desarma o exército haitiano e as organizações paramilitares, preve-

niu, não só a democracia não será possível, como os próprios soldados norte-americanos estarão em perigo".

Como pano de fundo da contraditória situação no país, o que está em causa é também a própria intervenção militar norte-americana. Pelas condições que criou e irá gerar. Pelo seu significado - enquanto prática de política externa, e em particular para o povo haitiano.

E importa relembrar, como o fez Adrien Luzincourt, membro do Bureau Político da Frente Nacional para a Mudança Democrática (FNCD), que agrupa as organizações que apoiam Aristide, que "na história do Haiti não é a primeira vez que os Estados Unidos pretendem colocar o nosso país sob tutela. Ocuparam o Haiti entre 1915 e 1934, armaram e

de 75% da população vive abaixo do limiar da pobreza.

A economia do país foi ainda mais fragilizada com os sucessivos embargos impostos aos golpistas, que na prática atingiram sobretudo, e de forma muito dura, a população.

Num comunicado recentemente divulgado em Paris, a UNICEF fez a seguinte constatação: "Os efeitos do embargo agravaram a situação do conjunto da população civil da ilha, mas sobretudo a das crianças pois a mortalidade do grupo de crianças entre os 0 e os 5 anos aumentou em 35%, o que significa 1000 mortes por mês". Esta organização da ONU calcula que "três quartos das crianças do país sofrem de formas mais ou menos graves de desnutrição".

Para já, neste domínio as perspectivas estão longe de

Dante Caputo demitiu-se do cargo em protesto contra as negociações unilaterais efectuadas pelos Estados Unidos com os militares golpistas haitianos.

O diplomata argentino ocupou o cargo durante cerca de dois anos e negociou em 1993 os acordos da Ilha do Governador (Nova Iorque), que apontavam para o afastamento dos militares golpistas e o regresso ao poder do presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide mas que não foram cumpridos pelos líderes militares haitianos.

Bósnia

Os Estados Unidos pedirão o levantamento do embargo de armas aos muçulmanos bósnios se até 15 de Outubro os sérvios bósnios não aceitarem o plano de paz, disse a embaixadora norte-americana na ONU. A diplomata norte-americana, Madeleine Albright, fez o anúncio no Conselho de Segurança das Nações Unidas após a aprovação por aquele órgão de três resoluções, uma das quais alivia as sanções impostas contra a República Federal da Jugoslávia.

Os membros europeus do Conselho de Segurança, que têm "capacetes azuis" colocados na Bósnia, já indicaram que se opõem à cessação do embargo de armas, sublinhando que uma tal iniciativa só originaria uma escalada da guerra. O embaixador russo, Serguei Lavrov, advertiu que o levantamento do embargo de armas aos muçulmanos "levaria a Bósnia a um abismo e a um maior derramamento de sangue".

Índia

A cidade indiana de Surat foi atingida por um surto de peste pneumónica, mais mortífera do que a peste bubónica registada numa área a 500 quilómetros a sudeste da região na semana passada.

O país não era vítima de pestes há três décadas e tanto a pneumónica como a bubónica podem ser curadas com antibióticos. Surat, que vive do polimento de diamantes no Estado de Gujarat, costa ocidental indiana, é rodeada por bairros de lata e esgotos a céu aberto, principal campo de proliferação de doenças. As ratazanas multiplicaram-se recentemente, depois de chuvas de monção inundarem parte da cidade.

EUA

Os Estados Unidos serão muito diferentes em 2050, caso continue a actual onda de imigração, segundo um estudo da sua população divulgado estes dias.

Os brancos não-hispânicos serão 52 por cento, os hispânicos 20 por cento, os negros 14 por cento e os asiáticos 10 por cento dos seus habitantes, segundo um relatório elaborado pelo Serviço de Referência da População, que sublinha que, historicamente, tem-se provado errónea a ideia de que a imigração será causa de desastres.

O México é a principal fonte de imigração nos Estados Unidos, com 85 por cento das pessoas vindas da América Latina e Ásia. Até 1950, a Alemanha era a principal origem de novas entradas no país.

Mulheres

Desigualdades mantêm-se

A população activa é cada vez mais composta por mulheres, mas estas continuam a ganhar salários entre 30 e 40 por cento inferiores aos dos homens para as mesmas tarefas.

Esta é uma das conclusões de um estudo elaborado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (CEPE) para debate na reunião preparatória da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que decorrerá em Viena de 17 a 21 de Outubro.

Embora exista uma relação evidente entre o nível de instrução e de remuneração, a Cepe assinala no documento que "mesmo nos países europeus, tradicionalmente mais igualitários, as mulheres continuam a receber remunerações inferiores às dos homens".

Nestas condições estão, por exemplo, a Noruega, onde as mulheres que trabalham a tempo inteiro recebem um salário equivalente a 80 por cento do dos homens, e a Rússia, onde ganham menos um terço do que os homens.

"As mulheres não atravessaram ainda a ponte que as leva à igualdade em matéria de instrução e economia relativamente aos homens", considera a Cepe.

As tentativas para situar as mulheres nas profissões tradicionalmente desempenhadas pelos homens, incluindo a política, parecem ter dado frutos apenas na Suécia e no Canadá, onde a percentagem de mulheres nos cargos de gestão e de administração passou de 27 por cento em 1981 para 40 por cento em 1993.

A nível mundial e no âmbito da vida pública, as mulheres ocupam apenas 10 por cento dos assentos parlamentares, apenas 5 por cento chegaram à liderança e 4 por cento a ministro.

Contudo e apesar de todo o contexto descrito, "a feminização da população activa é uma das tendências mais importantes da década de 90", embora a mesma não tenha sido

acompanhada por um aumento sensível do número de mulheres em cargos de direcção e de decisão.

As mulheres representam 34 por cento da população activa mundial e 41 por cento nos países industrializados.

Apesar destas percentagens, as mulheres continuam a trabalhar em profissões tradicionalmente femininas, sobretudo no sector dos serviços, onde representam praticamente metade do total de trabalhadores.

Trata-se de um fenómeno generalizado no mundo, de acordo com a Cepe, sem demasiadas expectativas de mudança, pois as perspectivas de promoção social e de avanço profissional que se oferecem actualmente às mulheres são limitadas e muitas continuam sem ter acesso ao mercado de trabalho a tempo inteiro.

O aumento do trabalho em regime parcial, a diminuição dos salários e o aumento do desemprego, sobretudo no sector feminino, faz com que a situação da mulher esteja a degradar-se na Europa de forma paulatina.

A Cepe indica ainda que a taxa de desemprego entre as mulheres adultas é mais elevada que a dos homens em dois terços dos 54 Estados membros (europeus, da América do Norte, Israel, Repúblicas da Ásia e da ex-União Soviética).

No conjunto da Europa Ocidental, o desemprego entre as mulheres passou de 9 por cento em 1990 para 12 por cento no ano passado.

A situação é mais sombria nos países em vias de desenvolvimento, onde o desemprego registou uma alta forte ao passar de 5 por cento em 1990 para 12 por cento em 1992.

Na Bulgária, mais de metade dos desempregados é constituída por mulheres, sobretudo na indústria e na agricultura, enquanto, na Rússia, 90 por cento dos desempregados são, igualmente, mulheres.

Antecedentes

31 de Julho - O Conselho de Segurança da ONU adopta a resolução 940 autorizando "os Estados membros a constituir uma força multinacional sob um comando e um controle unificados e a utilizar, neste quadro, todos os meios necessários para facilitar a saída do Haiti dos dirigentes militares, na perspectiva dos acordos de Governors Island, e o imediato regresso do presidente legítimo eleito; assim como para instaurar e manter um clima seguro e estável que permita aplicar os acordos de Governors Island (...)"

apoiaram os regimes que esmagaram o povo haitiano durante décadas".

Uma outra questão - grave - é a situação económica e social do Haiti, um dos mais pobres países do mundo, em que cerca

ser positivas. Na opinião de Adrien Luzincourt (que já atrás citámos), "na actual situação económica e política do Haiti, Aristide não terá as mãos livres para governar".

■ Henrique Custódio

Alentejo em peso desfila em Lisboa Em nome do trabalho a Embaixada que veio do Sul

Milhares de alentejanos, organizados em 52 grupos corais, nove bandas, oito ranchos folclóricos e cinco fanfarras concentraram-se sábado passado junto aos Restauradores, em Lisboa, desfilando depois pela Avenida da Liberdade até ao Parque Eduardo VII. Os trajes e os cânticos da terra transtagana vibraram na luz nítida da Avenida, povoando-a, durante mais de cinco horas, da magia com que os homens da planície por lá reinventaram a vida. E nem a curiosidade espalhafatosa com que a grande cidade olha quem nela se expõe, conseguiu perturbar aquelas palavras e vozes, aqueles coros e cadências em recolhimento nascidos: a emoção em estado puro que é ver e ouvir o Alentejo a cantar, tomou de mansinho Lisboa, subindo-lhe a Avenida da Liberdade numa Embaixada que clamava contra o desemprego e a desertificação, pela regionalização e o desenvolvimento. Cantando como só por lá se sabe.

A iniciativa partiu do Movimento "Alentejo - Pela Regionalização e Desenvolvimento", criado sob a égide do Conselho Regional do Alentejo e da sua Comissão Executiva, integrando os presidentes das Assembléias Distritais de Beja, Évora e Portalegre e das Associações de Municípios de Beja, Évora, Norte Alentejano e Litoral Alentejano (ver caixa intitulada "O 'abuso' abusador"), tendo por objectivo alertar para a grave crise socioeconómica que afecta violentamente a Região e mobilizar as pessoas para a defesa do Alentejo.

Às 10 da manhã as ruas de Portas de Santo Antão e do Jardim do Regedor, confluentes aos Restauradores, já abarrotavam com milhares de pessoas recém-chegadas de todo o Alentejo. Era uma multidão heterogénea e, ao mesmo tempo, fluindo na mesma amálgama. Os rítmicos e os sotaques, os ensaios de instrumentos e a afinção das vozes, as gargalhadas garridas dos jovens e as ironias cortantes dos mais velhos irradiavam da multidão um inconfundível "ar" alentejano. Esperando, calmo como sempre, o início do desfile.

Os olhos de um par de belgas

As bandas e fanfarras, os coros e os ranchos começaram a subir os Restauradores, por entre o aplauso irresistivelmente emocionado



Carlos Carvalho presente

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, deslocou-se ao Parque Eduardo VII em apoio à iniciativa da Embaixada Alentejana, sendo calorosamente saudado por numerosos alentejanos que, assim que o viam, se lhe dirigiam para o cumprimentar. Em conversa informal com os jornalistas, o dirigente do PCP acusou o Governo de fingir não ver o que se passa no Alentejo, "se não já teria tomado medidas de emergência e não meras medidas pontuais", realçando a chocante contradição - que importa resolver de imediato - de existirem, no Alentejo, enormes extensões de terras subaproveitadas a par de um desemprego gravíssimo. Outras questões fulcrais para a resolução dos problemas do Alentejo, como a irrigação e a conclusão do Plano do Alqueva, foram também assinaladas por Carlos Carvalho.



Os elementos da Comissão Executiva «Movimento Alentejo» que subiram ao palco

dos espectadores que se foram acumulando nos passeios. Vários estrangeiros quedavam-se, encantados, a fruir o espectáculo e um casal de belgas, dirigindo-se-nos, primeiro num inglês macarrónico, depois, aliviados, no francês que lhe sugerimos, mudaram repentinamente do olhar beatífico com que julgavam estar a ver um espectáculo de folclore para uma expressão de encantamento consternado, se é que isso existe. E responderam, de imediato, às nossas explicações: "Compreendemos perfeitamente. Infelizmente também temos destes problemas no nosso país. Mas cantam tão bem! Nunca vimos uma luta tão pacífica e tão bonita! Oxalá ganhem!"

Se a beleza, como a justiça social, tivessem crédito entre quem hoje detém o poder em Portugal, sem dúvida que a Embaixada Alentejana chegaria ao Parque Eduardo VII com as suas reclamações atendidas.

Mas para isso era necessário um Governo, ele próprio, menos feio...

O Parque da confraternização

O Parque Eduardo VII foi o ponto de chegada da Embaixada que - e ainda o não dissemos - trazia gente e organizações culturais dos três Distritos alentejanos, numa representatividade impossível de ignorar. Quase duas horas depois do previsto, a multidão de mais de 5.000 pessoas espalhou-se pelas sombras e puxou dos faméis, dando início à segunda parte do programa: uma confraternização onde acorreram muitos alentejanos radicados na Grande Lisboa. Nessa altura já os quatro canais de televisão se haviam atafalhado de ima-

gens únicas, talvez por se terem apercebido de que era impossível ignorar tão impressionante manifestação e, já agora, despendendo a quele manancial de registos audiovisuais.

Seguiu-se uma tarde cultural com a participação de grupos corais, ranchos folclóricos, fanfarras e artistas alentejanos e organizada a partir de um palco instalado no relvado superior ao Pavilhão Carlos Lopes. Foi aí que usaram da palavra João Rocha, da Câmara Municipal de Serpa, e Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, cujas intervenções condensamos nas páginas seguintes.

Depois de festa prosseguiu o convívio também, com a satisfação do dever cumprido a atravessar muitos diálogos. "Quem tem agora de cumprir é o Governo!", assinalava-se, em vários tons, pelo vasto recinto, enquanto os coros despontavam, espontâneos e belos, por entre o arvoredo, recordando os melros que cantam às quatro da madrugada.



Alentejanos por todo o lado!



Pormenor da grande multidão que assistiu ao espectáculo do Parque

A noiva de Montemor

De Montemor-o-Novo veio a noiva de 15 anos, Rute de seu nome, e "com a ideia muito longe de casar". Os estudos e o ofício da costuradora chegam-lhe e sobram-lhe encher uma vida tão novinha em folha. Do que a sua ideia não é longe é da terra e das gentes que pertencem por direito de nascença, envergando com garbo e gosto o nupcial de "eu sei lá quando, se casar antes da minha avó!". Acolitada por outros jovens, todos exibindo uma bela amostra dos trajes de festa usados em Montemor-o-Novo ou se, quando, se calhar antes dos avós do lado, a Rute e companheiros tinham uma consciência etnográfica, mais rigorosa que o amadurecimento faziam da época da roupa que entoavam: "Somos do Grupo Folclóricos de Montemor-o-Novo e estamos aqui para verem como é...".

Como é? Ora toma, para que está aqui a cantar como foi. Entusiásticos, os alentejanos? Quem assim pensar, confunde a partilha do orgulho de ser com o ser espartilhado.



A beleza dos cantos alentejanos tomou conta da Avenida da Liberdade



Dos Restauradores (na foto) ao Parque Eduardo VII o desfile demorou cinco horas — mais duas que o previsto



A festa do Parque

Um desfile de cinco horas

Ludgero Escoval, um dos responsáveis do Movimento "Alentejo - Pela Regionalização e Desenvolvimento", promotor da "Embaixada Alentejana" que desfilou em Lisboa, era um homem satisfeito quando o encontramos às 13 e 30 na Avenida da Liberdade, ainda o desfile não ia a meio. "A avenida estava pedida das 9.30 às 13.30 e veja: ainda não estamos em metade! O mais espantoso é que esta embaixada foi prevista para ser uma apresentação qualitativa e, sendo-o de facto, transformou-se numa grande manifestação de massas, tantas são as representações presentes". E enumerou-as:

"Para fazer uma ideia, estão aqui 52 grupos corais (quando estavam previstos 48), cinco fanfarras, nove bandas e oito ranchos folclóricos! É muita gente, vinda de todo o Alentejo".

Segundo Ludgero Escoval, o êxito desta iniciativa cedo se começou a desenhar, mesmo antes da partida. "O primeiro sinal surgiu quando várias transportadoras privadas que operam no Alentejo esgotaram a sua capacidade de oferta. Na verdade, foram largamente ultrapassadas as nossas expectativas!".

E lá foi, agora já na expectativa de saber se um desfile previsto para acabar às 13.30 conseguia terminar até... às 15.

O «abuso» abusador

A Comissão Executiva do «Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento» respondeu, em nota ao dr. João Transmontano, presidente da Associação dos Municípios do Norte Alentejano, que acusou o Movimento de estar a «usar abusivamente» o seu nome e o da Associação que representa.

Eis o resumo da resposta dada pela Comissão Executiva do «Movimento Alentejo»:

1.º A decisão de criar o Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento foi tomada por unanimidade em reunião extraordinária do Conselho Regional da CCRRA realizada em 22/03/94 e que contou com a presença dos Conselhos de Administração das Associações de municípios de Beja, Évora, Portalegre e Litoral e das Mesas das Assembléias Distritais de Beja, Évora e Portalegre que decidiram então constituir-se em Comissão Promotora do citado Movimento. Esta reunião havia sido decidida por unanimidade em reunião do Conselho Regional em que participou o Exmo. senhor presidente, dr. João Transmontano;

2. Na referida reunião participou devidamente credenciado e em nome do dr. João Transmontano, na sua qualidade de Presidente da Associação de Municípios do Norte Alentejano, o Exmo. Senhor dr. Palmeiro que, em nome do Conselho de Administração da Associação, passou a participar nas reuniões do Secretariado Executivo da Comissão Promotora ulteriormente criado;

3. Foi sempre através do representante da Associação de Municípios do Norte Alentejano, dr. Palmeiro, ou do representante da Mesa da Assembleia Distrital de Portalegre, Exmo. Senhor Manuel Ferreira, que foram tratados todos os aspectos relativos ao Movimento e às suas acções;

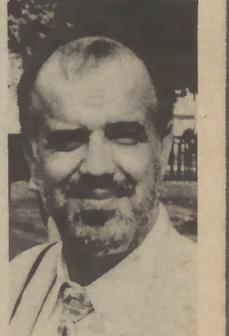
4. São do domínio público, desde Março de 1994, a proclamação e o abaixo-assinado dirigidos a todos os alentejanos, organização e instituições do Alentejo onde constam os nomes das entidades promotoras do Movimento Alentejano pela Regionalização e o Desenvolvimento, situação que em momento algum foi posta em causa, junto de quem de direito ou sequer em termos públicos que se tenha tido conhecimento;

5. Face ao exposto e sem naturalmente pôr em causa o legítimo direito do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Norte Alentejano de não participar na Embaixada do Alentejo que manhá se desloca a Lisboa, posição que lamentamos, não podemos deixar de considerar incorrectas e inadequadas as afirmações do senhor presidente, dr. João Transmontano, quando diz estarem as restantes organizações promotoras a usar abusivamente o nome do Conselho de Administração da Associação a que preside, ou da Mesa da Assembleia Distrital que afirma ter consultado através do seu Presidente.



Trazer os chaparros

"Eu até agradeço virem ao meu encontro para dizer estas palavras que sinto!" Palavras de Manuel Pinto, chegado de Serpa e abordado pela equipa da TVI à esquina dos Restauradores que abre caminho Avenida da Liberdade acima, ainda as outras televisões, incluindo a estatal, aguardavam sabe-se lá o quê para aparecerem. O seu Grupo Etnográfico de Vila Nova de S. Bento prosseguia a toada, alinhadíssimo, na esteira das dezenas de grupos que já ocupavam todo o trajecto até ao Marquês de Pombal, ainda quase outros tantos aguardavam nas Portas de Santo Antão e na Rua do Regedor. "Neste País não há gente de primeira nem de segunda!" prosseguia ele, olhando a câmara de frente. "Os alentejanos são portugueses como os outros, não precisam de pena nem esmolas, precisam de trabalho e desenvolvimento! Estamos aqui, firmes, para dizer isso!". A equipa da TVI aguardava também firme, com uma jovem de aparelho às costas a confirmar que a expressão inglesa "came-raman" é um machismo sem sentido, mas tudo tem limite, e já o também jovem repórter recolhia o microfone, de olhar guloso noutros folclores, quando do grupo do entrevistado voou, risonha, uma voz feminina nas costas do repórter: "Agora veja lá se nem assim mostra a gente! Ou será preciso também trazer os chaparros prá coisa ficar mais interessante?!..."



João Rocha da Silva, presidente do Conselho Regional da CCRA

Uma só razão nos move: o Alentejo

Mobilizar a opinião pública para um amplo e unificado movimento em favor da Regionalização e desenvolvimento do Alentejo é o objectivo principal da Comissão Promotora da Embaixada a Lisboa que no passado sábado se concretizou. Composta pelo Conselho Regional do Alentejo, as mesas das Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre e pelos Conselhos de Administração das Associações de Municípios dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre e Litoral Alentejano, a referida Comissão Promotora prepara uma assembleia de aderentes a este movimento, tal como foi anunciado por João Rocha da Silva, presidente do Conselho Regional da CCRA, de cuja intervenção publicamos alguns extractos significativos.

(...) As embaixadas são sempre portadoras de diálogo e expressão de amizade. E transportam invariavelmente uma mensagem. A mensagem hoje aqui trazida, à capital do país, à opinião pública, aos líderes de opinião, ao Governo da República e aos restantes órgãos de soberania é a de uma população cansada de ser marginalizada e ignorada por uma política centralizadora. Uma política cega, surda e muda aos interesses da mais vasta região do território nacional: o Alentejo.

O Alentejo está velho e desertifica-se. Na estatística, só quatro variáveis parecem crescer: a redução populacional, o envelhecimento dos residentes, o número de desempregados e a percentagem de suicídios. Efeitos dramáticos de realidades da região, como a interioridade, a descapitalização dos sectores económicos, a ausência de investimentos e de uma dinâmica empresarial competitiva e sólida. As consequências da reforma da Política Agrícola Comum acrescentam a tudo isto um cenário de desastre, com o crescimento do desemprego, terras abandonadas e desvalorizadas e empresários afogados em dívidas.

Poder Local asfiziado

(...) Muitas aldeias alentejanas, completamente infra-estruturadas pelas autarquias, são hoje lugares onde rareiam cada vez mais as crianças e jovens, e gente em idade activa para trabalhar. São antecâmaras de morte, habitadas quase exclusivamente por idosos que, longe dos filhos e dos netos, afastados dos que mais amam, agonizam de pasmo e de tédio, sobrevivendo a custo com reformas que nem chegam para pagar à farmácia.

O poder local vê-se duplamente asfiziado financeiramente por uma política centralista e napoleónica, sem visão de Estado para libertar as energias criadoras de cada uma das regiões do país. Em primeiro lugar pelo sistemático não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte do Governo. Em segundo lugar pela transferência de competências para as autarquias, sem as indispensáveis contrapartidas financeiras.

(...) O poder local saído do 25 de Abril já demonstrou, em todos os níveis da sua intervenção, querer o desenvolvimento do Alentejo. A dinâmica das autarquias, em estreita comunhão com os interesses e aspirações das populações, tem contribuído fortemente para o desenvolvimento do Alentejo nos domínios onde pode intervir. O Alentejo mudou muito nos últimos vinte anos. E o que de positivo se verifica nessa mudança tem a mão das autarquias. O poder local já fez muito em matéria de desenvolvimento. É hora de o poder central lhe seguir o exemplo e fazer também alguma coisa pelo desenvolvimento da região. O Governo não pode, nem deve, sacudir a água do capote.

Mais investimento

(...) Criar emprego, diversificar a oferta de trabalho estável - eis o que em primeiro lugar a região precisa. Mas não há milagres. Pode é haver investimento. O novo Quadro Comunitário de Apoio/Plano de Desenvolvimento Regional para 1994 a 1999 deve contemplar, apesar das verbas inscritas para o Alentejo serem manifestamente escassas, esta preocupação central. Os recursos financeiros agora libertados pela União Europeia não deverão ser mais uma oportunidade perdida para arrancar a região do atraso e do subdesenvolvimento para onde tem sido atirada. O Quadro Comunitário de Apoio deverá inte-



grar a cobertura das carências fundamentais da região. Por isso, além do investimento económico, é fundamental o investimento político no apoio ao desenvolvimento integrado e sustentável de uma região que quer continuar a existir.

O desenvolvimento do Alentejo jamais pode passar ao lado do seu maior e mais evidente recurso endógeno: a terra.

(...) Por isso, a barragem de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo ocupam, nesta perspectiva, um lugar central, embora não exclusivo, no desenvolvimento regional alentejano.

A alternativa ao sequeiro passa pelo reservatório de Alqueva. Ele pode transformar a paisagem criando novas paisagens e patrimónios. Pode contribuir fortemente para a mudança da vida nos campos do sul. Pode segurar gentes e povoar lugares. Trará decerto novas dinâmicas económicas e sociais ao quotidiano rural do Alentejo.

Regionalização

(...) O comboio com que a região quer agarrar o futuro não pode igualmente deixar de lado os recursos mineiros e termais, as rochas ornamentais, o artesanato, o nosso precioso património monumental, paisagístico e cultural, a simpatia e a hospitalidade das nossas gentes, a gastronomia e a cultura, os produtos regionais de qualidade. Todos eles são indispensáveis ao desenvolvimento económico, social, cultural e turístico do Alentejo.



Os alentejanos reivindicam do Poder Central os apoios há muitos anos necessários e sempre negados, o aproveitamento de recursos e meios. «O Governo não pode sacudir a água do capote!»



APOIO ALENTEJANO

Centenas de instituições manifestaram o seu apoio à iniciativa ocorrida no passado sábado, subscrevendo o documento editado pelo Conselho Regional do Alentejo, as mesas das Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre e os Conselhos de Administração das Associações de Municípios dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre e Litoral Alentejano. «Alentejo em Marcha» foi o título escolhido para esta mobilização de alentejanos para a Embaixada a Lisboa, pretendendo-se agora promover um conjunto de iniciativas capazes de gerar um amplo e unificado movimento de opinião em favor da Regionalização e desenvolvimento do Alentejo. Os subscretores desse documento foram os seguintes.

A. Distrital Beja
A. F. Alcorrego
A. F. Aldeia da Mata
A. F. Aljustrel
A. F. Anieira
A. F. Barrancos
A. F. Brinches
A. F. Brotas
A. F. Cabeção
A. F. Cercal do Alentejo
A. F. Cuba
A. F. Entradas
A. F. Ervedal
A. F. Figueira e Barros
A. F. Gáfete
A. F. Igreja
A. F. Matriz
A. F. Monte Trigo
A. F. Mora
A. F. N.º S.º Bispo
A. F. N.º S.º Conceição
A. F. Pavia
A. F. Pias
A. F. Redondo
A. F. Rio de Moinhos
A. F. S. Bartolomeu
A. F. S. João Batista
A. F. S. Mamede
A. F. S. Martinho
A. F. S. Cristovão
A. F. Salvador
A. F. Santa Clara-a-Velha
A. F. Santa Cruz
A. F. Santa Maria
A. F. Santiago
A. F. Santo André
A. F. São Saturnino
A. F. Sta Susana
A. F. Vale de Vargo
A. F. Vendas Novas
A. F. Vila Alva
A. F. Vila Nova S. Bento
A. F. Vila Ruiva
A. F. Vila Verde Ficalho
A. L. P. Monteiro Mecã.
A. M. Alandroal

A. M. Alcácer do Sal
A. M. Aljustrel
A. M. Alter do Chão
A. M. Arraiolos
A. M. Barrancos
A. M. Beja
A. M. Borba
A. M. Campo Maior
A. M. Castro Verde
A. M. Crato
A. M. Cuba
A. M. Mértola
A. M. Mora
A. M. Moura
A. M. Portel
A. M. Redondo
A. M. Santiago de Cacém
A. M. Serpa
A. M. Sines
A. M. Vendas Novas
A. M. Vidigueira
ACOS-Assoc. Criad. Ovi. Sul
AMDBeja
AMDE
ANALOR-Assoc. Com. Sacavém
Animata
Assoc. 29 Abril
Assoc. B. V. Alvito
Assoc. B. V. Serpa
Assoc. Benef. de Pedrogão
Assoc. Caçad. da Pipa e Zambujeiro
Assoc. Cult. Desp. e Rec. Brunheiras
Assoc. Cult. Palheirensis
Assoc. Dad. B. de Sangue
Assoc. Div. Cult. Mora
Assoc. Escudeiros (grupo 169)
Assoc. Est. Esc. S. Aljustrel
Assoc. Guias Portugal
Assoc. H. B. V. Aljustrel
Assoc. H. B. V. Vendas Novas
Assoc. Humanitária dos B.V. Avis
Assoc. Mor. Aldeia da Estrela
Assoc. Mor. B.º S. José da Ponte
Assoc. Mor. Falcoeiras
Assoc. Nac. P. M. Agric.
Assoc. P. Abrigo Velhos Trab.
Assoc. Pais e Enc. Educ. Esc. Sec. Grândola
Assoc. Port. Def. Évora
Assoc. Ref. Pens. e Idos. Lavre
Assoc. Ref. Pens. e Idosos- Montemor
Assoc. Ref., Pens., e Idos. Santiago de Cacém
Assoc. Ref., Pens., e Idosos Beja
Assoc. Reform. Arraiolos
Assoc. Reform. Ilhas
Assoc. Sol. Refor. Pens. Ido. Avis
Assoc. Sol. Soc. Amieirense

Assoc. Sol. Soc. "Os A. Landeira"
Assoc. Trab. C.M. Serpa
Atlét. Clube Brinches
Atlét. Clube Ficalho
B. V. Portel
Bomb. Vol. Borba
Borcoop-Coop Hab.
C. C. Agríc. Mút. Viana do Alentejo
C. C. Agríc. Mútuo Alcáçovas
C. M. Alandroal
C. M. Aljustrel
C. M. Alter do Chão
C. M. Alvito
C. M. Arraiolos
C. M. Avis
C. M. Beja
C. M. Borba
C. M. Campo Maior
C. M. Castro Verde
C. M. Crato
C. M. Cuba
C. M. Évora
C. M. Grândola
C. M. Mértola
C. M. Mora
C. M. Moura
C. M. Odemira
C. M. Portel
C. M. Redondo
C. M. Santiago de Cacém
C. M. Serpa
C. M. Sines
C. M. Vendas Novas
C. M. Viana do Alentejo
C. M. Vidigueira
Café Morensis
Casa da Cultura de Avis
Casa da Cultura Orada
Casa do Alentejo Lisboa
Casa do Povo Campo Maior
Casa do Povo Lavre
Casa do Povo Safara
Casa Povo de Corte do Pinto
Casa Povo Santa Clara-a-Velha
Casa Povo Santo Amador
Casa Povo Serpa
CCD Trab. C. M. Avis
Cendreb
Centro C. D. e Rec. "Os Amieirenses"
Centro Confrat. Rep.- Corvos
Centro Cult. Desp. Santana do Campo
Centro Cult. de Boizões
Centro Cult. de Sapos
Centro Cult. e Desp. Paivas
Centro Cult. e Desp. Vila Alva
Centro Cult. e Rec. do Monte do Galo



Mas também a investigação científica, a formação técnica e profissional inteligente e adaptada às necessidades e capacidades da região, um sistema de ensino universalista e dirigido ao saber-fazer, ao fazer-saber, ao saber-criar e ao saber-arriscar são vertentes onde a vontade política dos dirigentes devia apostar.

(...) O combate à interiorização do Alentejo passa pela dotação da região com órgãos de autonomia capazes de, com versatilidade, decidir acerca dos grandes dossiers que ao desenvolvimento do Alentejo digam respeito.

Ao contrário das afirmações do senhor primeiro-ministro a institucionalização das regiões administrativas não é mais cara para o país. O que é caro é a manutenção das Comissões de Coordenação Regional e dos aparelhos burocráticos a elas ligados.

(...) A criação das regiões administrativas tal como o consagrado na Constituição da República é uma das questões centrais da proclamação aprovada por unanimidade pelo Conselho Regional do Alentejo em Março deste ano.

Dava-se assim o primeiro passo para o arranque do movimento de opinião «Alentejo, pela regionalização e o desenvolvimento».

(...) Muito brevemente será realizada uma assembleia de aderentes do movimento de opinião «Alentejo: pela Regionalização e o Desenvolvimento» da qual não deixarão de sair novas propostas para a obtenção dos objectivos maiores que nos movem e aqui nos trazem: o desenvolvimento da região. Neste objectivo estão immanadas todas as sensibilidades regionais, independentemente dos seus credos, filiações ou simpatias. Uma só razão nos move: o desenvolvimento do Alentejo.

Bases de uma proposta para o desenvolvimento do Alentejo

«Com abertura total ao diálogo com os Órgãos de Soberania», Abílio Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Évora, apresentou em nome da Comissão Promotora da Embaixada do Alentejo a Lisboa, os dez pontos que constituem as bases de uma proposta para o desenvolvimento do Alentejo. Representantes deste movimento vão em breve solicitar audiências ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e diferentes Grupos Parlamentares, Primeiro-Ministro e Governo, Provedor de Justiça, Procurador Geral da República e Presidente do Tribunal Constitucional a quem vão dar conta das propostas que a seguir transcrevemos.

1 – Elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo com forte peso da componente agrícola, que promova as diversas potencialidades e especificidades regionais.

2 – Definição de uma política de posse e uso da terra, tendo presente o Plano de Rega do Alentejo, que garanta o seu racional aproveitamento económico, sem deixar de ter presente, a sua função social, condição essencial para um clima de estabilidade e paz social.

3 – Definição de fileiras económicas de base regional, designadamente, as agro-alimentares (em regime de extensificação e intensificação), horticultura de primores, culturas permanentes, decorrentes duma nova realidade agrícola e outras como as extractivas de montado de floresta de pequena escala com denominação de origem, turismo e terciário superior.

4 – Acelerar as obras do Alqueva e a implementação do Sistema de Rega do Alentejo, alargando a área de regadio à margem esquerda do Guadiana e Alentejo Central.

5 – Concessão urgente de linhas de financiamento bonificadas e de incentivos ao investimento aos agentes económicos e sociais da Região.

6 – Incrementar um plano de investimento especial em obras públicas de inegável necessidade e impacto na Região, por forma a absorver a mão-de-obra disponível, com destaque para a construção de barragens e respectivos sistemas de rega e abastecimento, rede viária e ferroviária.

7 – Conclusão de toda a rede de eixos que constituem as acessibilidades da Região (IP2, IP7, IP8, IC13 e demais troços complementares – Vila Real de Santo António – Beja ao IP2), ligação de Sines a Évora.

Nos eixos ferroviários a ligação Sines-Évora-Estremoz, Portalegre-Elvas-Beja.

No redimensionamento e utilização do Aeroporto de Beja, dos Aeródromos de Évora, Portalegre e Sines/Santiago de Cacém.

Adaptação dum Terminal de carga geral, no Porto de Sines.

8 – Reforço das verbas do PDR para o Alentejo e inclusão nos programas sectoriais do máximo de investimento, num verdadeiro espírito de solidariedade nacional e coesão económica e social.

9 – Garantir formação profissional adequada a uma nova agricultura e agro-industriais subjacentes de molde a reconverter os trabalhadores desempregados. Instituir um rendimento mínimo de subsistência, garantindo o subsídio de desemprego a todos os que ficarem involuntariamente desempregados.

10 – Reforçar as dotações financeiras ao Poder Local, cujos valores se têm vindo a degradar e instituir as Regiões Administrativas constitucionalmente previstas.

Centro Cult. e Rec. Monte Alto
Centro Cult. e Rec. O Moinho de Vento
Centro Cult. Manuel Galo
Centro Cult. Pop. Serpa
Centro Cult. Rec. S. Sebastião dos Carros
Centro Cult. S. Bart. de Via Glória
Centro Cultural Borba
Centro de Inst. e Rec. Fernandense
Centro Inf. Augusto Piteira
Centro Pop. Trab. de Penedos
Centro Rec. Amad. de Mús. "Os Leões"
Centro Rec. Amad. de Música
Centro Rec. e Cult. Diogo Martins
Centro Recreat. Cratense
Centro Rep. Sec. Andebol
Centro Republicano
Centro Saúde do Crato
Centro Soc. e Recreat. Igrejinha
Centro Soc. Santa Susana
Cercidiana
Chesandrê-Coop. Hab.
Circ. Art. M. Safarense
Circ. Art. Safarense
Clube Amad. Pesca Desp. Serpa
Clube Caçad. Arraiolos
Clube Caçad. Sacavém
Clube Can. Portel
Clube Colum. Padre Lima
Clube Fer. Vendas Novas
Clube Fut. Guadiana
Clube Rec. "O Grandolense"
Clube Ténis de Moura
Com. Base Saúde
Com. Base Saúde das Ilhas
Com. Base Saúde Igrejinha
Com. Base Saúde S. Pedro
Com. Base Saúde Santana do Campo
Com. Base Saúde Sta Justa
Com. Conc. PCP Santiago de Cacém
Com. Mor. Bairro de S. Pedro
Com. Mor. Bº Marítimo
Com. Mor. Outeiro do Lobo
Com. Mor. Vale Beijinha e Carrasqueira
Com. Morad. Brejão
Com. Ref. Centro Dia
Com. Ref. de Pedrogão
Com. Ref. Pens. Idos. V. N. S. Bento
Com. Ref. Pens. Idosos
Com. Reform. Sabugueiro
Com. Trab. Fino's
Com. Trab. Pírites Alentejana
Com. Trab. Porto Sines
Coop. Abast. Prod. Alim. Igrejinha
Coop. Agríc. Cabido e Anexas
Coop. Agríc. Lav. Év. e V. do Alentejo
Coop. Agríc. Monte Velho

Coop. Cons. Portel
Coop. Cons. Santana
Coop. Const. Ceifeira das Ilhas
Coop. Cos. Monte Trigo
Coop. Ens. Conc. Alvito
Coop. Hab. Boa Vontade
Coop. Hab. Geraldo Sem Pavor
Coop. Prod. e Cons. Vilalvense
Coop. Vilaruivense
Copobor
Del. Dist. Assoc. Port. dos Def.
Deleg. Sind. Grândola
Emp. Pírites Alentejanas, S.A.
Equipa Ensino Esp.
Esc. Monte Branco
Esc. P. Bento de Jesus Caraca
Esc. Prim. Campos Rainha
Esc. Prim. Foros do Corujo
Esc. Prim. Pinheiro
Esc. Sec. Vendas Novas
Escola C+S Borba
Esdime, CRL
Est. Fut. Clube
FARP/BEM/MURPI-Beja
Fenca
Filarm. Mun. Portelense
Fut. Clube Serpa
Fut. Clube Vale de Vargo
Grupo 1º de Junho Brinchense
Grupo Amigos Vendas Novas
Grupo C. e M.P.P., Ref. Vendas Novas
Grupo C.T.S. Bartolomeu do Outeiro
Grupo Columb. e Desp. Vendinha
Grupo Columbófilo de Avis
Grupo Cor. Alent. Acad. Rec. Linda-a-Velha
Grupo Cor. Alent. "Os Populares do Cacém"
Grupo Cor. "Ausentes Alentejo"
Grupo Cor. Coop. de Consumo - Grândola
Grupo Cor. e Etn. "Camponeses de Pias"
Grupo Cor. "Os Arraianos" Ficalho
Grupo Cor. "Os Ceifeiros de Cuba"
Grupo Cor. "Os Ceifeiros de Serpa"
Grupo Cor. Vila Nova Milfontes
Grupo Coral Alent. Unidos Lavradio
Grupo D. e R. do Pes. da C. M. -Vendas Novas
Grupo Desp. e Cult. Mombeja
Grupo Desp. Monte Trigo
Grupo Desp. Rio de Moinhos
Grupo Mus. e Rec. Valepereirenses
Grupo Teatro Jodicus
J. F. Aguiar
J. F. Albarnea
J. F. Alcaria Ruiva
J. F. Alcáçovas
J. F. Alcorrego
J. F. Aldeia da Mata

J. F. Aldeia Velha
J. F. Aljustrel
J. F. Alvitio
J. F. Amieira
J. F. Arraiolos
J. F. Avis
J. F. Baleizão
J. F. Barrancos
J. F. Benavila
J. F. Beringel
J. F. Brinches
J. F. Cabeção
J. F. Cabrela
J. F. Chancelaria
J. F. Corte do Pinto
J. F. Crato e Mártires
J. F. Cuba
J. F. Ervedal
J. F. Ervidel
J. F. Espírito Santo
J. F. Faro do Alentejo
J. F. Ferreira do Alentejo
J. F. Figueira e Barros
J. F. Garvão
J. F. Gáfete
J. F. Graça do Divor
J. F. Grândola
J. F. Igrejinha
J. F. Juromenha
J. F. Landeira
J. F. Lavre
J. F. Maranhão
J. F. Matriz
J. F. Melides
J. F. Mértola
J. F. Mombeja
J. F. Monte da Pedra
J. F. Monte Trigo
J. F. Mora
J. F. Nª Sra das Neves
J. F. Nª Sª Bispo
J. F. Nª Sª Conceição
J. F. Nª Sª da Vila
J. F. Nª Sª Guadalupe
J. F. Orada
J. F. Ourique
J. F. Pavia
J. F. Pedrogão do Alentejo
J. F. Pereiras Gare
J. F. Pias
J. F. Quintos
J. F. Redondo
J. F. Rio de Moinhos
J. F. Rio de Moinhos
J. F. S. Bartolomeu
J. F. S. Bartolomeu do Outeiro

J. F. S. Bento do Mato
J. F. S. Brissos
J. F. S. Cristovão
J. F. S. Domingos de Ana Loura
J. F. S. Gregório
J. F. S. João Batista
J. F. S. João Batista
J. F. S. João de Negrilhos
J. F. S. João dos Caldeireiros
J. F. S. Luís
J. F. S. Mamede
J. F. S. Marcos da Ataboeira
J. F. S. Martinho
J. F. S. Matias
J. F. S. Miguel de Machede
J. F. S. Miguel do Pinheiro
J. F. S. Pedro
J. F. S. Pedro de Solis
J. F. S. Pedro Grafanhoeira
J. F. S. Salvador
J. F. S. Saturnino
J. F. S. Sebastião dos Carros
J. F. S. Sebastião Giesteira
J. F. S. Vicente do Pigeiro
J. F. Sabóia
J. F. Sabugueiro
J. F. Sacavém
J. F. Salvadão
J. F. Salvador
J. F. Santa Bárbara de Padres
J. F. Santa Clara de Louredo
J. F. Santa Clara-a-Velha
J. F. Santa Justa
J. F. Santa Maria
J. F. Santa Maria
J. F. Santa Maria da Feira
J. F. Santa Maria do Castelo
J. F. Santa Susana
J. F. Santa Vitória
J. F. Santana de Cambas
J. F. Santiago
J. F. Santiago Maior
J. F. Santiago Maior
J. F. Santo Aleixo Restauração
J. F. Santo Amador
J. F. Santo António Capelins
J. F. Seda
J. F. Sé
J. F. Sobral d'Adiça
J. F. Terena
J. F. Torrião
J. F. Torre de Coelheiros
J. F. Trigaches
J. F. Vale de Vargo
J. F. Valongo
J. F. Vendas Novas

J. F. Vera Cruz
J. F. Viana do Alentejo
J. F. Vila Alva
J. F. Vila de Frades
J. F. Vila Nova Milfontes
J. F. Vila Nova S. Bento
J. F. Vila Ruiva
J. F. Vila Verde Ficalho
J. F. Vitmeiro
J. Manuel, Fº e Sob.-Stand Auto.
Juv. Desp. das Neves
Lar S. Bento-V. N. S. Bento
Lar S. Francisco-Serpa
Leg. Operário Alentejano
Liga Amigos Mísa S. Domingos-Sacavém
Liga Combatentes
M&N, Lda-Rep. Auto.
Mina S. Domingos Fut. Clube
Moura Desp. Clube
MURPI Arraiolos
MURPI Lavre
MURPI Santa Justa
MURPI Santana do Campo
NEADBE-Nuc. Emp. Ag. Dist. Beja
Oper. Fut. Clube
Ranc. Folc. Landeira
Rancho Cant. V. N. S. Bento
Rancho Cor. "Camponeses de Vale de Vargo"
Rancho Cor. e Etn. Vila Nova S. Bento
Rádio Voz da Planície
Região Turismo "Planície Dourada"
Rest. "O António"
Rota do Guadiana-Assoc.Des.Int.
S. Fut. Clube-S. João dos Caldeireiros
Sec. Dist. UCPs Coop. de Beja
Sind. Ferrov. do Sul-Vendas Novas
Sind. Ind. Elec. Sul e Ilhas
Sind. Ind. Elect. Sul Ilhas-Vendas Novas
Sind. N. Trab. Téc. de Ag., Flo., e Pec.
Sind. Nac. Trab. Adm. Local
Sind. T. Ind. Hot., Tur., Rest. e Sim. Sul
Sind. Trab. C., E. e Serv. do Sul
Sind. Trab. Com., Esc. Serv. Sul
Sind. Trab. F. P. Sul Açores
Sind. Trab. Ind. Met. Sul
Sind. Trab. Ind. Mineira
Sind. Trab. Metal. Sul
Sind. Trab. Seg. Sul e Reg. Aut.
Sind. Trab. Transp. Rod. Sul
Soc. 1º Dezembro
Soc. Col. Aljustrelense
Soc. Col. Sacavém
Soc. Columb. Arraiolense
Soc. Confrat. Rec. de Sines
Soc. Cult. Rec. Salgueiros

Soc. Fil. Capricho Bejense
Soc. Fil. Rec. Art. da Amadora
Soc. Fil. Simão da Veiga - Lavre
Soc. Fil. União Mourense "Os Amarelos"
Soc. Filar. Estremozense
Soc. Filar. 1º Dezembro
Soc. Filar. Serpa
Soc. Mon. Sobralense
Soc. Mus. Frat. Oper. Grandolense
Soc. Mus. Inst. Rec. Aljustrelense
Soc. Rec. 1º Dezembro
Soc. Rec. 5 de Outubro
Soc. Rec. "A Renascença"
Soc. Rec. e Cult. Alcaria do Javazes
Soc. Rec. e Desp. Albergaria dos Fusos
Soc. Rec. e Fil. 1º Janeiro-Castro Verde
Soc. Rec. e Fil. de Entradas
Soc. Rec. Montriguense
Soc. Rec. Rio de Moinhos
Soc. Rec. S. João Negrilhos
Soc. Rec. Unidos Santana do Campo
Soc. Rec. Valdevarguense
Soc. Recreat. Art. Cratense
Soc. Repub. Inst. Rec. Bens
Soc. Soc. 5 Outubro
Soc. União Ficalhense
Soc. União Rec. Sobralense
Sport Brejão e Benfca
Sport Clube Alcaçovense
Sport Clube Ferreirense
Sport Clube Aljustrelense
Sport Grupo Sacavenense
Sport. Clube Arcocense
Sport. Clube Landeira
STAL-Deleg. Beja
STAL-Évora
STAL-Portalegre
Sta Casa Miser. Alcáçovas
Sta Casa Miser. Alvito
Sta Casa Miser. Vila Alva
Teatro Exp. Pias
UCP A-P. "A Luta é de Todos"
UCP Boa Esperança Lavre
UCP "Rainha Alentejo"
União Ref., Pens., Idos. Grândola
União Sind. Dist. Beja
União Sind. Dist. Évora
Vit. Fut. Clube Ermidense

Carta Aberta ao Primeiro-Ministro

Senhor Primeiro-Ministro:

Desvendou-nos V. Exa., recentemente, a informação (que presumo ter-lhe sido fornecida pelo SIS) de que é primeiro-ministro por força do destino.

Sinistro e cruel é este nosso destino de, mais uma vez, estarmos a ser governados, digamos assim, por um predestinado.

É que já demos para isso, senhor PM, e nem imagina de que maneira. Aliás, estou em crer que o destino que o empurrou a si de Boliqueime para o cargo que ocupa é descendente directo do destino que nos castigou durante quase meio século com um outro predestinado vindo de Santa Comba Dão e do qual V. Exa. é uma fotocópia reduzida. Há que reconhecer que V. Exa. possui as características básicas dos seres predestinados: é o maior, nunca erra e desconhece o diálogo. Tudo o que de mal acontece aos portugueses deve-se não à política do seu governo, mas a diabólicas forças que tudo fazem para travar a marcha do destino; e o seu único passatempo é o monólogo. É assim que V. Exa. vê as coisas, logo é assim que as coisas são. E mais nada. Assim, se o criticam, V. Exa. brande a ameaça, se o contestam chama a guarda, se o combatem saca do SIS e dispara.

Afirmando-se produto do destino, V. Exa. pretende matar dois coelhos com uma só cajadada: por um lado, porque, ao definir-se, politicamente, como uma espécie de diletante de coxia, de turista accidental, distancia-se dos políticos que V. Exa. e os seus pares, com as vossas práticas e métodos e políticas, se encarregaram de desacreditar junto da opinião pública; por outro lado, porque, atribuindo ao destino as culpas de todas as calamidades decorrentes da política do seu Governo, fica V. Exa. desresponsabilizado e in criticável. (O destino é o destino não é verdade?, está traçado e, por isso, ninguém lhe pede contas.)

Como a maioria dos predestinados, V. Exa. é possuidor de uma profunda e sólida cultura, obtida, segundo fez o obséquio de nos informar, através da leitura de um - livro - um, o único que V. Exa. leu em toda a sua vida - A Utopia, de Thomas Mann. (Confesso-lhe, senhor PM, que um dos seus biógrafos, obviamente anónimo, me confidenciou - e eu acredito - que V. Exa. leu também meia dúzia de linhas - ou de páginas, não me recorde bem - da Montanha Mágica, de Tomás More.)

Enfim, e sempre na esteira dos raros eleitos tocados pelo destino, V. Exa. rodeou-se de uma corte de panegiristas, de uma plêiade de escribas naturalmente bem recompensados, de uma série de espelhos mágicos que dizem e escrevem tudo o que V. Exa. gosta de ouvir.

Juntando a tudo isto uma sábia política governamental e uma utilização pragmática do Poder, V. Exa. vai ajudando o destino a cumprir-se. Ou seja: o destino deu-lhe o Poder e V. Exa., lampeiro e lambeiro, apropriou-se não só do Poder mas do próprio destino.

É natural e inevitável que uma tal prática, uma tal maneira de estar na vida (e na) política desper-te inimizades, ódios, inve-

jas, detracções, ataques, bloqueios, conspirações, buzinhos, eu sei lá.

E oposições. A oposição que, parecendo sê-lo, de facto não o é, e a oposição que o é de facto.

A primeira é civilizada, moderna, cavalheira e delicada: é uma oposição sentada, que se alimenta e vive de palavras e depois dorme, e depois ressona, e depois acorda e volta outras vezes às palavras, ao verbalismo, ao paleio.

A segunda é uma oposição à antiga, que não compreende o Mundo em que vivemos, as transformações profundas ocorridas, as novas realidades todos os dias nascidas e a necessidade de adaptação a todas essas mudanças, ou seja, é uma oposição malcriada, que está de pé e luta e impede V. Exa. de fazer tudo o que desejaria fazer e que, com uma desfaçatez inaudita, contesta e desmente as sábias afirmações proferidas por V. Exa.

Assim, quando V. Exa. ensina, naquele tom doutoral que se apoderou de si, que vivemos num país florescente e paradisíaco - produto da gota de genialidade que o pródigo destino verteu sobre a sua pessoa; quando V. Exa. garante e assegura um lugar destacado no pelotão da frente dos doze da CE ou exhibe que Portugal é no imenso e árido deserto da Europa e do Mundo - logo surgem uns quantos maledicentes invencionistas, entre os quais me incluo, contrapondo às sábias apreciações e análises de V. Exa. um oceano de ignaras e torpes acusações: falências de milhares de empresas todos os anos; situação dramática da nossa agricultura; agravamento geral e constante da situação económica e social; aumento do desemprego e da precariedade do emprego; aumento dos salários em atraso e diminuição dos salários reais; agravamento constante das condições de trabalho; aumento do trabalho infantil; muros cada vez mais espessos que barram o caminho do futuro à juventude; violação dos direitos dos trabalhadores em milhares de empresas; pensões e reformas de miséria; aumento da pobreza e do número de portugueses que vive, dorme e come (o que pode) nas ruas; ataques às liberdades e direitos



■ JOSÉ CASANOVA

Membro da Comissão Política

É assim que V. Exa. vê as coisas, logo é assim que as coisas são.

E mais nada.

Assim, se o criticam, V. Exa. brande a ameaça, se o contestam chama a guarda, se o combatem saca do SIS e dispara.

dos cidadãos; fumos, fogachos e incêndios de corrupção, compadrio e nepotismo; utilização de dinheiros do Estado na compra de votos; desaparecimento sem deixar (ou deixando) rasto de milhões de contos dos muitos milhões que a Europa para cá envia; etc., etc., etc.

Há até quem, alegando que do outro lado deste mundo cão e à custa dele aumentam e aumentam as já grandes riquezas dos muitos ricos, ouse dizer que V. Exa. é uma espécie de Robin dos Bosques ao contrário, assim como que um Zé do Telhado que em vez de, como diz a lenda, roubar aos ricos para dar aos pobres, procede de maneira inversa.

Há também quem afirme que V. Exa. fala muito de democracia e de liberdade mas, ponto 1: criou uma política privada que se ocupa a devassar e fichar as vidas de activistas sindicais e de dirigentes associativos e a vigiar sedes de partidos políticos e câmaras municipais, e, ponto 2: no tempo do fascismo, quando lutar pela democracia e pela liberdade tinha como previsíveis consequências a prisão, a tortura, às vezes a morte, nunca se ouviu a voz de V. Exa. a defender as ditas democracia e liberdade (antes pelo contrário, acrescentam terceiros, insinuando sabe-se lá o quê).

Há ainda quem se atreva a dizer que V. Exa. não passa de um ditadorzinho inacabado que não sabe que o é e por isso se cobre de ridículo de cada vez que ostenta o Poder que julga possuir.

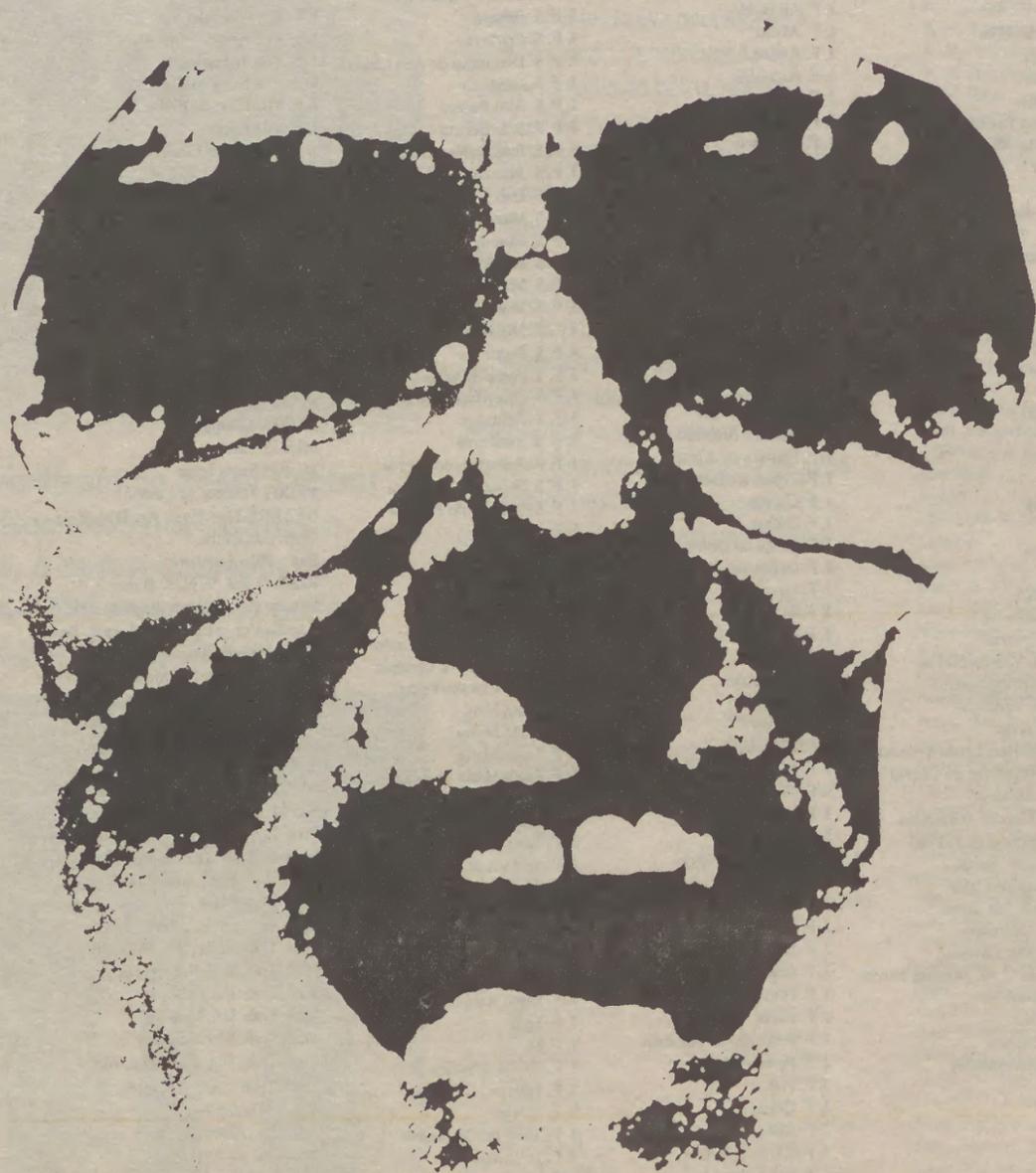
Há, finalmente, quem se mostre disposto a combater a política do Governo de V. Exa. até a derrotar e substituir - veja bem onde chega o desaforo - por uma política de Esquerda.

E todos estes detractores, entre os quais, repito, me incluo, são unânimes na afirmação de que V. Exa. deveria desestinar-se, demitir-se, reformar-se, boliqueimar-se. E não nos boliqueimar mais.

Imagino como deve sangrar o coração de V. Exa. perante tanta ingratitude e tão incivilizada, antieuropeia e antimoderna forma de fazer oposição à força do destino.

E imagino o consolo, o refrigério que há-de ter sido para V. Exa. a leitura da dulcíssima carta - toda ela modernidade, punhos de renda e incensos da Opus Dei - que o Secretário-Geral do PS, seu opositor dilecto, lhe enviou a semana passada, a pretexto do malfadado caso da Ponte 25 de Abril.

É que, senhor Primeiro-Ministro, se cada política tem as oposições que merece... a política de V. Exa. merece a oposição que tem.



A II Guerra Mundial

O inferno
de Volokolamsk

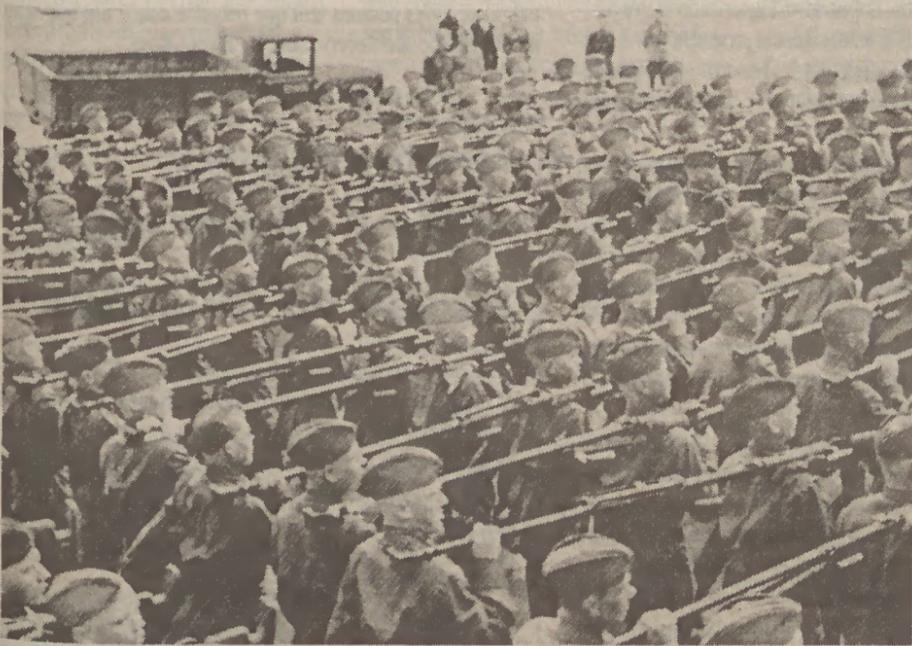
■ Manoel de Lencastre

Novembro de 1941. No sector de Maloiaroslavets, a intensidade dos combates atinge terríveis proporções. Unidades do 12º exército nazi e do seu 57º corpo de tropas motorizadas irrompem, enlouquecidas, através das linhas de defesa soviéticas. Opõem-se-lhes a 312ª divisão de atiradores (coronel Naumov), os cadetes das escolas militares de Podolsk e os tanques do coronel Troitski. Neva incessantemente. Em Medin, a formação de Troitaski é imobilizada e os seus efectivos são dizimados até ao último homem.

Combate-se, ferozmente, à entrada da antiga cidade russa de Borovsk. O 127º batalhão de tanques sofre perdas consideráveis. Os alemães surgem para lá dos rios Protva e Nara. No vital sector de Naro-Fominsk, os 43º, 33º e 5º exércitos da Frente Ocidental (Jukov) entram em combates furiosos contra as legiões de tanques que os atacam incluindo forças do 4º grupo «Panzer» que ameaçam ultrapassar Naro-Fominsk, o que constituiria uma catástrofe. Esta parece próxima, contudo, visto que motociclistas nazis surgem de todos os lados.

Desfile na Praça Vermelha:
uma mensagem

Chamado a Moscovo, o comandante da Frente Ocidental, Georgi Jukov, ouve de Stalin uma inesperada proposta. «À parte uma sessão comemorativa, gostaríamos de celebrar o aniversário da Revolução de Outubro com uma revista às tropas da guarni-



ção de Moscovo. Que lhe parece a ideia?» «O essencial da ofensiva inimiga», disse Jukov, «começará somente dentro de alguns dias. Os nazis, apesar dos ataques actuais, estão a reagrupar-se e a compensar as perdas já sofridas».

Assim, na véspera do 24º aniversário da Revolução, o CC do Partido Comunista, apesar das pesadas mas exaltantes condições que estavam a viver-se, levou a efeito na estação de Maiakovskaia, do Metropolitano de Moscovo, uma sessão política comemorativa da famosa data. E, no dia 7, realizou-se a tradicional parada militar, na Praça Vermelha, em que desfilaram importantes unidades de tropas que se dirigiam directamente para posições nas linhas defensivas.

Estes actos de evidente significado demonstraram que o Partido Comunista e o Exército Vermelho se sentiam suficientemente fortes e decididos a todos os sacrifícios para a defesa da capital. Provaram a determinação de um povo que — erguendo o facho do socialismo se havia já colocado na primeira fila das nações — não ia deixar-se subjugar pelas forças selvagens do capitalismo de ferro na sua versão hitleriana. A Moscovo de 1941 já não era a dos príncipes feudais Yuri e Sviatoslav Dolgoruki. Era a de uma época em que o Homem russo, passados 800 anos de escravatura e acompanhado pelos restantes povos que faziam a URSS, exigia para os seus filhos um título superior — o de Homem soviético, o de Mulher soviética, segundo Lenin.

A 15 de Novembro, os nazis já tinham atirado contra a área de Moscovo nada menos de 51 divisões (31 de infantaria, 13 de tanques, 7 de unidades motorizadas diversas) mas, especialmente sobre o sector de Volokolamsk-Klin e Istra, haviam lançado em

desenvolver os mais terríveis ataques contra o sector de Volokolamsk, que Rokossovski defendia. Combinariam esses ataques com o impetuoso avanço de Guderian para Tula e Serpukov e, destroçando a defensiva de Moscovo pelos flancos, isolariam e destruiriam as forças da Frente Ocidental. Moscovo pertencer-lhes-ia. Com efeito, o 4º exército nazi tinha por missão a liquidação das tropas soviéticas da Frente Ocidental que se concentravam os sectores de Zverigorod, Kubinka, Naro-Fominsk, Podolsk, Serpukov. E, contra o 50º exército soviético que defendia o sector Tula-Kachira, os nazis haviam posto em pavimento, como sabemos, o grupo de Guderian (4 divisões de tanques, 5 de infantaria, 3 motorizadas) contando com importante apoio aéreo.

Heroísmo em massa

Nesses fantasmagóricos dias 15 e 16, os alemães atacaram o 30º exército soviético (Frente Kalinin) que defendia o canal do Volga. Com 300 tanques em acção fulminante, destruíram as

posições da referida Frente soviética procurando isolar Klin. A 16, ainda em plena noite, começou o ataque gigantesco contra Volokolamsk. Um grupo de mais de 200 tanques lançou um violentíssimo assalto às linhas defensivas ocupadas pela 316ª divisão de infantaria (Panfilov), a 14 quilómetros da auto-estrada Volokolamsk-Moscovo. As tropas de Panfilov ofereceram a mais furiosa resistência. O inimigo não passou. Perante isto, os nazis repetiram o ataque, agora em grupos separados de 30-50 tanques cada, acompanhados por densas formações de infantaria. A neve, mal se havia consolidado no terreno. O céu fechava-se, impenetrável e férreo. Homens soviéticos, nos seus postos fortificados, olhavam com extrema ansiedade a aproximação dos «panzers» cujos estandartes significavam escravidão e morte. Volokolamsk ia tornar-se num lugar apocalíptico.

Ainda a 16, os nazis atacaram unidades da cavalaria e tanques de Dovator. Estas, viram-se forçadas a recuar para posições mais abrigadas, sob a pressão da infantaria alemã. Nestas condições, o tenente Chirmarov, apenas com uma metralhadora ligeira, destaca-se e surge, sozinho, frente à soldadesca hitleriana. «Quem pretende entrar em Moscovo?», grita. E deixa 50 corpos de alemães jazendo na neve, com ele, enquanto outros, apanhados de surpresa, fugiam bradando: «Alles tot! Alles tot!» (1). Mas reagrupam-se. E os «panzers» avançam, de novo. Ouvem-se gritos distantes «Es lebe der Fuhrer!» (2). Na loucura dos combates, soldados soviéticos, homens anónimos, tomam decisões heróicas — enrolando-se em granadas, atiram-se contra os tanques. Comunistas, devorados por intenso amor à sua Pátria e pelo mais sentido ódio aos assassinos invasores, agarram-se nos «panzers» e depositam-lhes bombas nas lagartas e nas rodas. Vai tudo pelos ares. Outros, cingindo explosivos, lançam-se, num instinto supremo, sob os carros alemães — e explode tudo. A neve não pára de cair. É noite? É dia? Um ninho de metralhadoras nazi é feito paralisar e destruir à força de corpos humanos que, em massa, o enfrentam e bloqueiam. Lutas corpo a corpo, na neve. Há dúzias de tanques imobilizados, em chamas. O heroísmo em massa dos soldados do Exército Vermelho perturba o avanço nazi, causa-lhe terríveis bai-

xas. Sangue alemão, sangue russo, misturando-se. O inferno chama-se Volokolamsk.

Panfilov e os cadetes
da Academia

A verdade, todavia, é que apesar da épica resistência oferecida pelo 16º exército e unidades a ele agregadas, em Volokolamsk, o sector era obrigado a contrair, constantemente, as suas posições e, enquanto isso, os nazis lançavam na fogueira dos combates novas unidades de tropas de reserva. Os bombardeamentos da aviação traziam-lhes enorme vantagem, apesar da caça soviética, e o progresso que registavam no terreno, quilómetro a quilómetro, conduziu-os, finalmente, a desembocar na auto-estrada. De novo, porém, a 316ª divisão (Panfilov) e o regimento de Cadetes, em acções heróicas, conseguiram repelir o grupo nazi que se preparava para avançar naquela via e recuperaram, também, a estação ferroviária de Volokolamsk. Mas a luta por Skirmanovo já durava há três dias e três noites. Aí, contudo, as «Katiuchas» produziram insustentáveis baixas à 10ª divisão «panzer» a qual, uma vez mais, ajudada pela aviação que a sobrevoava constantemente, ameaçava a auto-estrada.

Agora, os nazis procuram realizar uma manobra de envolvimento contra a 316ª divisão e o regimento de Cadetes, as forças que, tão determinadamente e com tanta coragem, mas à custa de tanto sangue, os impedem de ganhar o controlo da auto-estrada. Rokossovski está em Ustinovo onde se situa o quartel-general do seu 16º exército e apercebe-se do perigo que correm aquelas tropas. Mas não duvida da coragem dos seus homens. A neve começara a endurecer e, assim, as unidades motorizadas e blindadas do inimigo passavam a movimentar-se com mais facilidade e rapidez. Contra as vagas de tanques e de milhares e milhares de homens furiosos que assediavam as posições do 16º exército, este utilizava poderosas barragens de fogo de artilharia. Mas, a 18, o seu flanco esquerdo (zonas de Skirmanovo, Istra) vê-se atacado, perigosamente, por quatro divisões nazis (a 2ª, a 11ª, a 5ª e a 10ª), pela divisão motorizada «Reich» e por outras unidades pertencentes à 25ª divisão de infantaria, todas do 4º grupo «Panzer». Era o supremo esforço para a entrada e o domínio da auto-estrada. Se a cortassem, os nazis conseguiriam separar as tropas que defendiam todo o sector de Volokolamsk. E neste momento crucial que Rokossovski faz entrar na batalha a 78ª divisão de infantaria siberiana comandada pelo general Beloborodov.

O mundo quer notícias

Toda a Alemanha, intensamente agitada por grandiosas reportagens dos combates, aguarda a histórica notícia: a entrada da «Wehrmacht» em Moscovo. Berlim, ignora, deliberadamente, as gigantescas perdas sustentadas e trata já como heróis os homens do «Heeresgruppe Mitte» (3). Mas no entardecer de Lisboa, o Homem português, ocidental, compra o seu «Diário Popular» e passando os olhos com alguma ansiedade sobre os comunicados alemão e russo, não consegue descortinar a verdade. São poucos os portugueses que escutam a «Emissora Central de Moscovo». Há medo, em Lisboa. Entretanto, nos cafés «Chave d'Ouro», «Nacional», «Portugal», em pleno Rossio, segredam-se grandes coisas sobre a guerra.

«Você sabe que eles já lá estão?»

«Quem?»

«Quem? Os alemães. Disseram na telefonia que certas unidades avançam em plena auto-estrada, direitas a Moscovo. Mas, quanto a mim, quem lá entrou primeiro, foi o Guderian.»

Como seria o mundo com a URSS nas mãos de Hitler? Iriam os alemães, seguidamente, atirar-se à Pérsia e à Índia? Na América, o partido nazi trabalhava a fundo. Disponha de boas raízes e de fértil terreno para consolidar-se. Iriam os nazis conquistar o planeta? Conseguiriam fundar o «Reich» de mil anos?

(1) «Estão todos mortos! Estão todos mortos!»

(2) «Viva o "Fuhrer!"»

(3) Grupo de Exércitos Centro, do comando do marechal de campo von Boch. Mas este seria substituído por von Kluge, a 17 de Dezembro, depois da clamorosa derrota dos nazis no sector de Moscovo.

Eleitos unitários reafirmam recusa da perda de salários e direitos

Não estão esgotadas na Banca

Os índices de adesão à greve às horas extraordinárias e as conclusões do encontro nacional de dirigentes e delegados dos três sindicatos mostram que os bancários repudiam as posições patronais e não se querem sujeitar ao tecto salarial do Governo

as possibilidades de luta

Dos zero por cento colocados a 14 de Julho, até aos valores actualmente em discussão, os bancos públicos e privados só avançaram porque sentiram o descontentamento e a indignação que as suas propostas suscitaram entre os bancários. Face às posições mais recentemente avançadas, surge o perigo de alguma vacilação que, como sucedeu noutras ocasiões, resulte em prejuízo para dezenas de milhar de trabalhadores a quem, ainda por cima, não é dada toda a possibilidade de lutar para ter melhores salários sem perder direitos consagrados.

Com os camaradas **Sebastião Fagundes**, vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, e **Teresa Rosa**, também dirigente do SBSI (ambos integrando o grupo negociador sindical que tem reunido com os representantes patronais), abordámos o actual momento das negociações de revisão do acordo colectivo de trabalho (vertical) para o sector e as posições defendidas pelos eleitos unitários nas estruturas sindicais.

Teresa Rosa:

«Benesses incontroláveis»

«As benesses incontroláveis que os bancos dão aos quadros superiores tornam ainda mais escandalosos estes aumentos que propõem à grande maioria dos bancários.

«São conhecidos entre a classe casos como o que recentemente sucedeu no Crédito Predial Português, em que foram dados carros de 9 mil contos a uma série de quadros superiores. Para além de benesses como esta, e das remunerações complementares de 30 ou 40 por cento, são distribuídos cartões de crédito de mil contos por ano. E isto tudo somado é muito dinheiro.



«Só ao bancário comum é que não é possível dar um aumento que, pelo menos, reponha o que perdeu com a inflação! Não lhe aumentam o ordenado, mas aumentam, e de que maneira, as exigências profissionais e os ritmos de trabalho!»

O mais demorado

«Este foi o mais longo processo de revisão contratual no sector nos últimos anos», começou por referir **Sebastião Fagundes**, recordando que, habitualmente, por esta altura já os contratos estavam revistos, assinados e publicados. Foi ainda «caracterizado logo à partida por uma posição patronal de intransigência provocatória» a que os sindicatos responderam avançando desde Agosto com formas de luta, concretamente a greve de zelo e a greve às horas extraordinárias.

Sebastião Fagundes faz questão de realçar, «como iniciativa inédita no sector, a convocatória de um plenário das estruturas sindicais a nível nacional, onde se reuniram cerca de 700 dirigentes sindicais e delegados». Realizado a 15 de Setembro, em Lisboa, «este plenário foi uma demonstração clara da disponibilidade para a luta por parte dos activistas sindicais», sublinha o dirigente do SBSI, referindo que foi aprovada uma moção apresentada pelas três direcções sindicais, bem como algumas adendas apontando para o desenvolvimento de formas de luta.

Os eleitos da corrente unitária entendem que «os sindicatos deviam aproveitar esta dinâmica para conseguir uma tabela superior àquilo que hoje está na mesa das negociações, e que é de 4 por cento para 16 meses - o que, para 12 meses, significaria um aumento na ordem dos 3 por cento». Com estes valores «não estamos de acordo», afirma **Sebastião Fagundes**, defendendo que «neste momento os sindicatos não devem abdicar da luta, têm condições para continuar a defender a proposta sindical de 6,5 por cento».

Teresa Rosa recorda que, «para a construção da proposta sindical, a corrente unitária partiu de um valor que se aproximava dos 10 por cento. Acabámos por conseguir que a direcção do SBSI defendesse, na preparação da proposta com os outros dois sindicatos, um aumento de até 9 por cento; as direcções dos sindicatos do Centro e do Norte surgiram com posições um pouco mais recuadas; depois de ter sido anunciada uma proposta de 8,3 por cento, a nossa acção e o sentimento que se notava na classe levaram a que as três direcções reivindicassem em comum um aumento de 8,8 por cento».

Nas negociações com os representantes dos banqueiros, iniciadas a 14 de Julho, o grupo negociador patronal apresentou uma proposta de zero por cento, «valor inédito nas negociações salariais no sector», realça **Teresa Rosa**. Os sindicatos, reflectindo o repúdio dos bancários pela proposta dos bancos e acolhendo as posições defendidas por nós, «foram resistindo às descidas do valor exigido, que durante muito tempo se manteve nos 7,8 por cento».

«Com o nosso claro voto contrário na direcção do SBSI, os sindicatos acabaram por decidir descer para 6,5 por cento, mas isto já praticamente no início de Setembro, uma altura em que, como sucedia nos anos anteriores, já as negociações deviam estar concluídas», refere, notando que, «sem provocar uma ruptura, foi-se fazendo todos os esforços para que houvesse uma aproximação aos valores mínimos aceitáveis pelos sindicatos». Assim, os sindicatos fixaram-se nos 6,5 por cento, ao que a outra parte respondeu com 2,4.

Lutar contra o tecto

A tendência unitária, como então foi noticiado, pronunciou-se contra a descida para os 6,5 por cento, recordaram os nossos entrevistados, afirmando que também se opõe a que dirigentes sindicais se tenham declarado dispostos a descer até 5 por cento, «o que só não se concretizou porque o grupo negociador patronal nunca se aproximou dos 3 por cento» que aqueles queriam em troca.

Independentemente dos vários cenários que se foram construindo, durante algumas semanas, na mesa das negociações, estiveram os 6,5 e os 2,4.

Quanto à proposta patronal de 4 por cento para 16 meses, surgida nas últimas sessões de negociação, ela «merece a nossa discordância porque significaria, na prática, a imposição do tecto salarial de 3 por cento - que, segundo foi reconhecido pelos representantes patronais nas negociações, o ministro Catroga apontou para a banca pública», afirma **Teresa Rosa**.

Ambos os dirigentes do SBSI admitem que «as condições de luta são complicadas» e que «as pessoas estão extremamente pressionadas nos bancos». Mas, contrapõem, «é preciso ganhar os ban-

cários para assumirem esta situação, até num contexto de revolta contra tudo aquilo que se passa no sector bancário, para além das questões da tabela salarial e do contrato».

Falam das relações laborais «extremamente degradadas», dos ritmos de trabalho «absolutamente desumanos e violentos» que são exigidos... «As pessoas têm que reagir, e este é um momento em que isso pode acontecer», conclui **Teresa Rosa**.

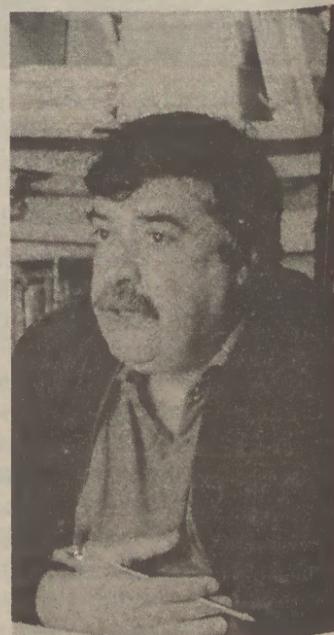
Sebastião Fagundes:

«Não é só por estar abaixo da inflação»

«Não é só por ficar abaixo da taxa de inflação que nós, os eleitos unitários nos sindicatos da Banca, achamos que não se deve aceitar este aumento de 4 por cento para 16 meses. Noutras ocasiões já votámos a favor de tabelas inferiores ao valor da inflação, apoiando as propostas da direcção. Simplesmente, consideramos que este ano os sindicatos não desenvolveram todas as potencialidades que a classe tem demonstrado e não devem aceitar o tecto salarial.

«Diferente seria a nossa posição se a situação actual se verificasse depois de se ter desenvolvido um processo de luta, devidamente mobilizado e participado. Mas ainda há muito a fazer para dar uma volta nisto. Há, por exemplo, grande número de bancários que fala abertamente na possibilidade de se fazer uma greve, hipótese que até agora não tem sido encarada pelas direcções sindicais.

«Uma greve tem que ser bem preparada, são conhecidas as dificuldades do trabalho sindical no sector, tudo isso temos presente. Mas a verdade é que há disponibilidade dos bancários para lutar por uma tabela melhor este ano. Avançou-se com a greve às horas extraordinárias e houve correspondência; e nas reuniões em que se discutia a greve às horas muitos trabalhadores levantaram a hipótese da greve total.»





Plenário apoia convocação de um encontro nacional

Reunindo quase 700 dirigentes e delegados de todo o País, o plenário de membros das estruturas dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, do Centro e do Norte - que, pela primeira vez na história do sector, reuniu em Lisboa a 15 de Setembro - manifestou o seu empenhado apoio à decisão das direcções sindicais de convocarem, no momento que se mostre mais adequado, um Encontro Nacional de trabalhadores.

Esta posição está expressa na moção ali aprovada, por iniciativa conjunta das direcções dos três sindicatos e com adendas introduzidas na sequência de um debate muito vivo e em que, como refere a reportagem do jornal do SBSI, «ficou bem clara a opinião dos delegados sindicais, de que se deveria avançar para uma greve». Para «O Bancário», «é cada vez mais claro que o ministro das Finanças quer usar a negociação dos bancários como exemplo para a Concertação Social».

Os membros das estruturas sindicais, de acordo com o texto final da moção, decidiram:

«Condenar a intransigência do Grupo Negociador que, enrincheirado numa posição muito abaixo do que permite a situação económico-financeira do sector, nem cobre a inflação verificada, nem se aproxima sequer dos valores anunciados para a inflação esperada, recusando aos trabalhadores bancários uma actualização salarial minimamente justa e razoável;

«Exortar os trabalhadores a manter e reforçar a pressão através da luta em curso - a greve às horas extraordinárias;

«Apoiar e dinamizar, junto dos trabalhadores, a decisão das direcções de promoverem um Encontro Nacional de trabalhadores bancários, no momento que se mostre mais adequado;

«Manifestar a sua total disponibilidade para, em conjunto com as direcções, mobilizar os trabalhadores para eventuais novas formas de luta, incluindo a greve, que se tornem necessárias à defesa da proposta

sindical de 6,5 por cento, que representou uma grande manifestação de abertura negocial por parte dos sindicatos;

«Expressar claramente que não admitem que se toque nos direitos contratuais, não aceitando, em consequência, que estes possam constituir moeda de troca na negociação salarial;

«A realização simultânea de reuniões de trabalhadores nas três áreas sindicais, na semana de 19 a 23 de Setembro, para análise e debate da situação.»

Nos pressupostos que fundamentam estas decisões (as quais têm, formalmente, o valor de recomendações às direcções sindicais) sublinha-se que «a Banca está de boa saúde e teve, no ano anterior, lucros mais do que suficientes para poder actualizar, numa medida justa e razoável, os salários dos trabalhadores ao seu serviço», e que «a crise invocada pelo Grupo Negociador é uma realidade exclusiva dos representantes das instituições de crédito, tão estranha aos factos que até os números da própria Associação Portuguesa de Bancos a desmentem».

Defender o clausulado

Depois de registar que o plenário do dia 15 de Setembro recomendou às direcções sindicais que continuem a manter os 6,5 por cento como referência para negociar os aumentos salariais, Sebastião Fagundes sublinha que «até agora conseguiu-se desenvolver todo este processo com a garantia de que não haveria diminuição de direitos».

É que, «com esta proposta patronal de aumentos salariais, o campo de manobra para atacar os direitos é muito mais limitado, nem sequer podem falar em troca de direitos por uma percentagem nos salários. Pelo contrário, perspectiva-se é uma quebra do poder de compra, já que só a inflação estimada para o período de vigência do contrato é da ordem dos 6,9 por cento.»

Contudo, alertam os dois dirigentes do SBSI citando posições individuais que informalmente vêm a lume, «ainda há, aqui e ali, quem admita mexer nalguma coisa do clausulado, para tentar obter um aumento superior nos salários». Por exemplo, há ideias que apontam para a possibilidade de negociar mobilidade e transferências; a proposta patronal queria dar aos bancos poder para deslocar trabalhadores do seu local de trabalho para qualquer outro num raio de 50 quilómetros, o que foi logo contrariado, à partida, pelas direcções sindicais. Mas ainda há quem pense que se poderia negociar a liberalização das transferências para um limite menor.

«Nós pensamos que não é com cedências deste tipo que se consegue uma tabela salarial justa», afirma Sebastião Fagundes. Para os eleitos unitários, os trabalhadores da Banca têm uma palavra muito importante a dizer e o que é preciso, da parte dos sindicatos

e dos dirigentes sindicais, é criar condições para que ganhe expressão a indignação e a disposição de luta dos bancários.

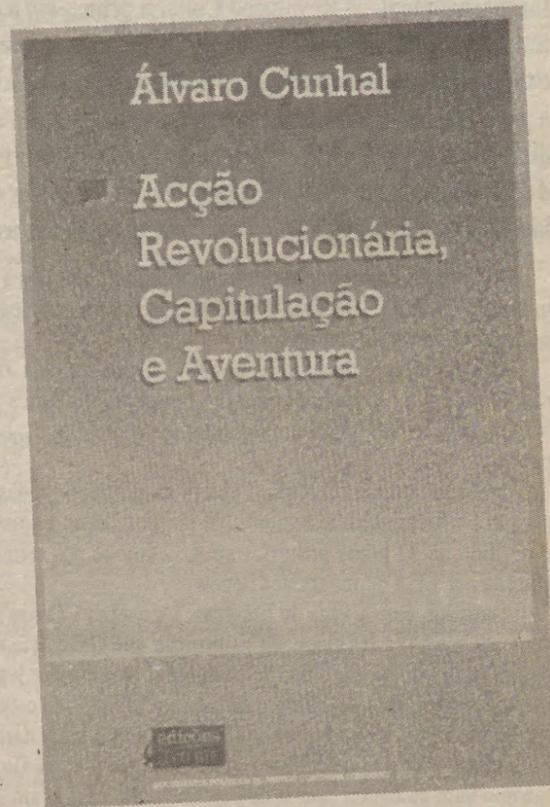
Outros direitos estão ameaçados, e os banqueiros não se ficariam pela primeira cedência.

Teresa Rosa aponta dois exemplos: «Pela primeira vez, as entidades patronais propuseram este ano que se acabasse com a progressão automática na carreira profissional, prevalecendo as promoções por mérito e o bom efectivo serviço. Pretenderam atacar também o actual sistema de financiamento dos fundos de pensões.»

Sebastião Fagundes recorda que, logo que se iniciaram as negociações com os representantes patronais, os sindicatos analisaram as propostas de revisão do clausulado e decidiram discutir apenas a tabela, recusando que sejam tocados os direitos.

No entanto, alerta o vice-presidente do SBSI, «o processo está a evoluir perigosamente». Os sindicatos, nas suas propostas de alteração do clausulado, reclamaram um aumento de meio por cento das contribuições patronais para os SAMS (Serviços de Assistência Médico-Social), o que também ficou posto de parte com a decisão de negociar apenas a tabela. Só que, na opinião dos eleitos unitários, não é de excluir que alguns dirigentes se venham a mostrar na disposição de aceitar a actualização salarial de 4 por cento para 16 meses e alterações no clausulado a troco dessa maior contribuição dos bancos para os SAMS. «Mas é preciso não esquecer que as perdas salariais dos bancários, que já se verificaram no ano passado, também se reflectem nas dificuldades que os SAMS possam enfrentar, porque as contribuições aumentam na mesma percentagem que os salários; logo, se os salários perdem poder de compra, também os SAMS ficam com menos recursos.»

Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura



Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

Preço: 1995\$00

Desejo receber o livro *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 LISBOA

Cuba, ano V do Período Especial (1)

■ Miguel Urbano Rodrigues

A Revolução caminha para a saída do túnel

Inesperadamente, a Revolução Cubana principiou a caminhar para a saída do túnel. No quinto ano do Período Especial, no auge de aguda crise económica e financeira, acusando as sequelas do mais prolongado bloqueio da história, o povo cubano alcançou em Setembro vitórias que o colocaram na rampa da recuperação. A viragem é acompanhada de um regresso às origens da Revolução. Cuba volta a assemelhar-se a um efervescente laboratório ideológico. A criatividade cubana rompe outra vez as fronteiras da imaginação.

O vento da esperança recomeçou a soprar com força no momento em que o país tocava no fundo do poço e as ameaças norte-americanas se adensavam.

Acontecimentos de significado estratégico ficaram a assinalar a mudança. A chamada crise dos **balseros**, provocada por Washington, terminou com uma grande vitória, política e moral, cubana.

Encontrava-me em Havana. Vi partir as últimas jangadas da aventura e fui também testemunha do fim das saídas, expirado o período de 72 horas posterior ao Acordo que pôs termo à entrada nos EUA de imigrantes ilegais.

Alarmado com a vaga de **balseros**, o governo Clinton não somente aceitou a legitimidade da posição que Cuba defendia há um quarto de século como se comprometeu a receber legalmente todos os anos um número de cubanos superior ao estabelecido pelo anterior convénio que os EUA nunca respeitaram. Entretanto, milhares de cubanos, internados na Base de Guantanamo num autêntico campo de concentração, pagam um alto preço por terem cedido aos apelos à emigração lançados pelas rádios contra-revolucionárias de Miami (1148 horas semanais de emissão em 17 frequências).

A crise dos **balseros** permitiu que o feiticeiro se virasse contra o feiticeiro. Cuba, além de atingir o objectivo fixado por Fidel Castro ao «abrir as portas a quem quisesse sair», desmascarou internacionalmente a hipocrisia norte-americana.

A segunda grande vitória alcançada por Cuba foi o conjunto de acordos assinados com o México. A Ilha vai receber pela primeira vez petróleo do seu grande vizinho latino-americano: 65 mil barris diários de ramas que serão tratados na nova refinaria de Cienfuegos que estava paralisada. No âmbito do acordo, que prevê o investimento mexicano de 200 milhões de dólares na empresa mista criada, Cuba poderá comprar os produtos refinados, o que significa na prática metade das importações de petróleo de 1993.

Em poucos meses, o México tornou-se o primeiro parceiro comercial de Cuba, superando a Rússia, a China e o Canadá.

Estive em Mariel na Fábrica de Cimento Curazao que, graças à cooperação mexicana, foi totalmente modernizada, adquirindo capacidade exportadora.

O ambicioso projecto de renovação do sector das telecomunicações desenvolvido no contexto de uma política que prevê um investimento total de 700 milhões de dólares de capitais mexicanos.

A pátria de Cuauhtemoc não é uma potência com pretensões imperiais. De Havana, o México sempre foi olhado como um irmão que ajudou a Revolução na sua arrancada e nunca rompeu relações com ela. É natural por isso que os acordos com o México tenham sido recebidos com grande satisfação. Os cubanos habituaram-se, porém, a ser discretos na celebração dos seus êxitos.

Washington acusou o golpe, e entendeu o significado dos entusiásticos elogios que Manuel Tello, o ministro dos Negócios Estrangeiros mexicano, fez a Fidel Castro durante a sua visita a Havana. A entrada em Cuba do petróleo mexicano configura uma modalidade indirecta de solidariedade e uma machadada no bloqueio económico da América Latina.

Situa-se noutra terreno, o do decisivo campo do diálogo entre o povo e o Estado e o Partido, o terceiro vértice do triângulo de vitórias que em Setembro oxigenou a Revolução Cubana.

Numa sessão da Assembleia Nacional Popular e em três grandes reuniões extraordinárias do Partido, realizadas nas Províncias do Oriente, do Centro e do Ocidente, a análise dos grandes problemas adquiriu profundidade e clareza e o discurso político renovou-se. A reacção popular foi imediata e calorosa.

Raul Castro, habitualmente reservado, tomou a palavra com frequência. Numa linguagem simples e directa deu força de evidência ao óbvio. Falou mais dos erros que dos êxitos. No seu estilo muito crioulo, lembrou que era tempo de se renunciar ao hábito negativo de atribuir todos os males do país ao bloqueio e

às implicações do Período Especial. Foi duro nas críticas à burocracia e ao imobilismo, fustigou os corruptos e os ociosos, exigiu firmeza no combate à rotina, à indisciplina social e financeira, lamentou o tempo perdido em relatórios e debates sobre planos que nunca se cumprem. Não hesitou em afirmar

que os bajuladores dos dirigentes fazem por vezes mais estragos do que os agentes da CIA.

Fidel situou-se na mesma linha de franqueza e sugeriu que se fizesse voar em pedaços a mentira. Cercada, ferida pela agressão externa, a Revolução exige, em sua própria defesa, uma superação permanente dos comportamentos éticos. «Nem sequer ao inimigo», sublinhou Fidel, «se deve mentir. Para que respeite as nossas opiniões!»

Somente em Cuba o inventário de erros e insuficiências poderia desenvolver-se em tal atmosfera, em grandes assembleias, numa torrente oratória límpida como as águas dos rios de montanha.

Raul arrasou a tendência para justificar fracassos atribuindo-os a calamidades naturais, incluindo furacões e inundações.

De repente, com naturalidade, Cuba trocou o **No se puede**, antes frequente, pelo vibrante **Si, se puede!**

Uma impetuosa vaga de autenticidade revolucionária rolou pela Ilha martirizada despertando energias adormecidas.

Numa entrevista ao jornalista Luis Baez, Raul Castro traduziu em minutos o **Si, se puede!**

O povo sofre muito, alimenta-se cada vez pior. Para sair do buraco, a primeira tarefa estratégica é, portanto, dar comida às pessoas, produzir alimentos suficientes. Um comentário não pode aceitar a desculpa de que não há batatas, feijão ou arroz porque choveu pouco ou porque choveu de mais e fora de tempo.

O **Si, se puede!** envolve assim um desafio total que abrange o clima, carência de fertilizantes, de pesticidas, de máquinas, de combustível, de bois para os trabalhos agrícolas. O **Si, se puede!** não deve funcionar como palavra de ordem, mas como guia para a acção e a reflexão.

A entrevista teve enorme repercussão. Até pessoas que não apoiam a Revolução, gente dos grupos sociais desgastados pelo racionamento e desejosos de emigrar, reagiu bem. As palavras do general Raul Castro foram aprovadas pela quase totalidade da população.

A ideia do mercado agro-pecuário, que vinha de longe, encontrou receptividade generalizada. A entrevista de Raul Castro foi o último teste. No dia 19 de Setembro, um decreto assinado por Fidel, pelo secretário do Conselho de Ministros e pelo ministro da Agricultura, instituiu essa estrutura inovadora.

Doravante, podem ser livremente transaccionados no mercado livre agro-pecuário todos os produtos alimentares, excluídos os de venda obrigatória ao Estado de acordo com contratos e quotas estabelecidos. Mas as próprias empresas e herdades estatais estão autorizadas a participar no novo mercado com os excedentes do respectivo contrato, com excepção de meia dúzia de produtos (carne de vaca, leite fresco, café, tabaco, cacau e arroz). Na capital foram instalados quinze mercados que poderão ser abastecidos directamente pelos diferentes tipos de cooperativas, pelas herdades do Exército Juvenil do Trabalho, pelos agricultores privados, pelas empresas que produzem para auto-abastecimento e pelos próprios cidadãos que cultivam hortaliças e frutas e criam porcos, ovelhas ou galinhas nos seus quintais. Os preços serão livres e serão determinados pelo mecanismo da oferta e da procura.

Deixei Havana nas vésperas da entrada em funcionamento do novo sistema. Dias antes, na Província de Holguin, verifiquei que a população local recebeu com entusiasmo a publicação do Decreto 191. Era praticamente unânime a convicção de que a iniciativa vai imprimir um grande impulso à produção de alimentos a todos os níveis.

«Esperamos não só mais e melhores alimentos como uma queda dos preços. O mercado agro-pecuário será um golpe no mercado negro e fará baixar a cotação do dólar — ouvi de um dirigente mineiro, em Noa, a cidade do níquel. — E não nos venha a imprensa estrangeira com intrigas, sugerindo que se trata de uma nova concessão ao capitalismo. Dar alimentos ao povo é um acto revolucionário. O socialismo não pode ser defendido por uma população subalimentada.»

Os efeitos psicológicos fizeram-se sentir antes mesmo da publicação do diploma. Algumas medidas tomadas para acabar com a desordem na economia — impostos, descontos para a Segurança Social, aumentos de preço de transportes, luz, tabaco, rum — provocaram a queda da cotação do dólar no câmbio negro.

Na prática, o peso quase se transformara numa moeda simbólica, de utilidade reduzida. Fora dos produtos da *libreta* do racionamento (baratíssimos, mas muito insuficientes) era quase impossível adquirir qualquer coisa com pesos.

O dólar, não obstante a paridade nominal, chegou a ser trocado a mais de 120 pesos...

A proibição de transferência de divisas imposta por Clinton fez cair de repente as reservas de dólares de muitas famílias com parentes nos EUA. Simultaneamente, a consciência de que o mercado agro-pecuário contribuirá para restituir valor ao peso levou muita gente a acreditar na recuperação da função específica da moeda nacional.

*
* *

Em Agosto, ficou transparente que centenas de milhares de cubanos estavam desejosos de deixar o país. Muitos jornalistas que então visitaram Cuba atribuíram então a motivações políticas a diáspora dos **balseros**.

Durante a fase de histeria, estimulada inicialmente por Washington e pela mafia de Miami, foram escritas enormidades. Num artigo de Alvaro Vargas Llosa — filho do escritor do mesmo apelido e editor internacional do *Heraldo*, de Miami — publicado em dezenas de jornais da Europa e da América, foi sugerido inclusivamente o bombardeamento de Cuba como prólogo à invasão. A irresponsabilidade foi tão longe que Françoise Escarpit, ex-professora universitária que durante anos foi correspondente de *L'Humanité* em Havana, deformou grosseiramente os acontecimentos e a atmosfera da capital num artigo publicado no órgão do Partido Comunista Francês.

A maioria dos enviados especiais, com a leviandade que alastra hoje na grande imprensa internacional, mentiram, então, conscientemente ou inconscientemente. Muitos estavam persuadidos de que a Revolução Cubana fora confrontada com um desafio para o qual não tinha resposta. Alguns previram a iminência do seu fim. Demonstraram nos seus depoimentos a incapacidade de entenderem o espectáculo da vida e o movimento da história.

Era falsa a conclusão. Cuba não estava a atravessar uma crise política. O angustiante *show* dos **balseros** (e mais não saíram porque o Acordo de Washington fechou a torneira) e as notícias chegadas do campo de concentração de Guantanamo assustaram, desiludiram e indignaram os candidatos à emigração.

Cuba atravessava uma gravíssima crise económica, com incidências políticas. Ganhou uma batalha decisiva, mas a crise persiste.

A opção pela defesa do Socialismo após a desagregação da URSS foi definida em Washington, na época, como acto de loucura quixotesca. Cuba desafiava leis gerais da Economia e da lógica da História. Mas o desafio foi sustentado com firmeza. Pagou-se a factura.

Houve um pesado desgaste social. Diminuiu (era inevitável) o número de cubanos que apoiam activamente a Revolução. Uma parcela ponderável da população deixou de participar, mas não se opõe também ao regime, não o combate. O que surpreende é que, em situação tão dramática, seja inexpressiva a percentagem de contra-revolucionários.

A insignificância numérica e organizativa da oposição activa transpareceu, aliás, durante as jornadas de Agosto. A resposta popular ao roubo de barcos e a crimes que ficaram a assinalar acções terroristas foi, pelo contrário, maciça. O povo veio para a rua defender a sua Revolução, como foi reconhecido pela Revista *Contrapunto*, de Miami.

Ao regressar a Portugal li alguns textos publicados por jornais de Lisboa sobre o que está a acontecer em Cuba. O que me chocou não foi tanto a desinformação e a mediocridade desses artigos; impressionou-me sobretudo a incapacidade de compreender o movimento da vida, incapacidade patente na repetição monocórdica de opiniões e análises primárias da imprensa norte-americana. O socialismo não está ameaçado em Cuba; a Revolução não recua. Cuba está a viver, paradoxalmente, um grande momento revolucionário.



Acontecimentos de 5 de Agosto em Havana. Muito se escreveu sobre eles, e muito se escondeu sob as palavras. Reagindo à violência, o povo cubano e Fidel desceram à rua a defender a Revolução. Uma vez mais



Reencontrei uma sociedade onde a acumulação de sofrimento e as carências tornam o quotidiano cada vez mais duro, menos suportável. As pequenas coisas que tornam a vida agradável são hoje memória.

Há, obviamente, menos militantes revolucionários; mas são melhores. A democracia aprofundou-se, ganhou uma dimensão diferente. Luis Ortega, talvez o mais prestigiado jornalista do exílio, um céptico, confessa nas páginas de *Contrapunto* que a sociedade cubana é muito mais aberta e dialogante do que a dos EUA e muito mais civilizada na polémica, impondo outro nível ao debate de ideias. Visitou Cuba e ficou surpreendido ao descobrir um mundo inimaginado.

Assisti a assembleias que me fizeram lembrar os melhores tempos da Revolução de Abril. Na Fábrica de Bicicletas Claudio Arguelles, em plenário de trabalhadores convocado para discutir a eficiência na produção e os descontos para a Segurança Social, bem como os futuros impostos, escutei intervenções que reforçaram a minha convicção de que a Revolução está a regressar, no tocante ao espírito combativo, à época da sua arrancada. A geração é outra, claro; três décadas de cerco imperial amadureceram a classe operária.

Em Cuba, hoje, nada se esconde. Os erros dos responsáveis são tornados públicos rapidamente e sem rodeios. Sabe-se que, apesar da grave penúria de alimentos, a safra de açúcar deste ano sofrerá mais uma vez as consequências de erros imperdoáveis. Houve incúria nas sementeiras de tubérculos. Dirigentes incapazes do Partido foram substituídos em várias Províncias.

Conversei durante muitas horas com técnicos e colectivos de trabalhadores em fábricas de importância estratégica, em cooperativas agrícolas (UBPC), em pólos turísticos, em instalações petrolíferas. Que mais me impressionou? Talvez a serenidade no sofrimento, a capacidade de resistência, a certeza de que será preciso esperar com paciência para sair do buraco.

A desigualdade de oportunidades resultante de situações excepcionais impostas pela necessidade de sobreviver gera situações complexas e injustas. Somente uma minoria de cubanos tem acesso ao dólar e, portanto, às lojas que vendem em divisas. A consciência da injustiça é generalizada. Não observei, contudo, reacções de agressividade. Fidel, melhor do que qualquer outro dirigente, tem descido às raízes das situa-

ções absurdas e chocantes criadas pela própria lógica da resposta ao cerco imperial.

Faz-se o possível para atenuar as insuficiências do racionamento. Nas empresas exportadoras os colectivos recebem uma pequena fracção do salário em dólares. Noutras, prémios especiais permitem receber produtos apetecíveis que a *libreta* não proporciona.

Ninguém me ocultou, pelo contrário, a gravidade de uma conjuntura marcada pela escassez generalizada — com efeitos preocupantes na saúde de crianças e adolescentes —, mas é legítima a amargura (mais do que indignação) provocada por reportagens de jornalistas estrangeiros que deformam intencionalmente a realidade e o espectáculo da vida na Ilha.

Um exemplo: a algazarra levantada em torno dos privilégios inerentes ao acesso ao dólar esconde um facto fundamental. Aquilo que se compra e vende em dólares não deve ser subestimado; mas, é parcela muito pequena do consumo global. Acompanhei durante horas o movimento das caixas dos dois principais supermercados de Havana, as chamadas lojas diplomáticas, onde tudo se vende em dólares. Admito que o Centro Comercial das Amoreiras factura mais num sábado do que todos os estabelecimentos de divisas de capital cubana durante um mês...

Pessoalmente, acredito que o bloqueio não poderá ser mantido por muito tempo. Washington sente já o isolamento, e o repúdio pela Lei Torricelli aumenta em escala mundial. Dificilmente o chamado «embargo» será revogado pelo Congresso, por

Rever Havana

Rever Cuba purifica em mim, todos os anos, o sentimento revolucionário. Ao voltar a Havana, no dia 7 de Setembro, a escadaria da velha Universidade de La Colina estava ocupada por milhares de estudantes.

Aclamavam a Revolução e o Socialismo. O *Patria o Muerte* soava como brado de disponibilidade da vida.

Sendo quase íntimo, o cenário e as personagens tocaram-me como instante irrepetível de uma sinfonia revolucionária. Senti que alguns meses, poucos, me haviam distanciado do mundo simultaneamente real e mágico de Cuba. Docu-me o afastamento.

Horas depois, ao anoitecer, assisti ao filme das jornadas de Agosto. Percebi logo que aquilo era intransmissível, não podia ser fixado em palavras. Docu-me tomar consciência de que a verdade de Cuba é, pela sua épica singularidade, insusceptível de transmissão.

Fidel estava nas ruas entre o seu povo, na jornada sombria e luminosa do 5 de Agosto. Mas não havia sequência cronoló-

gica no filme. Depois, uma lancha saía da baía. O povo, angustiado, aglomerava-se no cais.

Eu conhecia em pormenor o desenvolvimento do episódio trágico, mas não as imagens do assalto. Não imaginava o rosto e o gesto do seu aniversário. Ao fundo, a Fortaleza do Morro, pedras da história profunda de Cuba. Sem filme, sem a imagem impossível, eu imaginava os ingleses donos da cidade no Século XVIII. Quase via o sofrimento do povo de Havana sob a pata imperial britânica.

Vi e ouvi Fidel, aclamado, a recordar o óbvio, a repetir no seu estilo que a Revolução não poderia hoje defender-se do império norte-americano sem o apoio do povo que a tornou vitoriosa e a construiu.

Depois, vi e ouvi Pablo Milanés a expressar numa canção-poema a voz e o sentir do povo revolucionário.

Docu-me outra vez, e com força, a consciência da impossibilidade de transmitir a grandeza e a verdade do combate do povo de Martí e Fidel.

ser a soma de muitas leis contraditórias. Mas a pressão externa (e agora os acordos com o México) vão apressar a sua agonia, embora esta possa ser prolongada. A Administração Clinton não desconhece, aliás, que o Mercado Agro-Pecuário vai contribuir para atenuar algumas das consequências mais graves do cerco económico.

Conscientes do que um bom resultado na batalha pela auto-suficiência alimentar (produzir comida, como lembra Raul Castro, é hoje um problema político, militar e ideológico) o Estado e o Partido tratam já, aliás, de aprofundar o debate sobre grandes questões que a sociedade emergente do bloqueio terá de enfrentar e vencer. A *intelligentsia* revolucionária cubana não tem ilusões. Sabe que a luta, amanhã, contra a mundividência da General Motors e da Coca-Cola será de certa maneira mais difícil do que foi o combate imposto pelo bloqueio imperial.

Li ensaios fascinantes sobre o tema e tive a oportunidade de o discutir com escritores, economistas e cientistas sociais.

A Cuba Socialista não subestima os perigos inerentes aos mecanismos de sedução do consumismo. Não conheço outro povo cujos intelectuais tenham estudado com mais seriedade a destruição da URSS e a tentativa de reimplantação ali de uma caricatura do capitalismo. A irracionalidade do projecto de liberalismo selvagem, hoje na moda, encontra em Cuba um pensamento crítico muito lúcido, estimulado dialecticamente pelas agruras de três décadas de cerco económico. «Nunca aceitaremos a transformação de Cuba em Federação de Marcas de Produtos Comerciais em luta pelo controlo do mercado» — dizia-me sorridente Dario Machado, um talentoso cientista político da nova geração.

O Período Especial, perante a necessidade da reconversão total da economia e do comércio externo, forçou a uma interrupção do Processo da Rectificação (anterior à perestroika russa e muito diferente dela). Entretanto, o choque desencadeado pelos acontecimentos de Agosto, veio reabrir, sem declaração oficial, a reflexão sobre o passado e os erros cometidos.

A conclusão de que produzir alimentos passou a ser o objectivo estratégico prioritário implica a formulação de uma cadeia de perguntas que empurram o debate para fases decisivas da construção do Socialismo. Em quatro anos do Período Especial, Cuba não conseguiu cumprir o Plano Alimentar. Seria, porém, simplista inferir daí que o Plano era mau e que a culpa do fracasso foi dos técnicos e dirigentes que o conceberam e aplicaram. O erro vem de longe. A produção de alimentos caíra em Cuba para um nível perigosamente baixo. A opção socialista que levou à integração do país no CAME foi correcta. O incorrecto não foi a ênfase posta na prioridade então atribuída à cana, ao tabaco, aos cítricos, às pescas, mas sim a incúria que conduziu à dependência quase total da Ilha em matéria alimentar. Houve falta de imaginação, burocratismo, espírito rotineiro, comportamentos acomodaticios incompatíveis com o espírito de independência e a poderosa criatividade da Revolução Cubana.

O preço pago foi altíssimo. Partiu-se quase do zero após a implosão da URSS. E hoje não é ainda fácil convencer qualquer família das vantagens que pode tirar da aceitação da oferta de terra (2400 metros quadrados) para a sua horta caseira. O auto-abastecimento avança em múltiplas frentes, sobretudo nas grandes empresas, mas em ritmo ainda insuficiente.

Em Havana e nas duas Províncias que visitei acompanhou-me permanentemente a sensação de que o povo cubano está disponível para cumprir, quando surge o desafio, tarefas sobre-humanas. Com frequência, ao tentar explicar essa vocação para transformar o impossível em coisas concretas, tenho comparado o povo de Martí aos heróis da mitologia grega. Isso não impede que, dialecticamente, o povo cubano esbarre repetidamente quando lhe impõem tarefas menos difíceis. Realiza o mais difícil e tem perdido combates fáceis.

O vendaval de autenticidade que fustiga a Ilha neste começo de Outono encerrou um capítulo do Período Especial. Agora, tacitamente, são proibidas as explicações tradicionais para justificar fracassos. Nem o povo nem o Partido e o Estado as aceitam mais. O Socialismo — é Fidel quem o recorda — tem de se defender do burocratismo tanto quanto do imperialismo. A intimidade com o sofrimento desenvolveu nos comunistas cubanos as suas melhores potencialidades. O debate ideológico atingiu nesse contexto uma riqueza e uma serenidade que impressionam o forasteiro.

O ministro da Cultura, Armando Hart, combatente da velha guarda, definiu num importante artigo o momento que Cuba vive como «um grande instante da Revolução». Não exagera. Neste ano terrível (o PIB deixou pela primeira vez de cair em Agosto para iniciar uma tímida recuperação), a defesa da Revolução que fez da Ilha uma cidadela da liberdade nas Américas obriga a pensar e a actuar simultânea e organicamente nos terrenos económico, político e ideológico. A política confirma ali, na teoria e na práxis, uma opinião de Lenine: torna-se síntese da economia, ilumina o combate daquela terra socialista pela sua sobrevivência e funciona como ponte entre o local e o universal.

(conclui na próxima edição)

A bomba!

O «Semanário» atirou para a primeira página a declaração bombástica de Almeida Santos: «Dissolver a Assembleia da República seria bombista!» Estranha postura a do destacado dirigente socialista que,

entretanto, só na aparência não rima com a atitude oficial do PS. Face à especulação que foi criada – pelo PSD!, desafiando a oposição a avançar uma moção de censura e o Presidente da República a dissolver o parlamento –, o PS reagiria dizendo que embora as não

PONTOS CARTEAIS

pedisse, estava pronto a eleições antecipadas. Mas eis que Almeida Santos, receoso talvez de que as coisas avançassem demasiado, vem antecipadamente condenar a eventual escolha do PR. Equivale a dizer: se o PR usar uma das suas competências é um bombista! Podem a oposição e os partidos considerar oportuno ou inoportuno, positivo ou negativo que o PR use uma competência que lhe é atribuída pela Constituição. Mas apelidar de bomba uma competência e de bombista quem a usa é, pelo menos, mostrar o desafecto que lhe merecem uma e outro.

Retoma outra vez

Isto já parece um folhetim. Desmentir o «Correio da Manhã» não é porém uma vontadezinha que temos, mas uma necessidade que achamos pelo menos uma vez por semana. Desta vez, a

coisa anda à roda da retoma. E que o «CM» de segunda-feira passada «dá» a primeira ao Governo, e concede-lhe a parangona: «Governo confiante na retoma». A páginas 17, lá vem a prosa assegurando o optimismo cavaquista na «recuperação do país». Mas trata-se apenas das «Opções do Plano» divulgadas pelo Governo. Isto é, de promessas. Os factos, esses, baseados nos frios números, desmentem o optimismo. Mas não vêm no «CM». É o «Diário de Notícias» que os dá, no dia seguinte, revelando que a «Produção industrial caiu 4,2 por cento» e que os «números desmentem a retoma da economia e contrastam com a consolidação do crescimento na União Europeia». Olha se nós fôssemos no pelotão de trás?

De pedra e cal

Muito se tem falado e escrito sobre o lugarzinho que a União

Europeia vai pôr à disposição de Portugal. Comissário disto? Comissário daquilo? O leitor distraído pensaria que, mesmo em questão de tão somenos importância, o Governo iria pensar em quem, depois de saber em quê. Nada disso. A imprensa já divulgou a intenção de Cavaco em manter Pinheiro no posto de Comissário seja lá do que for. E Pinheiro está disposto seja ao que for para continuar em Comissário. Segundo o «DN», «a esta decisão do Primeiro-Ministro não foi indiferente o facto de João de Deus Pinheiro ter manifestado a sua disponibilidade para ficar na Comissão, desde que não continuasse com o pelouro que detém actualmente» – o trabalho que o homem teve! «Deus Pinheiro pretende obter um pelouro de maior peso político e a sua recondução só faz sentido se isso vier a acontecer», diz o «DN». Maior peso do que o actual qualquer pelouro pode ter. Talvez um dos muitos de que se fala. De qualquer modo, o ainda Comissário apresenta-se como pinheiro para toda a obra...

FRASES da SEMANA

«Há um plano para evitar cerco a Lisboa»

☛ (Dias Loureiro - «Semanário», 24.09.94)

«As polícias têm um papel meritório quando existem questões em que a segurança interna é posta em causa. Mas devem ser controladas pelo direito e devem existir mecanismos de controle e fiscalização, porque quando esses mecanismos deixam de existir elas tendem a ocupar um espaço que fica vazio, e tendem a criar abusos»

☛ (Mário Soares, PR, no seminário internacional sobre «O Estado de Direito e os direitos dos cidadãos», citado em «Público», 24.09.94)

«Penso que (Cavaco Silva) poderá vir a ser um excelente Presidente da República»

☛ (Valentim Loureiro - «O Independente», 24.09.94)

«Manuela Ferreira Leite não quer educação sexual»

☛ (título - «Semanário», 24.09.94)

«Vamos demonstrar que o PS tem hoje condições para formar três governos, dez vezes melhores do que o do PSD»

☛ (Jorge Coelho, novo líder do PS em Lisboa - «Expresso», 24.09.94)

«Como toda a gente sabe no PS, durmo pouco»

☛ (idem)

«Terei de repensar o que fazer no futuro. Não sou profissional da política.»

☛ (idem)

«O desrespeito é uma prova de amor»

☛ (idem)



A memória do olhar

Em poucas palavras

1 – Os países nórdicos desenvolveram-se porque investiram nas crianças.

(Prof. Mário Cordeiro, Praça Pública)

2 – Neste país é impossível a uma mulher grávida conseguir emprego.

(Júlia, trabalhadora, Praça Pública)

3 – Tive de deixar de dar o peito ao meu filho, quando fui trabalhar.

(Margarida, Praça Pública)

4 – O trabalho precário prejudica principalmente as mulheres, e em especial as mulheres jovens.

(Prof. Mário Cordeiro, Praça Pública)

O único

O governo americano elaborou uma lista de países onde há trabalho infantil. O relatório final diz que os Estados Unidos estão a comprar produtos portugueses fabricados por crianças. O governo português já reagiu. Admite que há trabalho infantil, mas que está a diminuir.

Em breve, os sapatos que esta criança está a fazer, podem ser proibidos de entrar nos Estados Unidos. Portugal é o único país da Europa que ainda faz parte da lista negra dos dezanove países de um relatório publicado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos.

Fala-se em 200 mil o número de crianças que trabalham clandestinamente nas indústrias de exportação portuguesas.

Estas crianças continuam a crescer sem brincar nem ir à escola.

(Telejornal)

PONTOS NATURAIS

Cuba olhar para o futuro

Este é o Hospital de Ciro Garcia, de Havana, onde vêm inúmeras pessoas da América Latina e até da Europa, para serem tratadas de várias doenças aos olhos. Mas em vez de se deitarem numa cama de hospital, deitam-se num tapete rolante. Esta linha de montagem foi criada na Rússia e aperfeiçoada em Cuba.

(...) Fidel Castro deu à Saúde uma alta prioridade. A tecnologia veio do Ocidente e o processo veio da Rússia. Se contasse com o auxílio da investigação ocidental, este hospital estaria a par dos melhores do mundo.

(...) Embora olhada como um país do Terceiro Mundo, Cuba possui (na Saúde) um alto nível de vida. Os doentes deitados no tapete rolante, os doentes nada pagam pelo melhor tratamento da América Latina.

(Para além do Ano 2000, TV2)



Pesadelo

Pra me levar vieram, altas horas, os silêncios das mil constelações no tempo em que adormecem os falcões e voam perto os golpes das crisálidas.

Amorosos em mim se confrontaram de mãos postas solstícios e orações. As teias apostaram nas monções que inundaram de incêndios as medusas.

Em mim pousando os olhos, como quem bate às portas do tempo onde ninguém com palavras exactas lhe responde

logo tomam o caminho do regresso e eu inda hoje durmo no meu berço com um tambor a suar no quarto escuro.

Mário Castrim

Reuniões e Plenários

Aigualva-Cacém

6.^a feira, dia 30, 21h30,
no CT de Cacém,
plenário de militantes da freguesia
com a participação do camarada
Júlio Filipe.

Cascais

3.^a -feira, dia 4,
no CT de Cascais,
plenários de militantes que trabalham
- na Câmara Municipal de Cascais - às 16h00
- nos Serviços Municipalizados - às 17h30

Lisboa

5.^a feira, dia 29, 21h30
no CT Vitória,
reunião da célula da IN-CM.

Sábado, dia 1, 10h00
no CT dos Olivais,
reunião de camaradas das células da Soc. Nacional
de Sabões e Vitamealo, sobre a situação social nas
empresas.

4.^a feira, dia 5, 15h00
na Sociedade Verdi (R. Arco Carvalhão, 158),
plenário de militantes da Freg. Santo Condestável
com a participação do camarada Alexandre Tei-
xeira.

Queluz

5.^a -feira, dia 29, 15h00
no CT de Queluz,
plenário de Reformados do PCP da freguesia de
Queluz.

S. Domingos de Rana

5.^a feira, dia 29, 15h00
no CT de Tires,
plenário de militantes Reformados de S. Domingos
de Rana.

Porto

Hotel Tuela,
Sábado, 8 de Outubro, 10h30

Encontro com Carlos Carvalhas Secretário-Geral do PCP

A DORP do PCP convida
dirigentes e delegados sindicais, membros de
Comissões de Trabalhadores, trabalhadores do
distrito do Porto a participar neste encontro.

Em debate:
A situação social
e os direitos dos trabalhadores

Reunião
de sócios da
**CASA DO
ALENTEJO**
membros
do PCP para

**ANÁLISE
DA
SITUAÇÃO
DA CASA
DO
ALENTEJO**

6 de Outubro,
às 21h00,
no CT Vitória



REUNIÃO DE QUADROS DA O. R. PORTO DO PCP

C. T. Boavista
8 de Outubro, Sábado
15 horas

A Situação Política e Tarefas do Partido
(Conferência do PCP, Debates com o País,
Revisão da Constituição, Luta Social,...)

Participação de

CARLOS CARVALHAS

Secretário-geral do PCP

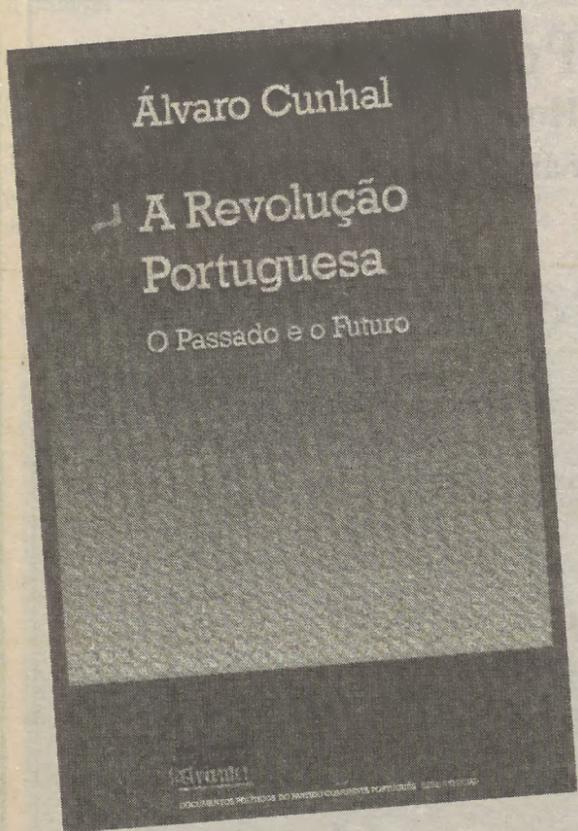
DORP do PCP Setembro de 1994

Sexta-feira, dia 30,
no Largo Jean Monnet
(Sala do Parlamento Europeu)

Encontro-debate de apresentação do livro "Décadas de Europa", de Sérgio Ribeiro,

que será apresentado por

José Saramago



Álvaro Cunhal A Revolução Portuguesa O Passado e o Futuro

Pela enormíssima quantidade de dados factuais que reúne e sistematiza, pelo rigor das análises e conclusões que faculta, *A Revolução Portuguesa*. O passado e o Futuro permanece uma obra insuperada de referência e de consulta para o estudo dos dois anos e meio da Revolução portuguesa.

Nesta reedição, publica-se também o artigo que o autor escreveu para a revista *Vértice* com o título «A Revolução de Abril 20 anos depois», o qual não só proporcionará ao leitor uma esclarecedora síntese do processo político português nas duas últimas décadas, mas também contribuirá para que reflecta criticamente sobre o que se afirmava em *A Revolução Portuguesa*, constituindo assim como que um prefácio de actualização a esta obra.

Preço: 2500\$00

Desejo receber o livro *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 Lisboa

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Palmeira sem é; nome de mulher. 2 - Escolhida por votação; introduziam. 3 - Escuridão (fig.); coragem; não outra. 4 - Porco; ingerem alimentos; pedra de moinho. 5 - Nota musical; os condes das cartas; livro de poemas de António Nobre. 6 - Duas de dois; conclusão; pêlos de certos animais; berílio (s.q.). 7 - Derrotar; espiral. 8 - Pref. neg.; a nossa casa; entregam; naquele lugar. 9 - Astatino (s.q.); semideuses rústicos; cont. prep. e art. 10 - Reprovações (abrev.); escutas; começo de abecedário; 11 - Ressoam; camareira; molho. 12 - Parta ao meio; navegadores. 13 - Dois nomes de mulher.

VERTICAIS: 1 - Compaixão; rio da Rússia; solicitei. 2 - Chamamento ao telefone; rainha dos bosques e da caça; protótipo semilendário dos paladinos castelhanos. 3 - Cama; canção. 4 - Particularidade dos tempos fabulosos; bñis; carril. 5 - Piteis sem limites; voltas; 1501 romanos. 6 - Nome que os egípcios davam ao Sol; pequeno crustáceo muito apreciado; dentro do cano. 7 - O astrotei; pertence-te. 8 - Velas; mulher de Augusto e mãe de Tibério. 9 - Terceiro filho de Adão; graceje. 10 - Prep.; chochos; sem roupa. 11 - Um cento; cicatrizes; árvore cuja casca aromatiza o vinho. 12 - Igualmente; santo; peixe que abunda nos mares dos Açores. 13 - Acetinados; abaixei. 14 - Seguíam; emsola; ofertar. 15 - Patroas; aquela de que falamos; não as há sem espinhos.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

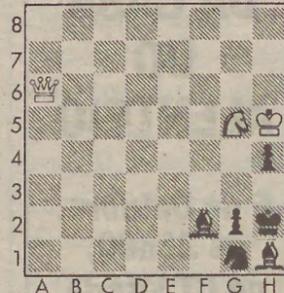
HORIZONTAIS: 1 - Perfumes; odores. 2 - Ema; rim; adorada. 3 - Cu; aca; amena; ir. 4 - Alega; brasa; ato. 5 - Rola; três; sarau. 6 - As; rir; sim; sul. 7 - Ais; aos. 8 - Bar; oil; não; ar. 9 - Vales; Sena; vate. 10 - Elo; árido; porém. 11 - Na; abafio; sãs; nu. 12 - Adiposo; dor; mar. 13 - Lavara; saborosa.

VERTICAIS: 1 - Pecaram; venal. 2 - Êmulos; balada. 3 - Rã; el; galo; IV. 4 - Aga; ré; apa. 5 - Urca; ia; sabor. 6 - Mia; trio; rasa. 7 - Em; Br.; Sísifo. 8 - Ares; ledo. 9 - Amásia; nó; dá. 10 - Odes; mona; sob. 11 - Donas; Sá; paro. 12 - Ora; ás; ovos. 13 - Rã; arum; ar; mó. 14 - Editat; Atenas. 15 - Sarou; tremera.

XADREZ

CDLXXIX - 29 DE SETEMBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X071
Por: WILLIAM ANTHONY SHINKMAN
České Listy Sachové, Março/1896

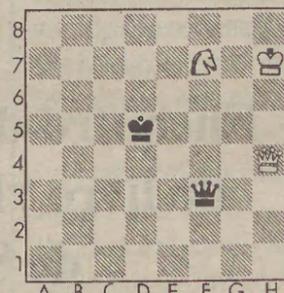
Pr: [6] Ps. g2, h4-Cg1-Bs.f2, h1-Rh2
Br: [3] Cg5-Da6-Rh5



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X072
Por: L. KORSKI
2ª Menção Honrosa
Szachy, 1957

Pr: [2] Df3-Rd5
Br: [3] Cf7-Dh4-Rh7



Branças jogam e ganham

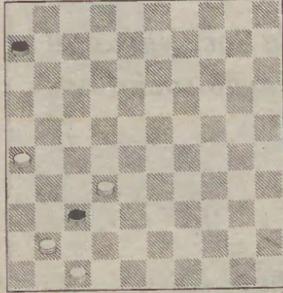
SOLUÇÕES DO Nº CDLXXIX

Nº 1994X071 [W. A. S.]: 1. Dc4!, [ameaça, por ex.: L..., Bb1; 2. Dh4+], h3; 2. Dd6!, -; 3. Dh3+, Ch3; 4. Cf3#
Nº 1994X072 [L. K.]: 1. Dd8+, Rg5; 2. Da5+, Rd4; 3. Da7+ e ganha.

DAMAS

CDLXXIX - 29 DE SETEMBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D071
Por: ISIDORE WEISS
Fr. 1919

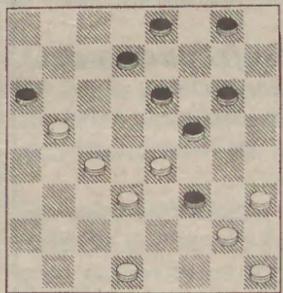
Pr: [2] 6-37
Br: [4] 26-32-41-47



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D072
GOLPE Nº 88
Por: MÁRIO DINIS VAZ
LISBOA, 26.III.1953
[Contra: A. A. P.]

1. 12-15, 23-20; 2. 10-14, 22-18; 3. 8-12, 27-22; 4. 12-16, 21-17; 5. 14-21, 25-18; 6. 16-23, 28-12; 7. 7-16, 32-28; 8. 11-15, 28-23; 9. 5-10, 26-21; 10. 6-11, 23-19; 11. 4-8, 19-12; 12. 8-15, 31-27; 13. 10-14, 17-13; 14. 16-20, 13-10; 15. 2-5
DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXXIX

Nº 1994D071 [I. W.]: 1. 47-42!
1.... (37x28); 2. 42-38...+
1.... (37x46-D); 2. 42-37...+
1.... (37x48-D); 2. 41-37+
Nº 1994D072 [M.D.V.]: 15. 22-19; 16. 15-31=D; 24=6; 17. 31-13; 6-2=D; 18. 13-6; 2-18+

A. de M. M.

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 29

Viagem à Irlanda
«Green Journey» (EUA/1990).
Real.: Joseph Sargent. Int.: Angela Lansbury, Denholm Elliott. Cor, 95 min. Drama. (14.20, SIC)

55 Dias em Pequim
«55 Days at Peking» (EUA/1962).
Real.: Nicholas Ray. Int.: Charlton Heston, David Niven, Ava Gardner, John Ireland. Cor, 154 min. Histórico / Guerra. (15.05, TV 2)

A Mulher do Próximo
(Port./1988). Real.: José Fonseca e Costa. Int.: Carmen Dolores, Virgílio Teixeira, Fernanda Torres, Mário Viçgas. Cor, 82 min. Ver Destaque. (00.20, TV 2)

O Regresso
«Critters 3» (EUA/1992). Real.: Kristine Peterson. Int.: Aimée Brooks, John Calvin, Katherine Cortez, Leonard DiCaprio. Cor, 86 min. Horror / Ficção Científica. (01.20, Canal 1)

SEXTA, 30

Dançando no Escuro
«Dancing in the Dark» (Can./1986).
Real.: Leon Marr. Int.: Martha Henry, Richard Manette, Neil Munro. Cor, 98 min. Drama. (14.20, SIC)

Pedra de Cristal
«Crystal Stone» (EUA/1987). Real.: António Pelaez. Int.: Kamlesh Gupta, Laura Jane Goodwin, Frank Grimes. Cor, 95 min. Aventuras. (15.05, TV 2)

Wall Street
«Wall Street» (EUA/1987). Real.: Oliver Stone. Int.: Charlie Sheen, Michael Douglas, Daryl Hannah, Martin Sheen, Terence Stamp. Cor, 103 min. Ver Destaque. (21.30, Quatro)

Os Livros de Próspero
«Prospero's Books» (Hol./Fr./It./1991). Real.: Peter Greenway. Int.: John Gielgud, Michael Clark, Michel Blanc, Erland Josephson. Cor, 124 min. Ver Destaque. (00.00, TV 2)

A Mosca - II
«The Fly - II» (EUA/1989). Real.: Chris Walas. Int.: Eric Stoltz, Daphne Zuniga, Lee Richardson, Jon Getz. Cor, 100 min. Horror / Ficção Científica. (00.25, Canal 1)

Jubileu
«Jubilee» (Gr.Br./1978). Real.: Derek Jarman. Int.: Jenny Runacre, Little Ned. Cor, 100 min. Fantasia. (00.50, SIC)

Mulher à Beira do Abismo
«Scrubbers» (Gr.Br./1982). Real.: Mai Zetterling. Int.: Amanda York, Chrissie Catterill, Elizabeth Edmonds, Kate Ingram. Cor, 90 min. Drama. (02.05, Canal 1)

SÁBADO, 1

Barafunda no Oeste
«Great Scout & Carhouse Thursday» (EUA/1976). Real.: Don Taylor. Int.: Lee Marvin, Oliver Reed, Robert Culp, Elizabeth Ashley. Cor, 98 min. «Western» / Comédia. (15.00, SIC)

Inimizas e Amantes, Uma História de Amor
«Enemies, A Love Story» (EUA/1989). Real.: Paul Mazursky. Int.: Ron Silver, Anjelica Huston, Lena Olin, Margaret Sophie Stein. Cor, 115 min. Ver Destaque. (00.05, SIC)

Niagara
«Niagara» (EUA/1953). Real.: Henry Hathaway. Int.: Marilyn Monroe, Joseph Cotton, Jean Peters, Casey Adams. Cor, 89 min. Ver Destaque. (00.15, Quatro)

Ghoules - II
(tradução portuguesa não fornecida - EUA/1988). Real.: Albert Band. Int.: Damon Martin, Royal Dano, Phil Fondacaro. Cor, 87 min. Horror / Sátira. (01.00, Canal 1)

DOMINGO, 2

A Minha Gueixa
«My Geisha» (EUA/1962). Real.: Jack Cardiff. Int.: Shirley MacLaine, Yves Montand, Edward G. Robinson, Robert Cummings. Cor, 115 min. Comédia Dramática. (14.30, SIC)

Chamavam-lhe o Buldozer
«They Called Him Bulldozer» (It./1978). Real.: Michele Lupo. Int.: Bud Spencer, Raimund Harmstorf. Cor, 115 min. Comédia / Acção. (21.40, SIC)

Yakuza
«The Yakuza» (EUA/1975). Real.: Sidney Pollack. Int.: Robert Mitchum, Ken Takakura, Brian Keith, Herb Edelman. Cor, 112 min. Ver Destaque. (22.30, Quatro)

Semente do Ódio

«The Southerner» (EUA/1945).
Real.: Jean Renoir. Int.: Zachary Scott, Betty Field, J. Carrol Naish, Beulah Bondi. P/B, 87 min. Ver Destaque. (23.25, TV 2)

Crimes de Paixão

«Crimes of Passion: Victim of Love» (EUA/1993). Real.: John Cosgrove. Int.: Dwight Schultz, Bonnie Bartlett, Andy Romano. Cor, 100 min. Telefilme. (00.20, Canal 1)

SEGUNDA, 3

Os Arquivos Privados de J. Edgar Hoover

«The Private Files of J. Edgar Hoover» (EUA/1977). Real.: Larry Cohen. Int.: Broderick Crawford, Dan Dailey, Jose Ferrer. Cor, 108 min. Biográfico. (14.20, SIC)

À Força do Gatilho

«The Restless Breed» (EUA/1957).
Real.: Allan Dwan. Int.: Scott Brady, Anne Bancroft, Jay C. Flippen, Jim Davis. Cor, 78 min. «Western». (15.05, TV 2)

Crocodilo Dundee

«Crocodile Dundee» (Austrália/1986). Real.: Peter Faiman. Int.: Paul Hogan, Linda Kosloski, John Meillon. Cor, 94 min. Comédia. (22.20, SIC)

Deste Lado do Monte

«On the Black Hill» (Gr.Br./1987).
Real.: Andrew Griev. Int.: Mike Gwilym, Eric Wynn, Benjamin Whiston, Robert Gwilym. Cor, 113 min. Drama. (00.55, Canal 1)

TERÇA, 4

O Toque da Medusa

«The Medusa Touch» (EUA/1976).
Real.: Jack Gold. Int.: Richard Burton, Lino Ventura, Lee Remick, Harry Andrews. Cor, 106 min. Catastrofe. (14.20, SIC)

Jacquot de Nantes

«Jacquot de Nantes» (Fr./1991).
Real.: Agnès Varda. Int.: Philippe Maron, Édouard Joubaud, Laurent Monnier, Brigitte de Villepoix. Cor e P/B, 114 min. Ver Destaque. (15.05, TV 2)

Filhos de um Deus Menor

«Children of a Lesser God» (EUA/1986). Real.: Randa Haines. Int.: William Hurt, Marlee Matlin, Piper Laurie, Philip Bosco. Cor, 114 min. Ver Destaque. (23.20, TV 2)

Testemunha Involuntária

«Catchfire» (EUA/1988). Real.: Alan Smithee. Int.: Dennis Hopper, Jodie Foster, Dean Stockwell, Vincent Price. Cor, 95 min. Comédia. (00.35, Canal 1)

QUARTA, 5

Duelo no Fundo do Mar

«Beneath the 12 Mile Reef» (EUA/1953). Real.: Richard Webb. Int.: Robert Wagner, Terry Moore, Gilbert Roland. Cor, 98 min. Aventuras. (14.20, SIC)

Blue

«Blue» (EUA/1968). Real.: Silvio Narizzano. Int.: Terence Stamp, Joanna Pettet, Karl Malden, Ricardo Montalban. Cor, 113 min. «Western». (15.05, TV 2)

Em Busca da Esmeralda Perdida

«Romancing the Stone» (EUA/1984). Real.: Robert Zemeckis. Int.: Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny DeVito. Cor, 105 min. Ver Destaque. (21.30, Quatro)

O Polícia Exterminador

«Trancers II» (EUA/1991). Real.: Charles Band. Int.: Tim Thomerson, Helen Hunt, Megan Ward, Biff Manard. Cor, 84 min. «Thriller» / Ficção Científica. (22.10, Canal 1)

O Bolo do Rei

«La Gallette du Roi» (Fr./1985).
Real.: Jean-Michel Ribes. Int.: Jean Rochefort, Roger Hanin, Jacques Villeret. Cor, 87 min. Ver Destaque. (01.05, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 29

CANAL 1

08.00 Bom Dia
 09.00 Conversas do Manel
 09.35 Rua Sésamo
 10.00 Viva a Manhã
 11.40 Culinária
 12.00 Perigosas Peruas
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Prisioneira de Amor
 14.30 Malha de Intrigas
 15.15 Boa Tarde
 16.00 Caderno Diário
 16.15 Ana Raio e Zé Trovão
 17.15 Na Paz dos Anjos
 17.50 Futebol: Lodz-F.C.Porto
 19.50 Lotaria Nacional
 20.00 Telegiornal
 20.30 Direito de Antena - PS
 20.45 Fera Ferida
 21.40 Isto Só Vídeo



«Frasier», uma série de humor recentemente premiada: à 2ª noite na Quatro



A música e as grandes cenas de animação do Estúdio Disney: domingo à tarde no Canal 1

22.10 Concurso 1, 2, 3
 23.40 As Novas Aventuras do Super-Homem
 00.30 RTP / Final Times
 00.40 24 Horas
 01.20 O Regresso (ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televendas
 13.30 TV 2 Desporto
 14.30 Euronews
 15.05 55 Dias em Pequim (ver «Filmes na TV»)
 17.45 Super Juvenil
 18.15 Rua Sésamo
 18.45 Um, Dó, Lí, Tá
 19.45 Dez Grandes Escritores
 20.45 Desenhos Animados
 20.50 Magazine: «Artes Visuais»
 21.20 RTP / Final Times
 21.30 TV2 Jornal
 22.00 Acontece
 22.10 Remate
 22.40 Filhos da Madrugada (2ª Parte)
 23.30 Vício-Versa
 00.20 A Mulher do Próximo (ver «Filmes na TV»)
 01.45 Partita

SIC

12.00 Tropicante
 13.00 Notícias
 13.20 Os Donos da Bola
 13.50 Praça Pública
 14.20 Viagem à Irlanda (ver «Filmes na TV»)
 16.00 Buéréré
 17.00 Notícias
 17.20 Mulher Proibida
 18.20 Sonho Meu
 19.25 O Juiz Decide
 20.00 Jornal da Noite
 20.40 A Viagem
 21.40 Minas e Armadilhas
 22.45 Casos de Polícia
 23.50 Último Jornal
 00.05 Insónias: «Tostões e Milhões»
 01.05 A Casa de Elliott

QUATRO

11.30 Lumen 2000
 12.00 O Justiciero
 13.00 Já Tocou
 13.30 Cassandra
 14.30 Um Anjo na Terra
 15.30 Farmácia de Serviço
 16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
 16.30 Flintstones
 17.00 Alf
 17.30 Caprichos
 18.30 Morena Clara
 19.30 Informação Quatro
 20.05 A Menina Prodigio
 20.30 Projecto Viper
 21.30 Quem Casa Quer Casa
 22.30 Picket Fences: Casos em Directo
 23.30 Última Hora
 23.55 Fora de Jogo
 00.10 Modelo e Detective

Sexta, 30

CANAL 1

08.00 Bom Dia
 09.00 Conversas do Manel
 09.35 Rua Sésamo
 10.00 Viva a Manhã
 11.40 Culinária
 12.00 Perigosas Peruas
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Prisioneira de Amor
 14.25 Malha de Intrigas
 15.20 Boa Tarde
 16.20 Caderno Diário
 16.30 Acção em Miami
 17.05 Ana Raio e Zé Trovão
 18.40 Na Paz dos Anjos
 19.10 Com a Verdade m' Enganas
 20.00 Telegiornal
 20.35 Fera Ferida
 21.35 Desculpem Qualquer Coisinha
 22.00 Pátio da Fama

«Frasier», uma série de humor recentemente premiada: à 2ª noite na Quatro



A música e as grandes cenas de animação do Estúdio Disney: domingo à tarde no Canal 1

23.00 Danças de Salão (Concurso)
 23.50 24 Horas
 00.25 A Mosca - II (ver «Filmes na TV»)
 02.05 Mulher à Beira do Abismo (ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televendas
 12.55 TV 2 Desporto
 14.30 Euronews
 15.05 Pedra de Cristal (ver «Filmes na TV»)
 16.55 Escola Paraíso
 17.55 Super Juvenil
 18.20 Rua Sésamo
 18.50 Um, Dó, Lí, Tá
 19.45 Grandes Comandantes
 20.35 Desenhos Animados
 20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
 21.20 RTP / Final Times
 21.30 TV2 Jornal
 22.00 Acontece
 22.10 Remate
 22.20 Bãton no Colarinho
 23.10 The Nature of Music
 24.00 O Livro de Próspero (ver «Filmes na TV»)
 02.05 Partita

SIC

12.00 Tropicante
 13.00 Notícias
 13.20 Os Donos da Bola
 13.50 Praça Pública
 14.20 Dançando no Escuro (ver «Filmes na TV»)
 16.00 Buéréré
 17.00 Notícias
 17.20 Mulher Proibida
 18.20 Sonho Meu
 19.30 O Juiz Decide
 20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
 21.20 A Viagem
 22.20 Chuva de Estrelas
 23.35 Último Jornal
 23.50 Playboy
 00.50 Jubileu (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

11.30 Animação
 12.00 O Justiciero
 13.00 Já Tocou
 13.30 Cassandra
 14.30 Um Anjo na Terra
 15.25 Encontro
 15.30 As Aventuras do Cavalo Preto
 16.30 Flintstones
 17.00 Alf
 17.30 Caprichos
 18.30 Morena Clara
 19.30 Informação Quatro
 20.05 Feita à Medida
 20.30 MacGyver
 21.30 Wall Street (ver «Filmes na TV»)
 24.00 Última Hora
 00.25 Fora de Jogo
 00.40 Modelo e Detective

Sábado, 1

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
 12.00 Parlamento
 13.00 Notícias
 13.10 Prisioneira de Amor
 13.55 Made in Portugal
 14.25 Clube Disney
 15.35 Luta Livre
 16.15 Lucky Luke
 17.05 Arca de Noé
 17.50 Futebol: Jornada 6
 19.45 Tototó
 20.00 Telegiornal
 20.40 Noites Mágicas
 22.10 Parabéns
 00.15 Police Academy 3 - Back in Train (ver «Filmes na TV»)
 00.40 24 Horas
 01.00 Ghoules - II (ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Universidade Aberta
 12.00 Tauroquia
 12.25 Madiken
 13.00 O Rosto da Europa
 14.30 Euronews
 14.50 TV 2 Desporto
 15.05 Para Além do Ano 2000
 17.30 Aventuras de Sherlock Holmes
 18.30 Documentário
 19.30 Forum Musical
 20.30 TV2 Desporto
 22.00 12 Minutos
 22.20 TV 2 Jornal
 22.35 Desenhos Animados
 22.45 Quem Conta Um Conto
 23.30 Praia da China
 00.30 De Lisboa com Amor...
 00.45 Martin Luther

SIC

11.30 Buéréré
 13.15 Portugal Radical
 13.30 Gladiadores Americanos
 14.20 Nunca Digas Banzai
 15.00 Barafunda no Oeste (ver «Filmes na TV»)
 17.00 Curvas Perigosas
 18.00 Os Imortais
 19.00 Muita Louco
 20.00 Jornal da Noite
 20.40 A Viagem
 21.40 Partir o Coco
 22.40 Walker - O Ranger do Texas
 23.45 Último Jornal
 00.05 Inimigos e Amantes (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Animação
 11.00 Lassie



11.30 Animação
 12.00 Top 25 RFM / TVI
 12.30 Quatro Ventos
 13.00 Desporto: Contra-Ataque
 14.30 Telemotor
 15.00 Proezas de Hollywood
 15.30 Queridos Inimigos
 17.30 Caprichos
 18.30 Morena Clara
 19.30 Informação Quatro
 20.05 Eramos Seis
 21.30 Trocado em Miúdos
 22.00 A Grande Aposta
 24.00 Últimas Notícias
 00.15 Niagara (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Animação
 11.00 Lassie
 11.30 Informação Religiosa
 12.00 Vaticano em Directo
 12.30 Missa
 13.30 Informação: País Real
 14.05 Cêus de África
 15.00 As Mil e uma Tardes do Júlio Isidro
 19.30 Informação
 20.05 Eramos Seis
 21.30 Doutores e Engenheiros (ver «Filmes na TV»)
 22.30 Yakuza
 00.45 Últimas Notícias

Domingo, 2

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
 12.30 Sem Limites
 13.00 Notícias
 13.10 Top +
 14.00 86-60-86
 14.30 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
 16.10 Simpsons
 16.40 As Melhores Canções de Disney (2ª parte)
 17.00 A Grande Pirâmide
 17.30 Futebol
 19.45 Joker
 20.00 Telegiornal
 20.40 Casa Cheia
 21.20 Eu Tenho Dois Amores
 22.15 Com Peso e Medida
 23.10 No Calor da Noite
 24.00 24 Horas
 00.20 Crimes de Paixão (ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 À Mão de Semear
 09.30 Caminhos
 10.00 Novos Horizontes
 10.30 70 x 70
 11.00 Missa
 12.00 Regiões
 13.00 O Homem e a Cidade
 13.30 TV2 Desporto
 14.30 Euronews
 15.05 Para Além do Ano 2000
 15.50 TV2 Desporto
 22.20 Mairgret
 18.25 Europas das Ilhas
 19.25 Red Star - Red Army Chorus
 20.30 Domingo Desportivo
 22.00 TV2 Jornal
 22.15 Desenhos Animados
 23.15 Artes e Letras - Jean Renoir (2ª Parte)
 23.25 Semente do Ódio (ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Buéréré
 11.45 Programa Infantil / Juvenil
 13.15 Portugal Radical
 13.30 BBC: Vida Selvagem
 14.30 A Minha Gueixa (ver «Filmes na TV»)
 16.40 Tudo pelas Notícias
 17.30 Obras em Casa
 18.00 Caça ao Tesouro
 20.00 Jornal da Noite
 20.40 O Memorial de Maria Moura
 21.40 Chamavam-lhe o Buldozer (ver «Filmes na TV»)
 24.00 Último Jornal
 00.15 Insónias: «O Senhor que se Segue»
 01.15 A Casa de Elliott

Segunda, 3

CANAL 1

08.00 Bom Dia
 09.00 Conversas do Manel
 10.05 Viva a Manhã
 11.30 Culinária
 12.00 Perigosas Peruas
 13.00 Jornal da Tarde
 13.30 Prisioneira do Amor
 14.20 Malha de Intrigas
 15.15 Boa Tarde
 15.55 Caderno Diário
 16.05 Acção em Miami
 17.05 Culinária
 17.25 Ana Raio e Zé Trovão
 18.30 Na Paz dos Anjos
 19.05 Com a Verdade m' Enganas
 20.00 Telegiornal
 20.30 Fera Ferida
 21.30 Nico d' Obra
 22.05 Zona + Carlos Cruz
 23.30 Coisas da Vida
 00.20 24 Horas
 00.55 Deste Lado do Monte (ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televendas
 13.30 TV 2 Desporto
 14.30 Euronews
 15.05 À Força do Gatilho (ver «Filmes na TV»)
 16.40 Escola Paraíso
 17.30 Super Juvenil
 18.00 Rua Sésamo
 18.30 Um, Dó, Lí, Tá
 19.35 Dimensão X
 20.30 Golo da Jornada
 20.40 Magazine «Teatro»
 21.10 Desenhos Animados
 21.20 RTP / Final Times
 21.30 TV2 Jornal
 22.00 Acontece
 22.10 Remate
 22.20 Dinheiro em Caixa
 22.50 Bailado - «Elisa Monte»
 23.45 Partita

SIC

12.00 Tropicante
 13.00 Notícias
 13.20 Os Donos da Bola
 13.50 Praça Pública
 14.20 Os Arquivos Privados de Edgar Hoover (ver «Filmes na TV»)
 16.00 Buéréré
 17.00 Notícias
 17.20 Mulher Proibida
 18.20 Sonho Meu
 19.25 O Juiz Decide
 20.00 Jornal da Noite
 20.40 A Viagem
 21.40 Ora Bolas, Marina
 22.20 Crocodilo Dundee (ver «Filmes na TV»)
 00.25 Último Jornal

Terça, 4

CANAL 1

08.00 Bom Dia
 09.00 Conversas do Manel
 10.05 Viva a Manhã
 11.40 Culinária
 12.00 Perigosas Peruas
 13.00 Jornal da Tarde
 13.30 Prisioneira de Amor
 14.20 Malha de Intrigas
 15.25 Boa Tarde
 16.05 Acção em Miami
 17.20 Ana Raio e Zé Trovão

«Praia da China», uma série que teve há anos espectadores fiéis, volta à TV 2 no sábado

18.30 Na Paz dos Anjos
 19.05 Com a Verdade m' Enganas
 20.00 Telegiornal
 20.30 Fera Ferida
 21.05 A Filha da Cornéia
 23.00 Prova Oral
 24.00 24 Horas
 00.25 RTP / Final Times
 00.35 Testemunha Involuntária (ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televendas
 13.30 TV2 Desporto
 14.30 Euronews
 15.05 Jacques de Nantes (ver «Filmes na TV»)
 17.05 Escola Paraíso
 17.50 Super Juvenil
 18.20 Rua Sésamo
 18.50 Rotações
 19.40 Monty 1
 20.10 O Golo da Jornada
 20.20 Rotações
 21.20 RTP / Final Times
 21.30 TV2 Jornal
 22.00 Acontece
 22.20 Magazine «Cinema»
 22.50 Filhos de Um Deus Menor (ver «Filmes na TV»)
 00.45 Partita

SIC

12.00 Tropicante
 13.00 Notícias

Quarta, 5

CANAL 1

08.00 Bom Dia
 09.00 Conversas do Manel
 09.35 Rua Sésamo
 10.00 Viva a Manhã
 11.40 Culinária
 12.00 Perigosas Peruas
 13.00 Jornal da Tarde
 13.30 Prisioneira de Amor
 14.20 Malha de Intrigas
 15.15 Boa Tarde
 15.55 Caderno Diário

16.05 Acção em Miami
 17.05 Culinária
 17.20 Ana Raio e Zé Trovão
 18.30 Na Paz dos Anjos
 19.00 Com a Verdade m' Enganas
 20.00 Telegiornal
 20.30 Fera Ferida
 21.30 S6 Riso
 22.00 Vamos Jogar no Totobola
 22.10 O Polícia Exterminador (ver «Filmes na TV»)
 00.30 24 Horas
 00.55 RTP / Final Times
 01.05 O Bolo do Rei (ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.30 Televendas
 13.30 TV 2 Desporto
 14.30 Euronews
 15.05 Blue (ver «Filmes na TV»)
 17.05 Escola Paraíso
 17.45 Super Juvenil
 18.15 Rua Sésamo
 18.40 Um, Dó, Lí, Tá
 19.35 A Descoberta dos Metais
 20.30 O Golo da Jornada
 20.40 Magazine - «Saúde»
 21.10 Desenhos Animados
 21.20 RTP / Final Times
 21.30 TV2 Jornal
 22.00 Acontece
 23.10 Remate
 23.20 Internacional
 22.50 Rock Rendez-Vous
 23.50 Guia das Mulheres para o



Artur Albarran e Manuela Moura Guedes na Informação da Quatro a partir da próxima semana

00.35 Insónias: «Flash Back»
 01.35 A Casa de Elliott

QUATRO

11.30 Quatro Ventos
 12.00 O Justiciero
 13.00 Já Tocou
 13.30 Maria Helena
 14.30 Um Anjo na Terra
 15.30 O Justiciero
 16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
 16.30 Flintstones
 17.10 Alf
 17.30 Caprichos
 18.30 Morena Clara
 19.30 Informação Quatro
 20.05 Frasier
 20.30 Em Busca de...
 21.30 Mano a Mano
 22.30 Mas que Rita Noite
 23.30 Novo Jornal
 01.05 Top 25 RFM / TVI

13.20 Os Donos da Bola
 13.50 Praça Pública
 14.20 O Toque da Medusa (ver «Filmes na TV»)
 16.00 Buéréré
 17.00 Notícias
 17.20 Mulher Proibida
 18.20 Sonho Meu
 19.25 O Juiz Decide
 20.00 Jornal da Noite
 20.40 A Viagem
 21.40 Cenas de Um Casamento
 22.40 Sangue do Meu Sangue
 23.45 Último Jornal
 00.00 Insónias - «A Noite da Mãe Língua»
 01.15 A Casa de Elliott

QUATRO

11.30 Lumen 2000
 12.00 O Justiciero
 13.00 Já Tocou
 13.30 Cassandra
 14.30 Um Anjo na Terra
 15.30 O Justiciero
 16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
 16.30 Flintstones
 17.00 Alf
 17.30 Caprichos
 18.30 Morena Clara
 19.30 Informação Quatro
 20.05 Lar, Louco Lar
 20.30 Diagnóstico Crime
 21.30 Queridos Inimigos
 23.30 Novo Jornal
 00.05 Top 25 RFM / TVI
 01.10 Fora de Jogo

Adultério
 00.40 Partita

SIC

12.00 Tropicante
 13.00 Notícias
 13.20 Os Donos da Bola
 13.50 Praça Pública
 14.20 Duelo no Fundo do Mar (ver «Filmes na TV»)
 16.00 Buéréré
 17.00 Notícias
 17.20 Mulher Proibida
 18.20 Sonho Meu
 19.25 O Juiz Decide
 20.00 Jornal da Noite
 20.40 A Viagem
 21.45 All You Need Is Love
 22.45 Labirinto
 23.50 Último Jornal
 00.05 Insónias - «Internacional Sic»
 01.05 A Casa de Elliott

QUATRO

10.00 Clube da manhã
 12.00 Cassandra
 13.00 Jornal da Uma
 13.30 Maria Helena
 14.30 Adivinha Quem Vem para Roubar (ver «Filmes na TV»)
 16.30 Flintstones
 17.00 Alf
 17.30 Caprichos
 18.30 Morena Clara
 19.30 Telegiornal
 20.05 Doido por Ti
 20.30 Ficheiros Secretos
 21.30 Em Busca da Esmeralda Perdida (ver «Filmes na TV»)
 23.30 Novo Jornal
 01.05 Top 25 RFM / TVI
 01.10 Fora de Jogo

Por isto e por aquilo...

A Mulher do Próximo

(Quinta, 00.20, TV 2)

As tonalidades claras e escuras da comédia de costumes e do melodrama romântico (em algumas claras referências aos temas que alimentaram ao longo dos anos o cinema nacional) cruzam-se, neste filme de José Fonseca e Costa, à luz de uma forma esforçada e relativamente renovada de fazer cinema em português, cujas principais vantagens, qualidades e diferenças radicam nos notórios cuidados em termos de narrativa e diálogos (e sua concretização fílmica) e traduzem uma preocupação de aproximação do espectador. O que é assinalável.

Wall Street

(Sexta, 21.30, Quatro)

«A questão, senhoras e senhores, é que a ambição - à falta de melhor palavra - é uma coisa boa. A ambição é uma coisa segura. A ambição funciona. A ambição clarifica, ultrapassa obstáculos e capta a essência do espírito evolutivo. A ambição, em todas as suas formas - pela vida, pelo dinheiro, pelo amor, pelo conhecimento -, marcou o caminho imparável do Homem. E a ambição - notem as minhas palavras - salvará não apenas a Teldar Paper mas essa outra empresa que funciona mal e que é os EUA». Esta tirada sinistra - que, se não encerrasse referências que a tornam localizável, poderíamos atribuir a um qualquer gestor ou quadro político gerado pelo cavaquismo lusitano - é proferida, com a maior frieza, por um «especialista financeiro», uma espécie de Pedro Caldeira que aqui responde pelo nome de Gordon Gekko (Michael Douglas), perante uma assembleia de potenciais investidores numa empresa em crise. E é o elemento essencial para a compreensão do mundo da traficância política, dos jogos de influência na Bolsa, da corrupção, do esbulho e, em casos extremos, do crime, que caracterizam uma sociedade e um sistema, escalpelizados e denunciados com rude frontalidade num dos melhores filmes que até agora nos foi proposto pelo realizador Oliver Stone, com uma distribuição de actores adequada em que sobressai, além do próprio Douglas (também seu produtor), o jovem Charlie Sheen no papel de um yuppie em estágio e ascensão acelerada para os meandros do «poder». A ver e (tendo em conta as devidas proporções) a comparar.

Os Livros de Próspero

(Sexta, 00.00, TV 2)

Mais do que um filme, no sentido em que limitada e pobremente costumamos abordar e apreender a obra cinematográfica, Os Livros de Próspero é uma experiência em termos de forma e conteúdo, que não se destina a, prosaicamente, apenas contar uma história, funcionando muito mais como um livro de arte audiovisual (em que as técnicas do vídeo invadem o território do celulóide) que se vai desfolhando e contemplando com delongas e atenção analítica. Peter Greenway, esse original cineasta britânico que já nos habituou a obras cinematográficas invulgares, parte dos derradeiros momentos de A Tempestade de Shakespeare para acompanhar o naufrágio de Próspero, ex-Duque de Milão, cujo desenlace é a chegada com os seus próximos a uma ilha isolada e - mais importante, ainda - com os livros que conseguiu salvar! Livros que o cineasta analisa microscopicamente, com requintes de luxúria e paixão pelo pormenor, ao mesmo tempo que a voz única de John Gielgud soa, gloriosa, na banda sonora. Os Livros de Próspero é, mesmo assim, talvez o filme em que a tendência barroca de Greenway para um cinema exacerbadamente visual menos se faz sentir, embora sejam de subscrever, em geral, as reservas que muitos fazem aos efeitos, por vezes altamente gratuitos, das concepções visuais do realizador.

Inimigas e Amantes, Uma História de Amor

(Sábado, 00.05, SIC)

A história do filme vem encontrar em 1949, em Coney Island, um intelectual judeu que conseguiu escapar aos nazis durante a II Grande Guerra e agora leva uma dupla vida amorosa, casado que é com a mulher que lhe dera a protecção naquele terrível período e aventurando-se, ao mesmo tempo, com uma mulher casada. Até que as coisas se complicam ainda mais, quando surge em cena a sua antiga mulher, que se supunha morta... Um filme irónico e divertido, muito bem escrito e interpretado e realizado com grande subtilidade por Paul Mazursky.

Niagara

(Sábado, 00.15, Quatro)

Depois das comédias em technicolor que a Quatro nos tem proporcionado, eis o suspense mais tenso (também a cores) de uma história que vem encontrar Marilyn no papel de uma mulher cuja permanente coquetterie exaspera o marido, sobretudo a partir do momento em que ela o engana com um outro homem. É então que a mulher sugere ao amante que mate o marido, empurrando-o para as quedas de água junto das quais viviam - mas sucede precisamente o contrário: é ela que é assinada por este, o qual tenta fugir para o lado americano da margem do Niagara. Um dos melhores papéis de Marilyn no cinema e um melodrama desenrolando-se em meio da natureza que, sobretudo na primeira parte, agarra o especta-



Michael Douglas e Charlie Sheen, em «Wall Street», de Oliver Stone



Uma imagem de «Os Livros de Próspero», de Peter Greenway



Margaret Sophie Stein, Ron Silver e Anjelica Huston, num fotograma de «Inimigas e Amantes...», de Paul Mazursky



Kathleen Turner e Michael Douglas, em «Em Busca da Esmeralda Perdida», de Robert Zemeckis

dor e foi realizada por um dos mestres do cinema da aventura - Henry Hathaway.

Yakuza

(Domingo, 22.30, Quatro)

O fio condutor deste filme é uma investigação levada a cabo por um detective privado americano, no Japão, na tentativa de salvar uma jovem compatriota, filha de um seu companheiro, que fora raptada por um bando de gangsters japoneses - sendo que Yakuza é a denominação da mafia japonesa. O filme, em cujo argumento se nota a escrita de um especialista, Paul Schrader, é uma tentativa de inserir elementos do filme negro e do filme romântico numa paisagem geográfica e humana «exótica». Os resultados, tendo em conta que o realizador é o competente Sidney Pollack, não são dos mais entusiasmantes. Mas o desenrolar da acção e o lado insólito da colaboração entre a pistola (Robert Mitchum) e a espada (Ken Takakura) na perseguição dos criminosos são ingredientes suficientemente engenhosos para fazer passar um bom bocado.

Semente do Ódio

(Domingo, 23.25, TV 2)

«Eu antevia uma história em que só houvesse heróis, uma história na qual cada elemento preenchesse brilhantemente a sua função, na qual as coisas e os homens, os animais e a natureza se reunissem numa imensa homenagem ao divino» - afirmava Jean Renoir a propósito deste filme que o cineasta realizou nos Estados Unidos, sempre fiel às suas concepções e nunca cedendo um milímetro face às convenções de Hollywood. E as suas previsões foram cumpridas. Desde o argumento grandioso (que contou com a participação de William Faulkner) - e em que se conta a luta de um trabalhador agrícola e sua família para tornar produtivas as terras votadas ao abandono pelos grandes agrários, num esforço titânico que é totalmente frustrado por uma tempestade que tudo deita a perder e tudo leva a recomeçar - passando pela brilhante direcção de actores, até à fabulosa realização, tudo neste filme do grande cineasta francês é exemplar. E Zachary Scott, que nos habituámos a ver em papéis de outro tipo, tem aqui a sua maior criação no cinema. A não perder.

Jacquot de Nantes

(Terça, 15.05, TV 2)

Um comovente acto de amor e homenagem prestado por Agnès Varda a seu marido, Jacques Demy, morto no ano de rodagem deste filme de memórias biográficas, do qual é a principal personagem. Um testemunho da paixão pelo cinema expresso, atrás e à frente das câmaras, por dois dos mais originais e brilhantes cineastas franceses.

Filhos de um Deus Menor

(Terça, 23.20, TV 2)

Randa Haimés, realizadora de televisão especializada em temas invulgares e abordando situações e personagens fora do comum, arrancou um tremendo êxito com a realização deste seu primeiro filme de ficção centrado na história das relações entre uma jovem surda-muda e um seu professor. As interpretações de William Hurt e de Marlee Matlin (a qual, na sua surpreendente estreia no cinema, ganhou um Óscar para a Melhor Actriz), são de extrema contensão e bom gosto e ficaram memoráveis.

Em Busca da Esmeralda Perdida

(Quarta, 21.30, Quatro)

Isolada no seu apartamento de Nova Iorque, uma jovem escritora leva tão a sério o seu desespero pela impossibilidade de identificação com as heroínas que descobre, que, a todo o momento, lamenta nunca na vida real ter passado ou sequer esperar vir a passar pelas aventuras e pelas paixões (engenhosamente inventadas nas imagens iniciais da «ficção dentro da ficção») que ela faz intensamente viver a essas personagens. Mas eis que um alarmante telefonema surge e a nossa escritora se vê transportada para a Colômbia, onde, por entre ditadores e traficantes de droga, e com a sedutora ajuda de um aventureiro compatriota, tenta salvar de todos os perigos a sua melhor amiga. Produzido pelo próprio Michael Douglas e encenado por um dos mais inventivos realizadores do cinema-espectáculo dos anos 80, Robert Zemeckis, Esmeralda Perdida é um agradável filme de acção e aventuras que, para além das citações aos clichés do género, arrancados ao passado, contém algumas referências críticas interessantes - por exemplo, ao «feminismo militante», irónica e subtilmente abordado em algumas sequências. Destaque não apenas para a magistral transformação da personalidade, «vivida» por Kathleen Turner, como também para o brilhante papel «secundário» de Michael Douglas, sem esquecer o impagável Danny DeVito no indispensável vilão.

O Bolo do Rei

(Quarta, 01.05, Canal 1)

Sátira que pretende (e, por vezes, consegue de forma desarmante) desmontar todas as misérias do mundo, O Bolo do Rei é um filme francês, realizado por Jean-Michel Ribes, cuja história delirante nos fala de um «rei» dos congelados que casa a sua filha, Maria Helena, com o príncipe Arnold III, que reina na Ilha de Corsina coberto de dívidas... Boas referências.

■ Francisco Costa

Ideologia ao domicílio

«De tanto trabalhar no "virtual" - e nunca mais vamos parar de trabalhar no "virtual" quando estas tecnologias se desenvolverem -, vamos acabar por ver o real apenas através de modelos, de esquemas de raciocínio, de métodos de trabalho, que funcionam bem no "virtual" mas não necessariamente no real. Corremos o risco de nos "virtualizarmos" e quando as pessoas voltarem ao real - as que regressam, as que escapam ao fascínio, à droga que será o "virtual" - correm o risco de se comportarem, no real, como se tratasse de uma imagem de vídeo. E o risco que podemos prever é o de não nos preocuparmos a tempo e entrarmos a toda a velocidade num mundo novo, sem a formação ou o bom senso necessários para o controlar.»
(Philippe Quéau, Instituto Nacional do Audiovisual - França, in «Reportagem / Actual», TV 2, 22.09.94)

A interessante tirada que acima transcrevemos é sintomática da importância da evolução das novas tecnologias aplicadas à informação e à comunicação nos nossos dias e constituíu, ao mesmo tempo, um dos vários ângulos da cuidada abordagem que mereceram alguns fenómenos novos relacionados em particular com a televisão, feita na primeira edição de um novo espaço de informação da TV 2, o programa «Reportagem / Actual», que neste seu arranque parece apresentar todas as potencialidades para vir a transformar-se num espaço de referência do jornalismo de investigação - um género que ou tem sido desprezado nas televisões portuguesas ou tem vindo a abastardar-se e a degradar-se por apenas privilegiar as matérias e as temáticas que, pelas suas exclusivas características de «choque» ou «sensacionalismo», porventura se crê serem mais apetecidas pelo espectador.

A responsabilidade do programa que aqui nos ocupa é do jornalista Barata Feyo, um profissional há tempos afastado dos ecrãs televisivos mas que, pelas provas dadas anteriormente, em

a ingenuidade de deixar para o «directo» o risco de imponderabilidade que poderia ter sido acautelado no «gravado», esta ocorrência foi até bem-vinda, por paradoxal que isso possa parecer, já que nos suscitou um conforto solidário e interactivo para com o anónimo operador de teleponto que, afinal, demonstrou ainda estar suficientemente vivo, a ponto de cometer uma «falha humana», e não já totalmente subjugado e reciclado pela máquina todo-poderosa.

Mas foi também um prazer constatar, neste programa, que a peça elaborada, planificada e montada por profissionais portugueses - e intitulada «Deus, Pátria, Televisão» - ombreou em grande à-vontade com a peça de origem francesa que ocupou a segunda parte da emissão.

Na primeira, tivemos um trabalho de elaborada pesquisa e montagem de materiais audiovisuais de arquivo que constituíram um esplêndido suporte e ilustração às considerações que, de forma objectiva (porque apresentando diversas faces do problema), enquadravam alguns dos temas-chave suscitados directa ou indirectamente por uma sondagem da Euroteste aplicada ao universo telespectador português: a criança, a violência e o meio; o conhecimento «impressionista» da realidade; o verdadeiro acesso ao conhecimento; a televisão como substituta da solidão; as alterações nos hábitos de convívio familiar; etc.

Na segunda, era já a perspectiva, a um tempo fascinante e preocupante, que a explosão das novas tecnologias faz perfilar para o futuro-próximo, em matéria de convivência com os fluidos de informação e conhecimento - mas também de alienação, escondida sob o potencial embuste da cultura equitativamente partilhada - que, mais tarde ou mais cedo, irão invadir o nosso quotidiano.



- Finalmente, 53.5 por cento dos inquiridos consideram ser poucas as diferenças entre as programações dos canais públicos e privados; mas 55.8 não têm nenhuma ideia do que é o serviço público de televisão, sendo que 50.3 não manifestam qualquer vontade de participar na programação da televisão.

Se é certo que estes últimos dados parecem demonstrar um certo indiferentismo ou passividade da generalidade dos espectadores quanto ao seu direito de intervenção na discussão de um fenómeno que, pelos vistos, manifestamente afecta parte substancial do seu quotidiano - estado de espírito que ajudará a explicar a prepotência, sobrançeria e oportunismo com que os programadores de televisão se movimentam em matéria de tamanha responsabilidade - também não é menos significativo que outros dados relacionados com o conteúdo dos programas venham desmentir e contrariar flagrantemente as alegadas virtualidades e credibilidade dos estudos de audiência.

Pelo que se sugere a Barata Feyo o envio urgente de alguns exemplares da «cassete» do programa *alc* de Freitas da Cruz, Pinto Balsemão ou Roberto Carneiro, *etc* para Adriano Cerqueira, Emídio Rangel ou Condorcet Costa.

Pedaços de dialéctica

Acontece que, nos tempos que correm, os estudos de audiência não servem apenas de justificação e alibi exclusivos para as escolhas dos operadores de televisão como acabam também por esconder ou rodear as verdadeiras razões que estão na raiz das opções últimas dos sujeitos desses estudos: as de que a evo-

lução e o progresso da sociedade, levando naturalmente as pessoas a modificar os seus hábitos de vida pela abertura e acesso a meios potencialmente fornecedores de informação, cultura e divertimento geram ao mesmo tempo um factor de atracção e aparente comodidade que, por motivos diferentes, em relação a extractos específicos da população ou a zonas do interior do país onde a oferta alternativa é praticamente inexistente, explicam a escolha da televisão como única fonte de contacto com o novo ou o desconhecido. E quando a oferta televisiva é massivamente de um único tipo,

que alternativa resta ao pobre espectador?

A este propósito, foi extremamente interessante e significativo ouvirmos algumas das declarações de espectadores, ao acaso entrevistados na peça inicial. Como, por exemplo, Edine de Sousa que, vivendo sozinha, vagueia de divisão em divisão nos seus trabalhos de casa, bebendo fervorosa tudo o que três televisores lhe debitam durante o dia inteiro - e mesmo «conversando com eles»! Ou aquele cidadão de Pielas (Trás-os-Montes), onde só agora, perto do novo milénio, chegou a luz (!) e, com ela, a caixa mágica - cuja convivência lhe suscita esta desarmante frase: «eu dantes ouvia, mas não via». Ou a jovem Ana Ventura natural de Aivados, que, reconhecendo embora ter o electrodoméstio perturbado o «convívio com a família ou mesmo a relação de boa-vizinhança e solidariedade com os outros», admite que a televisão lhe abre algumas «portas para o sonho, transporta-a no tempo e no espaço», avançando mesmo considerar, «ao contrário dos materialistas-dialécticos», que o sonho é essencial, tal como a televisão...

Mas é provável que à jovem Ana - ao rever-se agora no programa em que pareceu arrogar-se a singularidade de sonhar - não tenha escapado a frase final com que o insuspeito Barata Feyo o encerrou:

«Quem comandar a tecnologia, comandará a televisão e quem comandar a televisão será o senhor do Mundo»...

Alguns dados reveladores

Dos resultados da sondagem que este «Reportagem / Actual» nos proporcionou, escolhemos apenas alguns dados que poderão ser interessantes à reflexão do leitor que não teve a oportunidade de assistir ao programa:

- A televisão é o mais importante para 32.3 por cento dos inquiridos, ultrapassando a posse de um automóvel ou de um telefone, a leitura da imprensa ou a audição da rádio;

- 89.8 dos inquiridos considera que a TV é um elemento decisivo para combater a solidão;

- As principais fontes de violência são, para 50 por cento do mesmo universo, as «imagens de violência», colocadas em segundo lugar numa escala em que, para 84.3 por cento, só a droga as suplanta;

- Para um universo semelhante de espectadores (73.7 por cento no primeiro caso, 78.5 por cento no segundo), tanto a transmissão da violência real como da violência ficcionada deve ser relegada para depois das 23 horas, o mesmo se passando, com poucas variantes, em relação à violência verbal;

- Quanto às modificações que a televisão veio provocar em termos de formação das mentalidades (substituindo-se à Igreja, à Escola ou à Família), 47.3 por cento dos espectadores consideram que elas ainda não são profundas, mas já 36.2 são de opinião contrária;

geral se tem destacado em trabalhos abordados com assinalável intenção de seriedade e profundidade, cujos resultados podem ou não merecer total concordância em relação a uma dada visão expressa do mundo e dos seus problemas (ou à forma de os resolver) mas constituem, pelo menos, matéria sobre a qual não é irrelevante o tempo de reflexão que podem suscitar.

O teleponto, esse ingrato...

Não deixa de ser irónico que, a anteceder um programa que nos iria falar, entre outros temas, da imparável evolução e perfeccionismo das tecnologias do audiovisual e da informação, precisamente se tenha verificado uma arrelhiadora falha técnica relacionada com o arranque do teleponto. Uma falha que, se não deixou totalmente desarmado o profissional experimentado que é o coordenador do programa, pelo menos tornou mais pálido o já esquelético rosto do jornalista José Manuel Silva - responsável pela excelente primeira fatia do programa.

Diga-se, desde já, que ao contrário do que talvez possam pensar os «actores» visíveis ou invisíveis das nossas televisões, nenhum mórbido prazer suscitam ao crítico este tipo de involuntárias ocorrências que podem matar a melhor das ideias televisivas. Acresce que, na circunstância, independentemente de se estranhar



de FOICE

Palavras

Estranho mundo este, superpovoado, onde se morre de solidão.
Misteriosa civilização esta, dita do progresso, em que a cada passo se tropeça no que de mais bestial existe no ser humano.
Curiosa sociedade a nossa, tão cheia de palavras, em que o silêncio é de ouro.
Vivemos rodeados de palavras. Palavras? Só palavras? As palavras... somos nós?
Papagueamos palavras desde o berço. Aprendemos-lhe o tom, o som, o sabor, às vezes até o significado, outras vezes nem tanto.
Falamos por falar; falamos com os outros; as mais das vezes falamos sozinhos; outras tantas para quem nos não ouve.
Dir-se-ia que é fácil. Alinhar palavras atrás umas das outras, numa ordem primordial inventada com santo e senha num qualquer código significante.
Dir-se-ia que é inócuo, um agregado de sons transportados no ar e que no ar se perde.
Porquê então perder tempo com as palavras?
Que importa quem disse e o quê?
São palavras. Só palavras?
Há quem fale e nada diga.
Há quem fale e nada ouça.
Há quem vá directo ao assunto e há quem faça rodeios.
Há quem não tenha palavras para dizer o que sente e pensa.
Há quem cale e tenha tanto para dizer.
Há quem não saiba sequer o que dizer.
Há quem desfie palavras com a facilidade de quem desenrola novelas.
Há quem tropece nas palavras como em caminhos de cabras.
Estranha sociedade esta, a das palavras, que com elas se faz e se desfaz.
Às vezes, não há palavras que cheguem.
Às vezes, bastaria uma palavra.
Às vezes, as palavras são puro veneno.
Outras vezes, são tão assépticas como desinfectantes.
E há palavras que adormecem.
E palavras que estimulam.
Com palavras se tecem teias, enredos, conluios, conspirações, segredos, intenções.
Com palavras se desfazem caminhos, se refaz o passado, se recria o presente, se inventa o futuro.
Palavras? Só palavras?
E onde, e quando, e como as palavras passam aos actos?
Em que momento as palavras encontram os dois pontos-parágrafo-travessão anunciando a acção, caminho inevitável até ao ponto final que marca o fim do discurso?
Batalhou-se tanto pelo direito às palavras que se corre o risco de lhes perder o sentido. Ou será que os mesmos, embora sendo outros, que no passado amordaçaram as palavras, descobriram agora que soltá-las - às palavras - até que se percam em esgrimas inglórias, em sacos rotos, em orelhas moucas, é a forma mais fácil de lhes retirar a força, o sentido, a razão de ser?
Há um complot de palavras contra as palavras. É vê-las por aí, circulando à velocidade do som, aparentemente tão livres, tão espontâneas, invadindo as rádios, as televisões, os jornais, e na verdade calcando outras palavras, calando outras palavras que se esforçam para se fazer ouvir e vão ficando perdidas no ruído que cada vez mais nos assola, baralhando os sons, entontecendo os espíritos, inibindo os actos.
Há por aí palavras a mais.
Há por aí palavras a menos.
Se calhar, nem vale a pena gastar tantas palavras para dizer isto. Mas o que é que se pode esperar quando em noites de insónia se cai na tentação de ligar a caixa que está a mudar o mundo?
Palavras? Só palavras?
Um pouco de música, por favor.

■ AF

OIRA do PCP saúda Movimento Alentejano

O Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA) do PCP manifestou terça-feira em comunicado o «regozijo e expectativa» com que viu nascer o Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento, a entidade promotora da Embaixada a Lisboa realizada no passado sábado (ver páginas 16 a 19 desta edição do «Avante!») por vontade unânime do Conselho Regional da CCRA, dos Conselhos Administrativos das Associações de Municípios de Beja, Évora, Norte Alentejano (Portalegre) e Litoral Alentejano e das Mesas das Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre. Estruturas onde têm assento comunistas, socialistas e social-democratas, facto que levou o OIRA do PCP a, até agora, «não tomar qualquer posição pública» sobre a iniciativa, dando entretanto nota aos representantes comunistas nos diversos órgãos do apoio do PCP a uma iniciativa de tão largo consenso. Mas acusações de alguns dirigentes locais do PSD e PS de alegadas manobras de manipulação do PCP, acompanhadas de críticas aos socialistas e social-democratas aderentes do Movimento, motivam agora esta tomada de posição do OIRA.

«Conscientes das profundas diferenças e divergências políticas, ideológicas e programáticas que nos separam do PS e sobretudo do PSD, que naturalmente assumimos convictos das nossas razões, que a prática mais uma vez confirma, não hesitámos em aceitar o convite que a Comissão Promotora do Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento nos endereçou, a exemplo do que fez com os outros partidos, a integrar a Embaixada do Alentejo a Lisboa», recorda a nota distribuída à imprensa.

Mas o OIRA do PCP considera que, em qualquer caso «não deixa de ter significado político relevante a ausência dos dirigentes regionais do PS em Lisboa bem como dos deputados do PS eleitos nos círculos do Alentejo. Estamos certos que os alentejanos não deixarão de o ter presente pois sendo a prática o critério de verdade a verdade é que em Lisboa a prática mostrou que só para o PCP o Alentejo está primeiro».

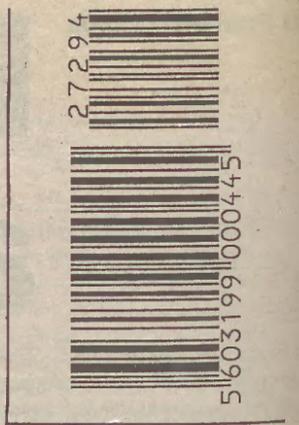
Contradições do PSD e PS

«Compreende-se a atitude de Branco Malveiro, Mira Branquinho e Torres Pereira que, em nome das Comissões do PSD de Beja, Évora e Portalegre, mais uma vez recorreram ao estafado argumento de culpa dos comunistas e das autarquias pela situação que se vive no Alentejo e das manobras partidárias e manipulação das instituições pelo PCP, para justificar a sua postura subserviente e acrítica face ao Governo Cavaco/PSD. É a posição natural dos que sendo co-responsáveis pela situação intervêm no sentido de procurar desmobilizar todos os que compreendendo a gravidade da crise que atravessa o Alentejo aderiram ao Movimento», assinalam os comunistas.

«Em qualquer caso, que credibilidade podem ter Comissões Políticas que ainda em Junho desafiaram as outras forças políticas a pronunciarem-se sobre a regionalização afirmando-se os seus mais fervorosos defensores e que, dois meses depois, são desautorizados publicamente

pelo presidente do seu partido, o PSD, Cavaco Silva, logo secundado pelas Comissões Concelhias de Portalegre e Évora que consideram não dever haver qualquer regionalização sem que uma só palavra tenham dito? Que credibilidade podem ter pessoas desprestigiadas, dependentes do Governo e cujas figuras aparecem envolvidas em processos de corrupção como é o caso de Branco Malveiro e Mira Branquinho, ou que presidem a um Conselho como Sousel no Distrito de Portalegre durante sucessivos mandatos e que, apesar dos favoritismos do Governo PSD, continua a ser um dos mais atrasados do Alentejo tendo perdido já mais de metade da sua população como é o caso do sr. Torres Pereira?», pergunta a nota, que sublinha: «Percebe-se o desespero e desorientação dos dirigentes do PSD. Eles têm consciência das graves responsabilidades que lhes cabe em todo o processo e sabem que o seu poder tem os dias contados.

«Menos compreensível é a atitude do dirigente do PS, António Saleiro, que, para além de acompanhar as declarações anticomunistas e trauliteiras das Comissões Políticas do PSD, de



que o Movimento são manobras partidárias, vai ao ponto de afirmar terem sido enganados os socialistas que a ele aderiram».

Alentejo discriminado

O OIRA do PCP saudou «todos os aderentes do Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento, felicita os seus promotores pelo inegável êxito que constituiu a Embaixada do Alentejo a Lisboa e manifesta a sua confiança em que os alentejanos saberão preservar a sua unidade e encontrar os caminhos necessários para arrancar a nossa terra, o Alentejo, ao atraso, ao subdesenvolvimento, ao envelhecimento, à desertificação, ao desemprego em massa, e rasgar novos horizontes para um Alentejo solidário, próspero e de bem-estar».

A entrevista do PR

Comentário do Gabinete de Imprensa do PCP

1. Em termos globais, a entrevista ontem concedida pelo Presidente da República ao Canal 1 da RTP representa uma oportuna e positiva contribuição para a pedagogia, a defesa e afirmação de importantes princípios e valores democráticos que, no actual momento da vida nacional, comportam justamente o significado de uma firme condenação de concepções, atitudes e procedimentos arrogantes, autoritários e ofensivos do regime democrático consagrado na Constituição.

2. São também de destacar as opiniões emitidas pelo Presidente da República a respeito da questão das portagens na Ponte 25 de Abril, designadamente quando sublinhou considerar tratar-se de um problema social e político e não de ordem pública, quando reafirmou o direito dos

cidadãos à indignação e ao protesto e quando defendeu que a Assembleia da República possa debater com urgência essa grave problemática.

3. Especial destaque merecem ainda as preocupações e reservas explicitamente manifestadas pelo Presidente da República em relação às actividades do SIS, o que fortalece justamente a imperativa exigência de uma directa responsabilização do Governo, do termo imediato das actividades de espionagem e provocação desenvolvidas por aqueles serviços contra partidos políticos, organizações e movimentos sociais e cidadãos e do estabelecimento de rigorosos mecanismos de controlo democrático.

28.9.94

O Gabinete de Imprensa do PCP

PCP exige medidas para a Ria Formosa

O novo desastre ocorrido durante o Verão que levou à morte das amêijoas na área de Olhão, cujas causas o Governo e a Câmara Municipal continuam a ocultar, foi um dos temas que centrou a atenção do deputado comunista António Murteira, na deslocação que efectuou no passado fim-de-semana, acompanhado por eleitos da CDU, à zona da Ria Formosa.

No decorrer da visita, em reunião com viveiristas e mariscadores, depois de os ouvir, o parlamentar comunista assinalou que as «pessoas não compreendem, nem aceitam que, quer o Governo, quer a Câmara Municipal de Olhão, continuem sem informarem oficialmente a população de Olhão, particularmente os mais afectados, de quais as causas que estão na origem da morte das amêijoas, de quais as medidas que foram ou vão ser tomadas para resolver a

situação e evitar, de futuro, outros acidentes deste tipo».

Realçada por António Murteira foi ainda a circunstância de «há muito o PCP vir alertando para a necessidade de atacar as causas de poluição e degradação da Ria Formosa», objectivo que em seu entender passa pelo «levantamento de todas as fontes poluidoras ao longo da Ria» e pelo recensear das medidas e projectos necessários para pôr cobro à poluição.

Em requerimento dirigido ao Governo, já na sequência da visita, António Murteira solicita esclarecimentos sobre esta matéria ao Ministério do Mar, tendo igualmente anunciado que irá considerar a possibilidade de o PCP propor, no âmbito do Orçamento do Estado, a afectação de uma primeira verba para o arranque do Plano Integrado de Despoluição e Preservação da Ria Formosa.